

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS

MARISMÉLIA MARTINS COSTA DE OLIVEIRA

**A TRANSITIVIDADE EM EVIDÊNCIA EM NOTÍCIAS
JORNALÍSTICAS: UM OLHAR FUNCIONALISTA**

VITÓRIA
2017

MARISMÉLIA MARTINS COSTA DE OLIVEIRA

**A TRANSITIVIDADE EM EVIDÊNCIA EM NOTÍCIAS JORNALÍSTICAS:
UM OLHAR FUNCIONALISTA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Estudos Linguísticos, na área de concentração em Estudos Analítico-descritivos da Linguagem.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Lúcia Helena Peyroton da Rocha.

VITÓRIA
2017

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas e Naturais da
Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)
Saulo de Jesus Peres – CRB-6 ES-000676/O

Oliveira, Marismélia Martins Costa de, 1964-
O48t A transitividade em evidência em notícias jornalísticas: um olhar
funcionalista / Marismélia Martins Costa de Oliveira. – 2017.
138f. : il.

Orientador: Lúcia Helena Peyroton da Rocha.
Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade
Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e
Naturais.

1. Língua portuguesa – Transitividade. 2. Funcionalismo
(Linguística). 3. Redação de textos jornalísticos. I. Rocha, Lúcia
Helena Peyroton da, 1960-. II. Universidade Federal do Espírito
Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 80

MARISMÉLIA MARTINS COSTA DE OLIVEIRA

**A TRANSITIVIDADE EM EVIDÊNCIA EM NOTÍCIAS JORNALÍSTICAS:
UM OLHAR FUNCIONALISTA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Estudos Linguísticos na área de concentração em Estudos Analítico-descritivos da Linguagem.

Aprovada em, 27 de setembro de 2017.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Lúcia Helena Peyroton da Rocha
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientadora

Prof.^a Dr.^a Carmelita Minélio da Silva Amorim
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof.^a Dr.^a Violeta Virginia Rodrigues
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Ao Marcel, alegria do meu viver...

A Sâmia, Marcelle e Lívia, razão da minha vida.

Jóias Divinas do meu coração!

AGRADECIMENTOS

“Porque dEle, e por Ele, e para Ele são todas as coisas; glória, pois, a Ele eternamente. Amém!”
(Romanos, 11:36)

Gratidão, eis o sentimento que inunda o meu coração...

Não tenho a pretensão de em algumas linhas dar conta de externar todo o meu reconhecimento e gratidão pelas bênçãos infinitas recebidas ao longo da vida..., contudo, inicio meus agradecimentos Aquele que é causa primária de todas as coisas, razão da nossa existência, DEUS, por me permitir mais esta conquista. Por ter posto em meu caminho pessoas generosas, que me estenderam as mãos e me ajudaram na caminhada...

A minha mãezinha Iracy (*in memoriam*), por ter me ensejado a vida e me acolhido com amor e dedicação no pouco tempo que estivemos juntas..., apesar de acreditar na sua constante e silenciosa presença!

A minha querida mãe, Rosita, cujos laços do coração sobrepujam os consanguíneos, por ter me aberto os braços e oportunizado o meu crescimento, além de, com seus exemplos, ter me ensinado a sempre procurar fazer o meu melhor. Obrigada pelo amor incondicional!

Ao meu amado esposo, Marcel, com carinho especial, por ser tão importante na minha vida. Sempre lado a lado, me encorajando e me fazendo acreditar que posso mais que imagino. Pelo companheirismo, apoio incondicional e pela paciência sem limite..., que fazem de você mais que merecedor da minha eterna gratidão! Este trabalho é a coroação de tudo isso. Obrigada de coração!

As minhas filhas, Sâmia, Marcelle e Lívia, presentes de Deus. A vocês, minha gratidão pelos laços de amor incondicional que nos unem, pela confiança e constantes palavras de incentivo e carinho, que me sustentaram em todo o percurso, me inspirando a querer ser melhor a cada dia!

Aos meus genros, Walter e Bernardo, pelo carinho, presença e confiança a mim direcionados. O meu muito obrigada!

Ao meu sogro, Sr. Olivier (*in memoriam*), amante do conhecimento, que mesmo ausente fisicamente, a sua memória me inspirou o ânimo nos momentos solitários da escrita.

Ao meu professor predileto, Prof. Dr. Marcel Olivier, (meu esposo!!!), pelas orientações e ponderações preciosas que muito me ajudaram na caminhada, passo a passo...

A minha cunhada, Prof.^a Dr.^a Marilene Olivier, pela boa vontade, paciência e prestimosa ajuda, que me deu todas as vezes que a ela recorri. Ademais, do incentivo constante dispensado a mim e pelas conversas esclarecedoras nos momentos de hesitação.

A minha estimada orientadora, professora Dra. Lúcia Helena Peyroton da Rocha, por ter me acolhido com a generosidade que lhe é própria e acreditado em mim, antes mesmo que eu cogitasse na possibilidade do Mestrado. Por ter me apresentado o universo da pesquisa científica e despertado em mim o gosto por ela, que nos instiga mais e mais... Pela paciência, compreensão, parceria e constante boa vontade e, ainda, pelos agradáveis momentos de trabalho partilhados, que guardarei sempre com carinho. Obrigada de coração!

Ao professor Rivaldo Capistrano Júnior, também, pelos importantes apontamentos na qualificação, que muito contribuíram para o enriquecimento do presente trabalho. Muito obrigada!

À professora Dra. Carmelita Minélio da Silva Amorim, pela disponibilidade de participar do exame de qualificação e por sua preciosa contribuição a este trabalho pelas sugestões dadas e por ter aceitado, mais uma vez, o convite para compor a banca de avaliação desta dissertação. Sinceramente, muito obrigada!

À professora Dra. Violeta Virgínia Rodrigues, por ter acolhido o convite para participar como membro da banca de avaliação deste trabalho, o que muito nos honra, e pelo desprendimento demonstrado frente à necessidade do deslocamento. Muito obrigada!

Aos prezados professores do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL), desta Universidade por dividirem conosco seus conhecimentos, pela atenção e respeito que sempre nos dispensaram. Além, é claro, das horas agradáveis que passamos juntos. Cada um, por certo, muito contribuiu para a minha formação.

A todos os funcionários vinculados à Pós-Graduação, especialmente, aos da Secretaria Integrada da Pós-Graduação (SIP), pela disponibilidade e prontidão com que sempre nos atenderam.

Aos colegas do Mestrado, em geral, pela convivência amigável e, em particular, ao Allan Costa Stein, Bárbara B. Brum e Diana Sarcinelli que, com simpatia e generosidade, compartilharam comigo valiosas dicas e informações, desde o início desta caminhada, demonstrando solicitude e solidariedade perante minhas dificuldades. Muito obrigada!

A esta Universidade, que é também a extensão da minha casa, por ser meu local de trabalho e da minha formação acadêmica, possibilitando a realização deste sonho, a conquista de novos conhecimentos.

Ao Superintendente do Hospital Universitário Cassiano Antonio Moraes (HUCAM), Prof. Dr. Luiz Alberto Sobral Vieira Júnior, que com sua sensibilidade autorizou o meu afastamento das atividades profissionais, viabilizando a dedicação integral a esta pesquisa, favorecendo a realização da mesma. De verdade, muito obrigada!

A minha amiga e colega de trabalho, Lucelena Maria de Jesus pelo apoio e parceria que, assumindo responsabilidades, me possibilitou o afastamento do serviço para realização deste trabalho. A você, o meu reconhecimento!

A todos, enfim, que direta e/ou indiretamente contribuíram para o alcance deste objetivo, a conclusão desta pesquisa. Pelo estímulo e pela confiança, muito obrigada!

Com todos vocês, divido a alegria desta experiência.

Ninguém vence sozinho... OBRIGADA A TODOS!!!

“A essência da língua é a atividade humana.... a atividade de um indivíduo que busca ser compreendido pelo outro, e a atividade do outro que busca entender o que está na mente do primeiro...” (Jespersen, 1934)

“Usar a linguagem não é apenas colocar palavras e sintaxes em movimento. É também ativar uma série de conhecimentos que as palavras evocam para os participantes do ato comunicativo e que não necessitam fazer-se explícitas” (Motta, 2004).

RESUMO

O estudo acerca da transitividade tem-se intensificado na atualidade, entretanto, entendimentos divergentes entre gramáticos e estudiosos da língua são constatados na literatura sobre o tema, o que evidencia a complexidade do assunto. Nesse sentido, este estudo caracteriza-se por uma contribuição ao esclarecimento do fenômeno, frente às lacunas que existem em torno das abordagens relativas à transitividade verbal. A constatação desse fato verifica-se a partir do levantamento do tema em diversas gramáticas. Assim, busca-se explicar esse fenômeno sob a perspectiva funcionalista da linguagem. Dentre as correntes teóricas funcionalistas, a que norteia a presente pesquisa é a vertente norte-americana, tendo como base a proposta de Hopper e Thompson (1980), além da contribuição de Furtado da Cunha (1996), referente à aferição da transitividade nas orações passivas. Sendo a transitividade a transferência de uma ação de um agente para um paciente, entende-se que esse fenômeno se processa não apenas no verbo, mas perpassa toda a oração, condicionada a fatores sintático-semânticos e discursivo-pragmáticos. Assim, nesta pesquisa, demonstra-se que o grau de transitividade de uma oração está intimamente associado à forma como o discurso é estruturado pelo usuário da língua, refletindo os propósitos comunicativos do falante. Para tanto, faz-se uma abordagem qualitativa em textos jornalísticos, especificamente, notícias publicadas nos jornais **A Gazeta** e **Notícia Agora**, em que comparando o grau de transitividade entre os pares dos respectivos excertos das matérias, consideram-se as diferenças na estruturação/ construção da oração, a partir da intencionalidade de cada um dos jornais. Verifica-se, então, as possíveis variações do grau de transitividade manifesta no *corpus* em análise, a partir da aplicação dos parâmetros propostos pelos autores referenciados. Os resultados obtidos confirmam que uma mesma informação, estruturada oracionalmente de formas distintas pode resultar em diferentes graus de transitividade, refletindo a intencionalidade do falante.

Palavras-Chave: Transitividade; Intencionalidade; Funcionalismo; Parâmetros de transitividade; Notícias jornalísticas.

ABSTRACT

The study of transitivity has been intensified recently. Nevertheless, divergent understandings among grammarians and language scholars can be found in the literature, which highlights the complexity of the subject. This study contributes to the clarification of such phenomenon, given the gaps that exist around different approaches related to verbal transitivity. The latter is verified from a survey of the subject in several grammars. We then try to explain the phenomenon from the functionalist perspective of language. Among the functionalist theories, we follow the proposal of Hopper and Thompson (1980), in addition to the contribution of Furtado da Cunha (1996), which is concerned with the measurement of transitivity in passive clauses. Transitivity is the transference of action from an agent to a patient. Such phenomenon is thus understood as occurring not only in the verb, but in the clause as a whole, conditioned to syntactic-semantic and discursive-pragmatic factors. In this research we shown that the degree of transitivity of a clause is intimately associated with the way the discourse is structured by the user of the language, reflecting the communicative purposes of the speaker. We employ a qualitative approach over journalistic texts, specifically, news published in the newspapers, *A Gazeta* and *Notícia Agora*. We compare the degree of transitivity between the pairs of the respective excerpts of the stories, and consider the differences in the structural/ construction of the clause, from the intentionality that is found in each of the newspapers. By applying the parameters proposed by the referenced authors, we verify the possible variations of the degree of transitivity that is manifest in the corpus under analysis. The results confirm that the same information, structured in different ways in a clause, can result in different degrees of transitivity, which reflects the intentionality of the speaker.

Keywords: Transitivity; Intentionality; Functionalism; Transitivity Parameters; Newspapers.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Figura 1 – Configuração da notícia.....	76
Figura 2 – Blogueira criticada.....	92
Figura 3 – Blogueira detonada.....	93
Figura 4 – Médico preso.....	102
Figura 5 – Médico 171.....	103
Figura 6 – Invasão de escola.....	109
Figura 7 – Invasão de vândalos.....	110

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Comparando terminologias sobre transitividade.....	45
Quadro 2 – Transitividade em gramáticas e dicionários.....	49
Quadro 3 – Parâmetros da transitividade.....	61
Quadro 4 – Propriedades da individuação.....	63
Quadro 5 – Traços de transitividade na passiva.....	67
Quadro 6 – Classificação dos gêneros do jornal.....	78
Quadro 7 – Matérias analisadas.....	88
Quadro 8 – Notícia 1.....	96
Quadro 9 – Notícia 2.....	105
Quadro 10 – Notícia 3.....	112
Quadro 11 – Resultados 1.....	117
Quadro 12 – Resultados 2.....	119
Quadro 13 – Resultados 3.....	120

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

A – agente

ABEP – Associação Brasileira de Empresas de Pesquisas

Circun. – circunstancial

Cf. - conforme

Compl. – complemento

FTPI – Consultora de Planejamento e Compra de Mídia

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LFCU – Linguística Funcional Centrada no Uso

NA – Notícia Agora

NGB – Nomenclatura Gramatical Brasileira

O – objeto

S – sujeito

SPrep – Sintagma preposicionado

Trans. – transitivo

Transit. - transitividade

V. – verbo

Vs. – versus

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	18
2	A TRANSITIVIDADE NAS GRAMÁTICAS	25
2.1	SAID ALI (1964)	25
2.2	KURY (1999)	26
2.3	ROCHA LIMA (2005)	28
2.4	CUNHA E CINTRA (2007)	30
2.5	BECHARA (2009)	32
2.6	BAGNO (2012)	34
2.7	HAUY (2014)	37
2.8	CASTILHO (2014)	41
2.9	ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	46
3	REFERENCIAL TEÓRICO: O FUNCIONALISMO LINGUÍSTICO	51
3.1	A TRANSITIVIDADE NA PERSPECTIVA FUNCIONALISTA: A PROPOSTA DE HOPPER E THOMPSON (1980)	58
3.2	A CONTRIBUIÇÃO DE FURTADO DA CUNHA (1996)	66
4	O GÊNERO EM QUESTÃO	69
4.1	DOMÍNIO DISCURSIVO JORNALÍSTICO E O GÊNERO NOTÍCIA	75
5	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	81
5.1	ABORDAGEM E TIPO DA PESQUISA	81
5.2	AS FONTES: A GAZETA E NOTÍCIA AGORA	82
5.3	COLETA DE DADOS	84
5.4	SOBRE O <i>CORPUS</i>	85

5.5	TRATAMENTO DOS DADOS	88
6	A TRANSITIVIDADE NAS NOTÍCIAS: ANÁLISE E DISCUSSÃO	91
6.1	ANÁLISE DOS RESULTADOS	114
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	123
8	REFERÊNCIAS.....	126
	ANEXOS.....	132

1 INTRODUÇÃO

O termo transitividade tem sua origem no latim, *transitivus*, cujo significado é “ir além”, conforme nos esclarece Furtado da Cunha (2009, p. 2): “[...] em seu sentido original, denota a transferência de uma atividade de um agente para um paciente.” Desse modo, o seu uso no âmbito gramatical relaciona-se ao fato de um elemento da oração não se bastar a si mesmo, necessitando de referir-se a outro termo, daí a ideia de “passo” ou de “trânsito”, segundo nos explica Cano Aguilar (1981). Dentro dessa compreensão, vamos encontrar muitas definições, mas para a Gramática Tradicional, a transitividade é uma propriedade característica do verbo.

Assim, a transitividade verbal é, por definição, o movimento do significado do verbo em direção a um complemento, ou seja, é a necessidade que alguns verbos apresentam de ter outros elementos que assegurem o entendimento da informação ou, ainda, em outras palavras, a transferência de uma ação de um agente para um paciente, evidenciando-se uma propriedade dos verbos que, como já dissemos, para garantir a clareza da informação, podem exigir complemento, dependendo da sua natureza e/ou o contexto de uso em que aparecem.

Entender esse fenômeno é, por assim dizer, perceber quando um determinado verbo precisa de complemento (cf. Ana comprou a gramática) e quando ele por si só possui sentido completo (cf. Ele morreu). Furtado da Cunha (2009, p. 2) ressalta que para a Gramática Tradicional, “[...] a classificação de um verbo como transitivo ou intransitivo se apoia na presença ou ausência de um SN objeto (critério sintático) exigido pelo significado do verbo (critério semântico)”, portanto, podendo coocorrer os três elementos da transitividade, sujeito, ação e objeto.

Não raro a transitividade verbal é tratada de maneira um pouco confusa em nossos manuais de gramática, uma vez que alguns autores não deixam claro qual o critério que norteia a concepção de transitividade consignada em sua obra. Das gramáticas tradicionais revisitadas, a de Said Ali (1964) e a de Cunha e Cintra (2007), por exemplo, mostram-se dissonantes no que tange ao tema em questão, como no caso dos verbos “depender” e “competir” que, para o primeiro autor são intransitivos, mesmo ocorrendo com a presença de preposição, conforme exemplifica: “O bom

resultado depende do esforço." / "O ensino compete ao mestre."¹, contrariando o que prescreve a Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB) em relação aos mesmos verbos, que os classifica como transitivos indiretos, sendo este, também, o entendimento de Cunha e Cintra (2007). Disso, tratamos detalhadamente no capítulo 2 desta dissertação, intitulado, "A transitividade nas gramáticas", ao mostrarmos as convergências e divergências relacionadas ao tema, com base nas proposições de diversos autores.

Essa revisão em torno das abordagens referentes à transitividade verbal sinalizou-nos a grande tarefa a que nos propusemos, tendo em vista a complexidade que envolve o tema. Foi possível, também, confirmar que a transitividade verbal tem sido tratada de forma prescritiva, arbitrária e inconsistente nas gramáticas tradicionais, sem contemplar uma análise que abranja os aspectos sintático-semânticos e discursivo-pragmáticos que os verbos, em uma ambiência linguística, implicam. Limitam-se ora a apresentar os verbos em listas, ora em orações totalmente descontextualizadas, retiradas, na maioria das vezes, de obras literárias, desvinculadas do seu uso real, ou seja, sem se preocupar com a contextualização do uso nas situações reais de comunicação.

Nos últimos anos, os estudos acerca da transitividade têm-se intensificado, sobretudo, porque ainda hoje há entendimentos, comumente, divergentes entre gramáticos e estudiosos da língua, como verificamos na literatura consultada sobre essa questão, o que ratifica a inconsistência do assunto em foco. Por isso, acreditamos que haja ainda muito a ser investigado sobre esse fenômeno linguístico. Motivo, também, pelo qual, ainda hoje esse assunto exige um olhar mais atento, dadas as divergências quanto à compreensão da natureza transitiva, ou não, dos verbos, entre os próprios autores de gramática. Fato é que a transitividade chama a atenção, quer pela complexidade que a envolve, quer pela divergência classificatória registrada em gramáticas de língua portuguesa e também em dicionários, não havendo entre os gramáticos uma classificação uniforme que permita definir com precisão os limites de atuação do verbo na oração.

¹ SAID ALI, M. **Gramática secundária e gramática histórica da língua portuguesa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1964, p. 94.

E é por entendermos que esse tema requer mais elucidações que propusemos a presente pesquisa, que esperamos possa contribuir com o ensino da transitividade verbal, subsidiando, de certa forma, a prática de professores, no que tange a esse fenômeno, a partir da reflexão de que se faz necessário adotar uma forma unívoca, não discreta de conceber o fenômeno em foco, capaz de abarcar as possíveis ocorrências linguísticas e facilitar a compreensão do estudante, em geral, do assunto aqui tratado.

Assim sendo, considerando as lacunas existentes, relativas aos entendimentos dos gramáticos em torno da transitividade verbal, buscamos explicar esse fenômeno sob a perspectiva funcional da linguagem, que se atém à análise de qualquer fenômeno linguístico, no contexto real de uso da língua para a compreensão da forma utilizada. Entendemos que essa perspectiva, até o momento, é a que melhor contempla as múltiplas formas de expressão, resultante das infinitas possibilidades de uso/funções da língua, diferentemente do que vemos nas gramáticas tradicionais.

Dentre as correntes teóricas funcionalistas, a que norteia a presente pesquisa é a vertente norte-americana, essencialmente, os estudos de Hopper e Thompson (1980) que propõem um modelo descritivo teórico-metodológico, a partir da proposição de dez Parâmetros de Transitividade. Hopper e Thompson (1980) entendem a transitividade como sendo a transferência de uma ação de um agente para um paciente, conseqüentemente, quanto mais efetiva for a transferência, mais transitiva será a sentença, já que para eles, a transitividade se processa não apenas no verbo, mas perpassa toda a oração, de maneira gradual, num *contínuum*, condicionada a fatores sintáticos, semânticos, discursivos e pragmáticos. Sobre essas questões, discorreremos no capítulo 3, intitulado, “Referencial teórico: o Funcionalismo linguístico”.

Como Hopper e Thompson (1980), acreditamos que o grau de transitividade de uma oração está intimamente associado à forma como o discurso é estruturado pelo usuário da língua, refletindo os propósitos comunicativos, resultando nas implicações de natureza sintática, semântica, discursiva e pragmática na compreensão do fenômeno linguístico. Nesse sentido, são duas as hipóteses norteadoras desta pesquisa: a) uma mesma informação, estruturada oracionalmente

de formas distintas pode resultar em diferentes graus de transitividade, refletindo a intencionalidade do falante; b) a transitividade analisada sob a ótica de Hopper e Thompson (1980) possibilita uma melhor compreensão do uso real da língua em sua modalidade escrita, em textos impressos, do gênero notícia jornalística.

Desse modo, partilhamos da crença de que a análise de fenômenos linguísticos deve estar ancorada no uso da língua em situação concreta de interação, motivo pelo qual elegemos a abordagem funcionalista da linguagem, na expectativa de obtermos uma maior compreensão da dinâmica da transitividade, para além do que nos possibilitam os estudos tradicionais. É o que pretendemos demonstrar no capítulo 6, intitulado, “A transitividade nas notícias: análise e discussão”.

Nesta pesquisa, foi nosso objetivo estudar o fenômeno da transitividade dentro da perspectiva funcionalista da linguagem. Nesse propósito, foram utilizados textos jornalísticos, notadamente, notícias publicadas nas editorias “Cidades” do jornal **A Gazeta** e “NA Rua”, do **Notícia Agora**, nos meses de julho e agosto de 2016, verificando a variação do grau de transitividade manifesta no *corpus* em estudo. Para tanto, outros objetivos foram perseguidos, especificamente: (1) identificar possíveis variações de construção das orações da notícia veiculada nos jornais citados; (2) descrever as estruturas oracionais dos excertos selecionados, a partir das variações identificadas entre as matérias publicadas em **A Gazeta** e **Notícia Agora**; (3) analisar as notícias/ matérias selecionadas com foco na transitividade, observando os aspectos sintático-semânticos e discursivo-pragmáticos das orações; (4) aferir a transitividade das orações que apresentam variações de construção entre as matérias correlatas, veiculadas nos jornais mencionados, sobretudo nos títulos e subtítulos, aplicando os Parâmetros de Transitividade elaborados por Hopper e Thompson (1980), bem como a proposta de parâmetros reformulada por Furtado da Cunha (1996) para as orações com estrutura de passiva; e, por fim, (5) comparar o grau de transitividade, entre os pares dos respectivos excertos das notícias/ matérias, considerando as diferenças na estruturação/ construção da oração, a partir da intencionalidade de cada um dos jornais. O que resultou na análise final de vinte e três orações, selecionadas das seis matérias² jornalísticas, relativas às notícias: da

² Apesar do termo ser usado intercambiavelmente significando notícia, conforme literatura disponível, nesta pesquisa, adotamos a 12ª acepção do termo registrada no Dicionário do Aurélio: “Tip. Texto ou

publicação da blogueira, do “falso” médico e da invasão da escola, conforme os objetivos descritos. Com isso, foi possível observar como os sentidos foram construídos nesse *corpus* a partir da intencionalidade e da consequente codificação do sistema de transitividade.

Em relação ao critério de seleção utilizado neste estudo, ressaltamos que, coerentes com os objetivos traçados, ao compararmos uma a uma, as orações das matérias veiculadas nos jornais **A Gazeta** e **NA**, verificamos que o texto do corpo das notícias selecionadas é quase que idêntico, salvo pequenas variações, normalmente, de ordem lexical. Assim sendo, consideramos, para efeito de aferição da transitividade, somente aquelas orações que tinham a sua correspondente num e noutro jornal, a saber: título com título, subtítulo com subtítulo etc., sempre que apresentassem diferenças de estruturação/ construção sintática que pudessem resultar em variação do grau de transitividade, razão pela qual, optamos por focar a nossa análise, especialmente, nos títulos e subtítulos das matérias, por serem as partes da notícia, que via de regra, apresentam mudanças de abordagem da mesma notícia num jornal e noutro, possibilitando o alcance dos objetivos.

A escolha tanto do fenômeno de transitividade quanto do *corpus* para análise deve-se, primeiramente, ao fato de estarmos vinculadas ao Núcleo de Pesquisas em Linguagens, coordenado pela Profa. Dra. Lúcia Helena Peyroton da Rocha. Nesse Núcleo, há pesquisadores de graduação em nível de iniciação científica, de mestrado e de doutorado que desenvolvem pesquisas na perspectiva funcionalista da linguagem, sendo de interesse estudar a transitividade e a sua manifestação em diversos gêneros textuais. Além disso, dentre os gêneros textuais/ discursivos mais acessados em nosso cotidiano está o gênero notícia, pertinente ao domínio discursivo jornalístico e que nos possibilitará perceber, quiçá, nexos causais, embasando as escolhas linguísticas nos níveis sintático-semântico e discursivo-pragmático.

composição tipográfica” (FERREIRA, 198?, p. 898), pela necessidade de se diferenciar uma abordagem da outra, isto é, a forma diferenciada de veiculação da mesma notícia, “[...] relato integral de um fato que já eclodiu no organismo social” (MELO, 1985, p. 49), num e noutro jornal.

Quanto à opção pelos dois jornais, justifica-se por acreditarmos que a estruturação oracional está, entre outras coisas, vinculada, sobretudo, ao que se pretende comunicar, considerando sempre as condições dos receptores, do público-alvo a quem se destina, em conformidade com o postulado pela perspectiva funcionalista da linguagem e consoante Martelotta (2006) ao defender que é o contexto real de comunicação que vai determinar a estrutura gramatical utilizada, de tal modo que é imprescindível a análise desse contexto para se compreender o funcionamento da linguagem.

Esta dissertação está organizada em sete capítulos, assim distribuídos: Capítulo 1 – **Introdução**, contendo a apresentação da motivação que resultou no desenvolvimento deste estudo, justificativas, objetivos e o modo como foi estruturado; Capítulo 2 – **A transitividade nas gramáticas**, como sugere o próprio título, é um levantamento entre oito gramáticas, das mais tradicionais a outras menos conservadoras, destacando as diferentes abordagens em torno do fenômeno da transitividade verbal; Capítulo 3 – **Referencial teórico: o Funcionalismo linguístico**, trata, em linhas gerais, dos princípios mais relevantes da visão funcionalista da linguagem, bem como da transitividade na perspectiva funcionalista, tendo como base a proposta de Hopper e Thompson (1980), além da contribuição de Furtado da Cunha (1996), referente à aferição da transitividade nas orações passivas; Capítulo 4 – **O gênero em questão**, discute brevemente as diferenças entre domínio discursivo, gênero discursivo/textual e tipo textual, abordando cada um deles e, em especial, do gênero notícia, por constituir o *corpus* da presente pesquisa; Capítulo 5 – **Procedimentos metodológicos**, que esclarece os critérios norteadores do desenvolvimento desta pesquisa; Capítulo 6 – **A transitividade nas notícias: análise e discussão**, como indica o título, consiste na análise e discussão do *corpus*, com foco na transitividade, a partir da aplicação dos parâmetros de Hopper e Thompson (1980) e Furtado da Cunha (1996) e, também, na análise dos resultados; Capítulo 7 – **Considerações finais**, encerrando a análise e alguns apontamentos de ordem conclusiva; e, por fim, as **Referências**, com a relação dos autores/ obras citados, em ordem alfabética.

No início era o verbo. E agora? É exatamente o que veremos ao tratarmos da questão da transitividade que é o escopo da presente pesquisa e em torno da qual

discorreremos ao longo desta dissertação, que acreditamos possa contribuir para o esclarecimento do fenômeno.

2 A TRANSITIVIDADE NAS GRAMÁTICAS

Neste capítulo, temos como propósito fazer um breve levantamento referente ao tratamento do fenômeno da transitividade em algumas gramáticas representativas da língua portuguesa, a começar pelas abordagens tradicionais, aqui representadas pelos autores: Said Ali ([1923] 1964), Kury ([1985] 1999), Rocha Lima ([1957] 2005), Cunha e Cintra ([1984] 2007), Bechara ([1961] 2009); em seguida, observaremos também obras de linguistas, tais como Bagno (2012), Haug (2014) e Castilho ([2010] 2014). A ordem de apresentação dos autores justifica-se em razão das datas da edição consultada de suas respectivas obras.

2.1 SAID ALI (1964)

Tomando como ponto de partida Said Ali (1964, p. 94), podemos observar que o autor, de forma resumida, divide os verbos em duas classes, transitivos e intransitivos, afirmando: “TRANSITIVO é o verbo cujo sentido se completa com um substantivo em lugar do qual se podem usar as formas pronominais O, A, OS, AS”, exemplificando: Paula *conhece* a José. → Paula *o conhece*.

INTRANSITIVOS são os verbos que não necessitam de outro termo, como *viver, morrer, andar*, e bem assim aqueles cujo sentido se completa com substantivo regido sempre de preposição. Se este substantivo tiver a partícula *a*, usar-se-ão em seu lugar as formas pronominais *lhe, lhes*: O bom resultado *depende do esforço*. O ensino *compete ao mestre*. Isto *lhe compete* (SAID ALI, 1964, p. 94).

Cabe registrar que o referido autor classifica os verbos em apenas dois grupos, transitivos e intransitivos, não os diferenciando quanto à exigência de preposição em sua completude, diferentemente da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB) (1959) que denomina transitivo o verbo que pede complemento, podendo ser ele transitivo direto, quando o complemento não exige preposição, ou transitivo indireto, quando o complemento for preposicionado.

Essa proposição também diverge das demais, comumente registradas em outras gramáticas tradicionais, sobretudo no que diz respeito aos verbos “depende” e

"competir", considerados intransitivos para Said Ali (1964), são amplamente entendidos como verbos transitivos indiretos, pela necessidade da preposição junto ao seu complemento, conforme postulado pela NGB (1959).

Apesar de não fazer distinção explícita no que diz respeito aos verbos transitivos, Said Ali (1964, p. 94) ressalva quanto à natureza do complemento verbal, que além do objeto direto, em geral sem preposição, "[...] pode, em certos casos, haver um termo secundário denotador do indivíduo a quem a ação se destina [...]", este sim, precedido da preposição *a* ou do pronome *lhe*, *lhes* que se chama objeto indireto ou complemento terminativo. Observa também que há verbos transitivos "[...] de significação tal, que requerem necessariamente os dois objetos, direto e indireto" (SAID ALI, 1964, p. 95).

2.2 KURY (1999)

Kury (1999, p. 28) classifica os verbos, quanto à sua predicação, em intransitivos, transitivos (diretos, indiretos, diretos e indiretos simultaneamente, adverbiais) e de ligação. Contudo, o autor ainda observa que "a predicação de um verbo depende do seu emprego na oração", fato esse que retoma mais à frente sob o título de predicação variável. "Há numerosos verbos cuja predicação somente pode ser determinada no contexto de uma frase, nunca isolados" (KURY, 1999, p. 43). Exemplificando com o que denominou de verbos de predicação múltipla (ser, estar, ficar, virar, ir, querer). Vejamos algumas ocorrências dadas pelo autor com o verbo *virar*. "O sofrimento *virou* esperança."; "A canoa *virou*." e "O vento *virou* a canoa." Nos exemplos elencados podemos notar que a mesma forma verbal funciona, no que se refere à sua predicação, como verbo de ligação, na primeira oração, verbo intransitivo, na segunda e verbo transitivo direto, na última oração.

Para Kury (1999), os verbos intransitivos são os "[...] que podem conter em si toda a significação do predicado sem acréscimo de complemento" (KURY, 1999, p. 28) e os transitivos os "[...] que requerem o acréscimo de um complemento que integre o sentido do predicado" (KURY, 1999, p. 29), estes, classificados em: Transitivos diretos – "são os verbos que têm seu sentido integralizado por um complemento não

introduzido por preposição **obrigatória**, ou ocasionalmente pela preposição a denominado OBJETO DIRETO” (KURY, 1999, p. 30, grifos do autor);

Este é o sentido etimológico de “transitividade”: chamavam os gramáticos latinos *transitiva* a oração que podia “transitar” para a voz passiva, e, por extensão, *transitivo* ao verbo que lhe formava o predicado. É este sentido etimológico que leva A. Nascentes a afirmar categórico: “Um verbo não pode ser transitivo duas vezes. Ou é transitivo ou é intransitivo.” (CNGB, 26.) - Não é essa, todavia, a conceituação que se depreende na NGB, que admite transitivos diretos e indiretos, estes sem voz passiva; para a NGB é transitivo o verbo que pede objeto, e intransitivo o que não o tem. Para nós, é transitivo o verbo que pede COMPLEMENTO (KURY, 1999, p. 30).

Transitivos indiretos – “são os verbos que têm seu sentido integralizado por um OBJETO INDIRETO, isto é, um complemento que, quando substantivo, ou pronome substantivo, vem **obrigatoriamente** regido de preposição sem valor circunstancial” (KURY, 1999, p. 30, grifos do autor); Transitivos diretos e indiretos simultaneamente – também chamados de bitransitivos, são os verbos que requerem ao mesmo tempo o acréscimo do objeto direto e de outro complemento, O OBJETO INDIRETO, que, como já dito, quando substantivo ou pronome substantivo, vem obrigatoriamente regido de preposição (KURY, 1999); Transitivos adverbiais – “certos verbos de movimento ou de situação (como *chegar, ir, partir, seguir, vir, voltar, estar, ficar, morar*, etc.), quando pedem um COMPLEMENTO ADVERBIAL DE LUGAR que lhes integre o sentido [...]” (KURY, 1999, p. 32), ressaltando Kury (1999) que estes apesar de serem “[...] tradicionalmente classificados como intransitivos, devem ser considerados transitivos, desde que se entenda por TRANSITIVIDADE a necessidade de um complemento ‘que vem acabar uma ideia insuficiente em si mesma’” (SECHEHAYE, apud KURY, 1999, p. 32).

Diferenciando os verbos transitivos indiretos e transitivos adverbiais, Kury (1999) alerta:

Uma preposição pode introduzir seja objeto indireto, seja complemento ou adjunto adverbial: no primeiro caso é mero nexos gramatical, sem valor significativo: “Gosto DE música.” (de música = objeto indireto); já no 2º caso tem valor circunstancial nítido: “Venho DE casa.” (de casa = complemento adverbial de lugar) (KURY, 1999, p. 31).

A partir da classificação proposta por Kury (1999), observamos, num primeiro momento, que há uma incoerência quanto ao enquadramento de verbos de

movimento ou situação (chegar, partir, ir, seguir, vir; morar, estar, ficar etc.), ora, classificados como verbos intransitivos, ora, compreendidos como transitivos adverbiais, tais verbos de movimento ou situação, conforme citação acima. Mas, como não é o escopo deste estudo uma discussão mais aprofundada em torno das motivações classificatórias que resultam em proposições diversas na compreensão do fenômeno da transitividade, ressaltamos, na oportunidade, evidências de posicionamentos diferenciados, muitas vezes contrários entre si, denotando a complexidade do assunto.

Vale destacar que o entendimento apresentado por Kury (1999) muito contribuiu para ampliar o campo de visão dentro das possibilidades de análise relativas à transitividade verbal, sobretudo quando alerta que “a predicação de um verbo depende do seu emprego na oração”, por existirem “[...] numerosos verbos cuja predicação somente pode ser determinada no contexto de uma frase, nunca isolados” (KURY, 1999, p. 28 e 43), evidenciando que os aspectos sintáticos e semânticos não devem se dissociar, sempre que se pretenda adentrar no âmbito das análises.

2.3 ROCHA LIMA (2005)

Rocha Lima (2005), assim, classifica os verbos quanto aos seus complementos:

Sendo o verbo a palavra regente por excelência, cumpre proceder sempre à verificação da natureza dos complementos por ele exigidos. O complemento forma com o verbo uma *expressão semântica*, de tal sorte que a sua supressão torna o predicado incompreensível, por omissivo ou incompleto. Em função do tipo de complemento que requerem para formar uma *expressão semântica*, assim se podem classificar os verbos (ROCHA LIMA, 2005, p. 340):

Intransitivos, “[...] são suficientes para, sozinhos, representar a noção predicativa”, dispensando “[...] quaisquer complementos.” Exemplifica: “Neva.” e “O soldado morreu” (ROCHA LIMA, 2005, p. 239 e 340).

Já “outros, ao contrário, requerem, para a cabal integridade do predicado, a presença de um ou mais termos que lhes completem a compreensão. São os verbos

transitivos” (ROCHA LIMA, 2005, p. 239). Estes necessitam dos complementos verbais, assim denominados por Rocha Lima (2005): objeto direto, objeto indireto, complemento relativo e complemento circunstancial, este último, segundo ele, “é um complemento de natureza adverbial, tão indispensável à construção do verbo quanto, em outros casos, os demais complementos verbais” (ROCHA LIMA, 2005, p. 252), equivalente ao verbo transitivo adverbial proposto por Kury (1999), conforme já exposto.

Assim é que esses dois últimos autores parecem entender que certos verbos “transitam”, exigindo complemento que não seja objeto direto. Nesse sentido, propõem que esses verbos que têm necessidade de um elemento de natureza adverbial para lhes completar o sentido chamem verbo transitivo adverbial (KURY, 1999) e transitivo circunstancial (ROCHA LIMA, 2005).

Definindo o objeto direto como “[...] o complemento que, na voz ativa, representa o paciente da ação verbal” que indica “o ser sobre o qual recai a ação (Castigar o *filho*)”; “o resultado da ação (Construir *uma casa*)” e “o conteúdo da ação (Discutir *política*)”, o autor apoia-se num critério semântico e, ao mesmo tempo, sintático ao indicar as formas de sua identificação: “a) [...] pode ser o sujeito da voz passiva; b) [...] corresponder, na 3.^a pessoa, às formas pronominais átonas *o, a, os, as*” (ROCHA LIMA, 2005, p. 243).

O objeto direto é subdividido em objeto direto preposicional e objeto direto interno, esta última classificação, hoje, restrita a algumas gramáticas, conforme Silva (2009) ressalta em seu artigo “O Complemento Verbal em Rocha Lima”.

Ao dizer que “o *objeto indireto* representa o SER ANIMADO a que se dirige ou destina a ação ou estado que o processo verbal expressa”, Rocha Lima (2005, p. 248) considera o aspecto semântico, de tal modo que, em nota, na mesma página, esclarece: “Quando substantivos referentes à ‘coisas’ (*lato sensu*) se usam como objeto indireto, devem considerar-se [...] como se fossem capazes de receber tratamento igual ao de pessoas [...]”.

Menciona também os aspectos morfológicos e sintáticos na identificação do objeto indireto. O primeiro “[...] caracteriza-se por vir encabeçado pela preposição *a* (às vezes, *para*) e corresponder, na terceira pessoa, às formas pronominais átonas *lhe*, *lhes*” (ROCHA LIMA, 2005, p. 249). O segundo aspecto, sintático, refere-se à impossibilidade da passagem do objeto indireto na voz ativa para a função de sujeito na voz passiva.

Ainda, em relação ao objeto indireto, Rocha Lima (2005, p. 243 e 249) ressalva em nota: “Nem sempre [...] o objeto indireto é ‘complemento verbal’, mas sim ‘termo integrante do predicado – verbal, nominal, ou verbo-nominal’ – independentemente da natureza do verbo.” A esse respeito, acrescenta mais adiante que o objeto indireto pode aparecer em qualquer tipo de predicado, “[...] perfilando-se, até, ao lado de verbos intransitivos e de verbos na voz passiva”, percepção essa compartilhada por Bechara (2009), como veremos mais à frente.

A denominação de complemento relativo proposta por Rocha Lima (2005, p. 251) diz respeito ao “[...] complemento que, ligado ao verbo por uma preposição determinada [...], integra, *com o valor de objeto direto*, a predicação de um verbo de significação relativa.” Conquanto preposicionado, o complemento relativo, diferencia-se do objeto indireto uma vez que

a) Não representa a pessoa ou coisa a que se destina a ação, [...] denota, como o objeto direto, o ser sobre o qual recai a ação; b) Não corresponde, na 3.^a pessoa, às formas pronominais átonas *lhe*, *lhes*, mas às formas tônicas *ele*, *ela*, *eles*, *elas*, precedidas de preposição: assistir a um baile – assistir *a ele*; depender de despacho – depender *dele*; gostar de uvas – gostar *delas* (ROCHA LIMA, 2005, p. 252).

2.4 CUNHA E CINTRA (2007)

Cunha e Cintra (2007, p. 149), ao tratarem da predicação verbal, conceituam o que denominaram de verbos significativos, afirmando serem “[...] aqueles que trazem uma ideia nova ao sujeito”, podendo ser intransitivos e transitivos.

Os autores falando sobre os verbos intransitivos, apresentam o seguinte exemplo: “**Sobe** a névoa... A sombra **desce**...” (COSTA; SILVA, apud CUNHA; CINTRA, 2007, p. 149, grifos do autor), em que se verifica “[...] que a ação está integralmente contida nas formas verbais *sobe* e *desce*”, sendo tais verbos intransitivos, ou seja, a ação não vai além dos verbos, a ação expressa pelo verbo é por si só suficiente para garantir a compreensão daquilo que se quer comunicar.

Ao passarem para os verbos transitivos, exemplificam: “Ele não **me agradece**, / nem eu **lhe dou tempo**” (BOTELHO, apud CUNHA; CINTRA, 2007, p. 150, grifos dos autores). Aqui, “[...] as formas verbais *agradece* e *dou* exigem certos termos para completar-lhes o significado”. Esclarecem que o processo verbal não está integralmente contido nas formas verbais, mas se transmite e/ou transita a outros elementos da oração da qual fazem parte, como é o caso do pronome “me” na primeira e o “lhe” e o substantivo tempo na segunda, que asseguram a completude do sentido. A esses verbos dá-se o nome de transitivos.

Cunha e Cintra (2007), conforme eles mesmos ressaltam, optam por seguirem a distinção estabelecida pela NGB (1959), no que se refere à distribuição dos verbos quanto à sua predicação, distribuindo-os, portanto, em intransitivos e transitivos, estes podendo ser transitivos diretos, transitivos indiretos e transitivos diretos e indiretos ao mesmo tempo.

Contudo, importante salientar que Cunha e Cintra (2007) também falam sobre a variabilidade da predicação verbal ao afirmarem que “a análise da transitividade verbal é feita de acordo com o texto e não isoladamente. O mesmo verbo pode estar empregado ora intransitivamente, ora transitivamente, ora com objeto direto, ora com objeto indireto”. Seguem os exemplos dos autores: “Perdoai sempre.” (Intransitivo); “Perdoai **as ofensas**.” (Transitivo direto); “Perdoai **aos inimigos**.” (Transitivo indireto) (CUNHA; CINTRA, 2007, p. 152, grifos dos autores).

A essa mutabilidade de uso Kury (1999) denominou de predicação variável, já mencionado anteriormente, coincidindo, também, com o postulado por Bechara (2009), conforme veremos em seguida.

2.5 BECHARA (2009)

Bechara (2009, p. 19) busca um novo olhar sobre os mais variados aspectos gramaticais, conforme ele mesmo afirma em seu Prefácio da 37.^a edição: “Difícilmente haverá seção da Moderna Gramática Portuguesa que não tenha passado por uma consciente atualização e enriquecimento [...]”, “embora seu trabalho se oriente pelo modelo gramatical clássico, Bechara procura fomentar o estudo gramatical tradicional com os fundamentos teóricos da Linguística moderna” (RODRIGUES, 2007, p. 66).

A orientação aqui adotada resulta da nossa convicção de que ela também pode oferecer elementos de efetiva operacionalização para uma proposta de reformulação da teoria gramatical entre nós, especialmente quando aplicada a uma obra da natureza desta Moderna Gramática Portuguesa, que alia a preocupação de uma científica descrição sincrônica a uma visão sadia da gramática normativa, libertada do ranço do antigo magister dixit e sem baralhar os objetivos das duas disciplinas (BECHARA, 2009, p. 19-20).

Nesse espírito de junção do que, até então, estava posto, estabelecido e sacramentado, referimo-nos aqui às gramáticas normativas, o presente autor, sem abrir mão do modelo gramatical clássico, como já dissemos, busca abrir espaço para novas perspectivas, propenso e permeável à influência das correntes teóricas com base na linguística moderna.

Assim sendo, detendo-nos no que interessa no momento, as abordagens relativas à transitividade, Bechara (2009) adota, ao fim e ao cabo, a classificação da NGB. Contudo, no curso da apresentação do tema traz reflexões próprias de uma concepção da língua mais voltada ao seu funcionamento, favorecendo novos ventos no campo das análises.

Reconhecendo a supremacia do verbo nas orações, define a transitividade verbal como resultante da necessidade que alguns verbos têm de delimitação semântica, chamando de complementos verbais ou argumentos os termos que atuam como delimitadores semânticos desses verbos. “*O porteiro viu o automóvel. Eles precisam de socorro*” (BECHARA, 2009, p. 415).

Já os verbos, segundo ele, “[...] que apresentam significado lexical referente a realidades bem concretas não necessitam de outros signos léxicos, [...] dizemos, então, que o predicado é simples. A tradição gramatical chama intransitivos a tais verbos: Ela não trabalha” (BECHARA, 2009, p. 415).

Adverte que “um mesmo verbo pode ser usado transitiva ou intransitivamente [...]: Eles comeram maçãs (transitivo). Eles não comeram (intransitivo).” Assim, “[...] a oposição entre transitivo e intransitivo não é absoluta, e mais pertence ao léxico do que à gramática” (BECHARA, 2009, p. 415).

O autor ainda apresenta o que ele denominou como “os tipos de argumentos determinantes do predicado complexo” (BECHARA, 2009, p. 416): a) O complemento direto ou objeto direto, alertando que existem, conforme palavra sua, estratégias para identificação do complemento direto, sendo, necessário utilizar mais de uma nesse reconhecimento, uma vez que nenhuma delas, por si só, é infalível.

Essas estratégias referem-se à pronominalização do objeto, a transformação da voz ativa para a voz passiva etc. e porque nem sempre correspondem ao funcionamento da língua, não se bastam isoladamente.

Bechara (2009), de forma detalhada, desdobra os tipos de complementos diretos em: b) Objeto direto preposicionado, c) A preposição como posvérbio e, ainda, d) O complemento relativo, este último em consonância com a proposta de Rocha Lima (2005). A esse respeito, observa: “Não há unanimidade entre os estudiosos em considerar tais argumentos [...] como complementos relativos. Levando em conta exclusivamente o aspecto semântico, muitos preferem considerar tais termos como adjuntos circunstanciais ou adverbiais [...]” (BECHARA, 2009, p. 421).

Referindo-se geralmente a um ser animado, introduzido pela preposição “a” relacionado à pessoa, este novo argumento do predicado complexo, no dizer do autor, chama-se: e) Complemento ou objeto indireto. Aqui, também, “os estudiosos têm encontrado dificuldade em estabelecer um rigoroso critério de identificação do complemento indireto, preferindo servir-se concomitantemente de critérios léxicos, formais e sintáticos” (BECHARA, 2009, p. 422).

Ao referir-se às possibilidades de preenchimento dos argumentos dos predicados complexos, precisamente no que diz respeito aos complementos indiretos, Bechara (2009) classifica, conforme se segue: f) Objeto indireto e adjuntos com “para”, g) Construção especial com objeto indireto, h) Os chamados “dativos livres” e i) O complemento predicativo, detalhando cada uma das ocorrências, o que nos leva a perceber que, em matéria de língua, não é possível um enquadramento apriorístico simplista em que se tenha a pretensão de dar conta das inúmeras possibilidades de uso de uma dada língua.

Bechara (2009, p. 422), apesar de incluir o objeto indireto entre os complementos verbais, assegura que

[...], o complemento indireto é um termo que se distancia mais da delimitação semântica do predicado complexo e parece melhor um elemento adicional da intenção comunicativa que, fica, no esquema sintático, a meio caminho entre os verdadeiros complementos verbais e os adjuntos circunstanciais.

Fica assim evidenciado que o objeto indireto apresenta-se com menor valor argumental, se comparado com o objeto direto, considerado por alguns gramáticos o genuíno complemento verbal.

2.6 BAGNO (2012)

Com uma proposta ancorada na convicção de que não se deve desvincular o estudo dos fenômenos linguísticos dos contextos reais de uso da língua, Bagno (2012, p. 516), ao tratar da transitividade verbal, refere-se “[...] ao tipo de complemento que é acionado pela semântica do verbo ou, no caso dos intransitivos, pela não necessidade de complemento”, advertindo: “[...] como sempre, é o **contexto discursivo** que vai determinar o caráter transitivo e/ou intransitivo de um verbo” (grifo do autor).

Assim é que não se pode limitar a análise tão somente à sintaxe no reconhecimento da (in)transitividade verbal nas orações, uma vez que outros aspectos hão de ser considerados. Nesse sentido, Bagno (2012, p. 517), citando Salomão, exemplifica

com o que ela chamou de construção do objeto interdito, referindo-se à variação predicativa de verbos conhecidamente transitivos aparecerem como intransitivos, como quando, por razões de conveniência, os objetos são omitidos. Por exemplo: “Se beber ø, não dirija.” “Aprecie ø com moderação.”

Bagno (2012) destaca que

construções desse tipo são exemplos que justificam a abordagem da língua como um fenômeno sociocognitivo, que aciona, sem dúvida, a lexicogramática, mas também o conhecimento de mundo dos interlocutores, regras culturais, tabus linguísticos etc.. E também provam que a língua só se manifesta realmente e só se torna significativa em **textos**, falados ou escritos, e nunca jamais em sentenças isoladas (BAGNO, 2012, p. 517, grifo do autor).

Ao falar dos complementos verbais, Bagno (2012, p. 517), referindo-se ao reconhecimento tradicional dos objetos indiretos, ou seja, pela anteposição da preposição junto ao complemento, afirma que “[...] os estudos contemporâneos preferem chamar de objeto indireto somente os complementos que tragam o traço semântico [**beneficiário**], introduzido pelas preposições *para* e *a*.” Conforme pode ser visto no exemplo: “Comprei um perfume delicioso **para** você.” “Esses computadores pertencem **à** escola” (grifo do autor).

Segundo Bagno (2012, p. 517 e 518), um teste para identificar o objeto indireto “[...] é tentar convertê-lo nos índices de pessoa e não-pessoa que desempenham esse papel sintático: Maria trouxe um presente lindo **para nós**.” → “Maria **nos** trouxe um presente lindo.”

Quando a conversão não for possível, como em: “Marcela ainda vive **de mesada**?” → “* Marcela ainda **a / lhe** vive?” (BAGNO, 2012, p. 518, grifos do autor) é o caso dos complementos relativos, mencionados por Rocha Lima (2005) e Bechara (2009), que, na concepção de Castilho (2014) e Bagno (2012), são os complementos oblíquos. A esse respeito, Bagno (2012) diz, citando Bechara (1999): “A preposição que introduz o complemento relativo constitui uma extensão do signo léxico verbal como parece indicar o fato de que cada verbo se acompanha de sua própria preposição, por servidão gramatical” (BECHARA, apud BAGNO, 2012, p. 518).

Por servidão gramatical deve-se entender o “termo que se aplica a fatos gramaticais meramente mórficos, sem correspondência com uma noção ou categoria gramatical”(CÂMARA JR., apud BAGNO, 2012, p. 518). Para melhor compreensão do que foi dito, vale a pena transcrever o exemplo dado por ele:

Um bom exemplo de servidão gramatical é a regência do verbo *gostar*. Dizemos sempre *eu gosto de café*, numa construção aparentemente transitiva indireta que, de fato, semanticamente, é direta (equivalente a *aprecio café, adoro café, amo café*). A preposição ocorre aí por mera servidão gramatical (BAGNO, 2012, p. 518).

É assim que verbo e preposição se juntam numa unidade lexicogramatical, de modo que o verbo passa a ser *gostar de*, como ocorre também com outros verbos, conforme Bagno (2012, p. 519) exemplifica: “*sair de, precisar de, passar por, pensar em, sonhar com*”, entre outros.

Bagno (2012, p. 519-520) faz algumas considerações em torno da mutabilidade/variação predicativa que certos verbos apresentam ao longo dos tempos, como verbos transitivos diretos, que “[...] capturaram preposições em sua órbita e as transformaram em seus satélites”. Caso inverso se dá com verbos que, pela afinidade semântica, apresentam paralelismo sintático, como o verbo *assistir* que “se torna transitivo direto pela analogia semântica com *ver, presenciar, frequentar, todos transitivos diretos*”. Isso vai refletir naturalmente em mudança no modo de construção das orações, conforme alerta o autor. Resulta daí a possibilidade de se usar: “Assistir os carentes” e/ou “Assistir aos carentes” (BECHARA, apud BAGNO, 2012, p. 521).

Contudo, nesse sentido, Bagno (2012) levanta algumas questões em torno de alguns usos não contemplados por Bechara (1999), por exemplo, “ajudar **na** missa”, comumente utilizado e de verbos que

[...] admitem duas regências que geram enunciados diferentes: é o caso de **reduzir**, que Bechara prescreve de modo enfático – **reduzir a (não em!)** -, quando se sabe que também existe **reduzir em**: ‘O orçamento da União foi **reduzido em** 100 bilhões de reais’ – coisa bem diferente de: ‘O orçamento da União **foi reduzido a** 100 bilhões de reais’ [...] (BAGNO, 2012, p. 521-522, grifos do autor).

Bagno (2012, p. 527) menciona as mudanças de regência de muitos verbos, contrastando o defendido por Bechara (1999) com o apresentado por Borba (1991) em seu *Dicionário Gramatical de Verbos do Português Contemporâneo do Brasil*. Segundo ele, a lista prescritiva “[...] de regências ‘corretas’ [...] de Bechara nos indica mudanças já devidamente implantadas no PB [...]” (Português Brasileiro).

E, ainda nos domínios da transitividade, destaca que as referidas mudanças têm consequências sintático-semântico-pragmáticas, como ocorre com o verbo *assistir*, acima citado, entre outros, que ao “perder” a obrigatoriedade do acompanhamento da preposição “a”, passa a ser usado como transitivo direto: “assistir **a** algo (complemento oblíquo) → assistir algo (objeto direto)”. A esse respeito, faz-se relevante o trecho a seguir: “Essa transformação **sintática** implica numa reanálise **semântica** da relação do falante com o objeto em questão, relação que deixa de ser **indireta** ou **oblíqua** e passa a ser **direta**” (BAGNO, 2012, p. 528, grifos do autor).

Como já explicitado anteriormente, o processo inverso, isto é, verbos tradicionalmente transitivos diretos passam a ser usados como indiretos, ocorre com frequência. Em muitos casos, motivados pela “[...] analogia sintático-semântica com verbos de significado semelhante, [...]” (BAGNO, 2012, p. 528).

Para finalizar, parece-nos oportuno registrar o posicionamento de Bagno (2012, p. 537) relativo ao ensino da transitividade/regência verbal nas escolas: “Fica claro que não tem cabimento desperdiçar tempo e espaço de sala de aula com a tentativa de preservar regências verbais há muito tempo caídas em desuso. Um ensino honesto não pode esconder dos aprendizes a realidade de sua língua”.

2.7 HAUY (2014)

Haury (2014), coerente com a proposta descritiva, normativa e sistemática da tradicional teoria gramatical do Português, uma vez que defende a importância da norma padrão no livro didático, por acreditar na sua função sociocultural, utiliza em suas exemplificações os clássicos textos literários.

Dessa forma, inicia as reflexões em torno da predicação verbal com a definição:

Predicação é o resultado do nexo que se estabelece entre um predicado e seu sujeito. Quando para esse nexo* é suficiente o verbo, este se diz de predicação completa. Quando o verbo não prescinde de um complemento, diz-se de predicação incompleta (CÂMARA JR., apud HAUY, 2014, p. 1072).

A partir, então, da conceituação de predicação verbal relacionada à necessidade ou não de complementação semântica de alguns verbos, nocionais e relacionais, por conterem ou não conterem em si significação precisa, Hauy (2014) adota a seguinte classificação: intransitivos (verbos de predicação completa), transitivos diretos, transitivos indiretos, transitivos diretos e indiretos e verbos de ligação (predicação incompleta). Contudo, salienta que essa classificação não é rigorosa, uma vez que a (in)transitividade e o caráter relacional dos verbos, “[...] só se identifica no contexto” (HAUY, 2014, p. 1072), tal qual explicitado por Kury (1999). Seguem alguns exemplos da autora: “O barco virou. (intransitivo)”; “Não vire a página. (transitivo direto)”; “O fato virou notícia. (de ligação)”.

Assim, Hauy (2014), ao falar sobre as características dos verbos intransitivos, que, em geral, designam fenômenos naturais, ação e movimento, afirma que, também nas ocorrências em que há o apagamento do objeto, verbos tradicionalmente aceitos como transitivos apresentam-se como intransitivos, e exemplifica isso com Fernando Pessoa: “[...] Não **comi**, não pedi outra coisa, paguei a conta... [...]” (HAUY, 2014, p. 1074, grifo da autora).

No que tange ao caso dos verbos de movimento, a autora ressalta que a NGB os classifica como intransitivos, “[...] completavam-se, numa análise anterior mais adequada, com complementos circunstanciais atualmente denominados adjuntos adverbiais” (HAUY, 2014, p. 1074).

Hauy (2014) observa também que as orações com verbos intransitivos não permitem a conversão de voz e que “certos verbos intransitivos podem transitivar-se, desde que seu objeto esteja acompanhado de um adjunto”, sendo nessas construções o complemento da mesma esfera semântica do verbo. “Morrerás morte vil da mão de

um forte. (Gonçalves Dias)” (HAUY, 2014, p. 1074), é o que Rocha Lima denomina objeto direto interno.

Quanto aos verbos transitivos diretos, destaca sobre o objeto direto: “O complemento objetivo (= objeto direto) representa ou o que já existe, quando a ação se realiza (v.g.: demolir uma torre), ou o que é resultado da ação (v.g.: construir uma torre)” (DIAS, apud HAUY, 2014, p. 1075).

Segundo ela, o verbo transitivo direto é aquele cujo efeito da ação passa do agente (sujeito) para o paciente (objeto), “[...] em regra sem preposição, daí a denominação **direto** para o verbo e para o seu complemento” (HAUY, 2014, p. 1075, grifo da autora).

Mas, Hauy (2014) ressalva que nem todos os verbos transitivos diretos permitem a conversão de voz, da ativa para passiva, como é o caso dos verbos sofrer, receber, padecer, por denotarem passividade, entre outros, como, querer, ter etc.. Exemplos da autora: “O povo sofre fome. Ele recebeu o castigo. [...] O professor quer o trabalho. (O trabalho é querido pelo professor).” Ainda que sintaticamente possível a conversão para a voz passiva, as construções resultantes tornam-se inadequadas, conforme ressalva a autora. “[...] o conceito de transitivo direto, nesses casos, é mais sintático e formal do que semântico, uma vez que a transitividade, do ponto de vista do sentido, não se aplica a todos os verbos considerados transitivos diretos” (HAUY, 2014, p. 1075).

Fazendo menção ao objeto direto preposicionado, Hauy (2014) passa, então, a detalhar as demais particularidades relativas à caracterização e identificação dos verbos transitivos diretos. Nesse propósito, traz à tona considerações em torno do que defende a norma culta em períodos compostos, que recomenda “[...] o emprego de um mesmo complemento para verbos que tenham a mesma regência ([Não trago nem levo saudade])”, não admitindo “[...] o emprego de um mesmo complemento para verbos de regências diferentes ([Procuo e necessito de um bom advogado])” e do que “excepcionalmente, por ênfase, rima ou ritmo, com recursos da linguagem figurada, como, por exemplo, a elipse [...], empregam os autores o mesmo

complemento para verbos de regência diferente. [...] Semanalmente entram e saem navios dos portos aliados [...]” (HAUY, 2014, p. 1079).

A referência ao fato justifica-se por ser interessante observar que, a despeito de se contrariar a norma culta, no uso da língua, entendem-se e aceitam-se as ocorrências oriundas de autores consagrados, nos moldes das “famosas” licenças poéticas. Contudo, na intenção de se privilegiar a norma culta, Costa, citado por Hauy (2014) afirma que

[...] apesar do intento mais permissivo de alguns gramáticos, o melhor parece ser, nos textos que devam submeter-se à norma culta, que se proceda à regular distinção e se empregue cada verbo com seu próprio complemento, não se atribuindo o mesmo complemento a verbos ou palavras que peçam regências distintas (COSTA, apud HAUY, 2014, p. 1080).

Hauy (2014) segue pormenorizando as possíveis ocorrências relacionadas à predicação verbal, sempre as analisando exaustivamente, explicitando ora as convergências, ora as divergências de entendimento entre os mais variados gramáticos e estudiosos, à moda de um estudo comparativista, em que evidencia a multiplicidade de posicionamentos frente ao fenômeno da transitividade verbal. Tal situação deixa clara, a complexidade do fenômeno e os desafios que se fazem para abarcá-lo satisfatoriamente. É o que confirmamos na afirmação seguinte de Hauy (2014, p. 1093): “A dificuldade de teorização [...] se acentua quando se confrontam opiniões tão discrepantes de grandes estudiosos da língua”.

A título de dirimir quaisquer dúvidas sobre a complexidade comentada, vale transcrever o trecho a seguir, a respeito de “arrancar da espada”, “sacar do revólver”, em que também há divergência entre os estudiosos, conforme destaca a autora, ao tratar do objeto direto preposicionado:

Arrancar e sacar apresentam todos os requisitos de verbo transitivo nas frases “arrancar árvores”, “sacar proveito” e outras similares, em que é inadmissível o uso de qualquer preposição antes do nome integrador do sentido verbal. Se, porém, o substantivo exprime arma ou instrumento, e ao conceito verbal se associa o de segurar este instrumento, ou servir-se dele, diz-se “arrancar da espada”, “sacar do revólver”, destruindo-se assim o caráter do verdadeiro verbo transitivo. A presença da preposição **de** é devida provavelmente ao duplo contágio das noções de instrumento e de lugar donde procede a ação (SAID ALI, apud HAUY, 2014, p. 1093).

Haury (2014) apoia-se na proposição de Nascentes, ao afirmar que “o objeto direto assume às vezes a feição de adjunto circunstancial de instrumento e desabona então a transitividade direta do verbo” (NASCENTES, apud HAURY, 2014, p. 1093). Faz, então, o questionamento que não se pode calar: “Da tríplice conceituação dessa construção preposicionada decorre, pois, uma inevitável e didaticamente desastrosa diversidade de análise: **objeto direto**, **objeto indireto** ou **adjunto adverbial**?” (HAURY, 2014, p. 1093, grifos da autora).

Postas essas reflexões, passemos a outro estudioso dos desafios e problemas pertinentes a nossa língua.

2.8 CASTILHO (2014)

“Retrato o português do Brasil, é um registro de como se fala aqui. Não estou preocupado com o certo ou o errado. Quero mostrar como a língua é, com suas variedades. É a língua sem o *Photoshop*, que se distancia da norma padrão” (CASTILHO, apud ÉPOCA, 2010).

Com essas palavras de Castilho (2010) fica claro que a sua intenção não é só contribuir para o aumento do quantitativo, já expressivo, de gramáticas no Brasil. A começar pelo seu título, tal qual a do Bagno (2012), ambas se propõem, diferentemente da grande maioria, a estudar os fenômenos linguísticos sob uma perspectiva menos normativa e mais descritiva, considerando sempre os processos criativos do português brasileiro, indo além da mera descrição, mas lançando o olhar para o que antecede à linguagem verbal, isto é, a linguagem mental. Assim, sem a pretensão de normatizar o certo e o errado no uso/ na apropriação da língua/ linguagem por seus usuários, o autor permite um “diálogo” com seu leitor, convidando-o a se transformar em linguista-gramático de si mesmo.

Após essas considerações preliminares, passemos à abordagem de Castilho (2014) sobre o fenômeno da transitividade, objeto da presente pesquisa.

Coerente com o exposto acima, a começar pela própria localização do tema na gramática em questão, podemos notar que o assunto é tratado de forma inusitada, não sendo restrito a um capítulo isolado, mas sim perpassando os diversos aspectos linguísticos, exaustivamente comentados pelo autor ao longo das páginas.

Assim é que o encontramos logo nas primeiras páginas ao falar sobre a predicação, que segundo ele, ocorre “[...] quando um operador toma um termo por seu escopo, transferindo-lhes propriedades de que o escopo não dispunha antes” (CASTILHO, 2014, p. 127). Conforme nos explica, esse operador pode ser de natureza verbal, adjetival e adverbial, que direcionam aos seus escopos seus traços semânticos inerentes, “[...] atribuindo-lhe propriedades de qualificação, quantificação, modalização, localização, focalização, entre outras operações semânticas e gramaticais” (CASTILHO, 2014, p. 686).

Tomando o exemplo “*Aquele velhinho está lendo atentamente um livro divertido*” e focando apenas no fragmento “*um livro divertido*”, o autor observa que “*um livro*” é o escopo do operador “*divertido*”, que imprime no livro uma propriedade que em separado não teria, ou seja, um livro por si só não é necessariamente divertido, mas ao juntar-se ao adjetivo ganha traços semânticos próprios dele. Esse processo de predicação ocorre em toda a extensão da sentença, sendo “[...] uma operação de transferência de traços semânticos que se movimentam pela sentença e pelo texto” (CASTILHO, 2014, p. 128).

Essa afirmação já nos permite perceber que a referida transferência não se limita a apenas um termo na sentença, mas pode ocorrer em toda sua extensão, resultando no que Castilho (2014) classificou em tipos de predicação, a saber: de primeira ordem, quando o escopo é uma expressão referencial (“*livro divertido*”); de segunda ordem, quando o escopo for uma expressão predicadora ou, em outras palavras, um predicado (“*está lendo atentamente*”) e de terceira ordem ou hiperpredicação, quando o escopo for toda a sentença (“***De fato, aquele velhinho está lendo atentamente um livro divertido***”) (CASTILHO, 2014, p. 129, grifo do autor).

Resumindo, nas palavras de Castilho (2014, p. 129): “a predicação pode ser definida como a relação entre um predador e seu escopo, tal que o predador atribui traços semânticos, papéis temáticos e casos gramaticais ao seu escopo”.

Entendendo como sentença ou oração “a unidade da sintaxe estruturada por um verbo que seleciona seu sujeito e seus complementos”, Castilho (2014, p. 691) enfatiza que a sentença soma em si um conjunto de estruturas coexistentes, quais sejam: estrutura gramatical, estrutura semântica e estrutura discursiva, que interagem entre si. E é exatamente nesses domínios que se dá o processo da predicação, intimamente associado ao princípio da projeção, que será abordado abaixo.

No nível semântico, “a predicação pode ser definida como um processo de atribuição de traços semânticos”, por parte de um predador que transfere esses traços ou papéis temáticos ao seu escopo (CASTILHO, 2014, p. 243). Assim sendo, “predador e escopo constituem uma estrutura temática, a que corresponde uma estrutura argumental [...]”, resultando numa correlação da predicação semântica com a sintática, na sentença. Contudo, Castilho (2014, p. 254) afirma que “não há correspondência biunívoca entre as funções sintáticas de sujeito, complemento e adjunto e os papéis semânticos de agente, beneficiário, passivo etc. que lhe são atribuídos”.

Quanto aos papéis temáticos, trata-se de um “conjunto de traços semânticos atribuídos pelo predador a seus argumentos”/escopo (CASTILHO, 2014, p. 687), ou seja, referem-se às funções assumidas na sentença como: agente, objeto, experienciador etc.. Tal expressão foi utilizada, segundo Castilho (2014, p. 254), “[...] pela primeira vez por Gruber (1976), convive com os casos semânticos de Fillmore.” Ao movimento do predador em direção ao seu escopo dá-se o nome de projeção e se observa no processo de predicação, que ao projetar argumentos, cria a sentença e os sintagmas, caracterizando, em outras palavras, o fenômeno da transitividade. Esse princípio da projeção e/ou predicação perpassa todos os aspectos da sentença, semântico, gramatical e discursivo, não se esgotando num ou noutro aspecto, que mantêm uma relação de interdependência.

Direcionando o olhar para o domínio gramatical, igualmente constata-se que no âmbito da sintaxe, de regência, de colocação e de concordância, conforme estabelece a Gramática Tradicional, “[...] o princípio da projeção engloba e ultrapassa essas modalidades [...]”, uma vez que elas se confluem.

As relações de regência, colocação e concordância são inseparáveis em seu estatuto. Parece impossível postulá-las como processos independentes uns de outros. As propriedades gramaticais que aí podemos identificar operam simultaneamente no momento da produção e da recepção dos enunciados (CASTILHO, 2014, p. 261).

O princípio da projeção está intimamente ligado ao fenômeno da transitividade, como já visto, de tal sorte que este só se efetiva pelo movimento, ou seja, pela projeção do predador sobre o seu escopo. Esses predadores podem ser de natureza verbal, adjetival, adverbial e preposicional, conforme nos assegura Castilho (2014, p. 262). A respeito disso, o autor afirma:

O princípio de projeção foi identificado na Gramática clássica e perpetuado na tradição ocidental sob a denominação de *transitividade*. Ele foi retomado modernamente pelos analistas da conversação e pelos sintaticistas, notando-se neste caso uma oscilação terminológica entre *transitividade*, *regência*, *valência* (CASTILHO, 2014, p. 688).

Citando Campos (1999, p. 1523), Castilho (2014) faz menção ao que é postulado pela Gramática Tradicional a respeito da transitividade:

(i) são transitivas as sentenças que podem passar (*transire*) de ativas a passivas – e a transitividade é então vista como uma propriedade de transformação ou de comutação; (ii) verbo transitivo é aquele que passa sua ação ao complemento – e a transitividade limitava-se aos verbos de ação, deixando de fora verbos tais como *temer* e *perceber*, entre outros, o que ficou mal; (iii) verbo transitivo é aquele que não pode “exercer uma predicação completa”, isto é, não pode por si só “expressar o que se deseja dizer do sujeito” (CAMPOS, apud CASTILHO, 2014, p. 262).

O linguísta tece, então, algumas considerações sobre as motivações que resultaram nas definições acima, citando ademais outras abordagens que abarcam a transitividade, como a teoria de valência que inclui o sujeito na categoria de argumento externo, isto é, fora do sintagma verbal, que junto com os argumentos internos, ou complementos, relacionam-se com o verbo que os selecionaram, na efetivação do processo da predicação. Vale lembrar que igualmente os adjetivos e os advérbios predicativos atuam como predadores, também chamados de palavras

relacionais, conforme a terminologia da citada teoria. Assim, “as palavras relacionais têm valência, e as palavras não relacionais são avalentes” (CASTILHO, 2014, p. 262).

Castilho (2014, p. 263) ressalta que, independentemente da adesão a uma das teorias comentadas por ele, é fato que “[...] a transitividade gramatical é uma propriedade da sentença, e não do verbo que a constrói. Não há verbos exclusivamente transitivos, nem verbos exclusivamente intransitivos. É o uso na sentença que explicita a decisão tomada pelo falante”.

Parece-nos oportuno, transpor o quadro comparativo apresentado por Castilho (2014, p. 263), a respeito das diferentes terminologias sobre a transitividade, representativo das gramáticas de maior circulação.

GRAMÁTICA TRADICIONAL	NOVA NOMENCLATURA GRAMATICAL BRASILEIRA	ESTA GRAMÁTICA
<i>Verbo intransitivo de ligação</i>	<i>Predicado nominal</i>	<i>Verbo monoargumental</i>
<i>Outros verbos intransitivos</i>	<i>Predicado verbal</i>	<i>Verbo monoargumental</i>
<i>Verbo transitivo direto</i>		<i>Verbo biargumental</i>
<i>Verbo transitivo indireto</i>		
<i>Verbo bitransitivo</i>		<i>Verbo triargumental</i>
<i>Verbo transobjetivo</i>	<i>Predicado verbo-nominal</i>	<i>Sentença plena + minissentença</i>

QUADRO 1 - COMPARANDO TERMINOLOGIAS SOBRE TRANSITIVIDADE

Fonte: Castilho, 2014.

Por todo o exposto, podemos concluir que a transitividade como uma das manifestações gramaticais do princípio de projeção, organiza, juntamente com a concordância e a colocação, a sentença, escolhendo seus argumentos, aos quais atribui casos e papéis temáticos, conforme afirma Castilho (2014).

O autor explicita e comenta algumas das dificuldades que permeiam as tentativas de se estabelecer, por parte da Gramática Tradicional, regras rígidas para a identificação da transitividade nas sentenças, uma vez que estas se constroem nos níveis gramatical, semântico e discursivo simultaneamente.

Detendo-se em torno do predicado, constituído pelo verbo e seus argumentos, Castilho (2014, p. 688) assim o classifica: agentivo, experiencial, causativo, locativo, possessivo, conforme a natureza semântica do verbo.

Assim sendo, vale frisar que o fenômeno da transitividade, segundo Castilho (2014), decorre do princípio de projeção e que se manifesta nos níveis gramaticais, semânticos e discursivos, de forma interativa. Além disso, o referido fenômeno passa a ser estudado de modo mais amplo, além das formas verbais, visto que o princípio que o subjaz ocorre com outros predicadores, tais como: adjetivos, adverbiais e preposicionais. O verbo perde, por assim dizer, o seu caráter exclusivo de predicator.

Também, é válido evidenciar que Castilho (2014, p. 443), ao longo de suas reflexões em torno dos fatos linguísticos, está todo o tempo considerando os domínios gramaticais, semânticos e discursivos. É o que vemos, por exemplo, em: “A transitividade pode também ser vista de um ângulo discursivo. Alguns autores definem a transitividade também como a passagem da informação nova para a velha, o que se dá no quadro da perspectiva informacional da sentença”.

Tudo isso, nos faz pensar e nos instiga a aceitar o convite inicial do autor, a nos transformarmos em linguista-gramáticos de nós mesmos, já acreditando que o processo de predicação/ transitividade se dá em toda a extensão da sentença, sendo, como já dito, “[...] uma operação de transferência de traços semânticos que se movimentam pela sentença e pelo texto” (CASTILHO, 2014, p. 128).

2.9 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Pelo exposto até aqui, no que concerne ao tratamento dado à transitividade nas diversas gramáticas referenciadas, Said Ali (1964) apresenta uma classificação concisa do fenômeno, restringindo-o aos verbos *transitivos* e *intransitivos*, diferentemente de Kury (1999) que propõe uma classificação quanto à predicação verbal mais particularizada, em *intransitivos*, *transitivos* (*diretos*, *indiretos*, *diretos e indiretos simultaneamente*, *adverbiais*) e de *ligação*.

Rocha Lima (2005), ao tratar da questão, refere-se aos complementos verbais: *objeto direto*, *objeto indireto*, *complemento relativo* e *complemento circunstancial*, este último, segundo ele, equivalente ao verbo transitivo adverbial proposto por Kury (1999).

Já Cunha e Cintra (2007) optam por adotar o que preconiza a NGB (1959), no que tange à predicação verbal, distribuindo os verbos em *intransitivos* e *transitivos*, estes se desdobram em *transitivos diretos*, *transitivos indiretos* e *transitivos diretos e indiretos ao mesmo tempo*.

Também, como Kury (1999) e Rocha Lima (2005), detendo-se de modo ainda mais particularizado sobre essa questão, Bechara (2009) assim classifica os tipos de complementos verbais: a) *Complemento direto*, b) *Objeto direto preposicionado*, c) *A preposição como posvérbio* d) *O complemento relativo*, este coincidindo com a visão de Rocha Lima, e) *Complemento ou objeto indireto*, f) *Objeto indireto e adjuntos com para*, g) *Construção especial com objeto indireto*, h) *Os chamados “dativos livres”* e i) *O complemento predicativo*.

Bagno (2012), ao seu turno, sem desvincular o estudo dos fenômenos linguísticos dos contextos reais de uso da língua, ao falar da transitividade verbal, refere-se ao tipo de complemento que é acionado pela semântica do verbo ou, no caso dos intransitivos, pela não necessidade de complemento, ressaltando que sempre será o contexto discursivo que vai determinar o caráter transitivo ou intransitivo de um verbo. Assim, os domínios sintático-semântico-pragmáticos se entrelaçam nas ocorrências linguísticas.

Hauy (2014), coerente com uma proposta descritiva, normativa e sistemática da tradicional teoria gramatical do Português, adota a seguinte classificação, relativa à predicação verbal: intransitivos (verbos de predicação completa), transitivos diretos, transitivos indiretos, transitivos diretos e indiretos e verbos de ligação (predicação incompleta), contudo, destaca a importância do contexto nessa identificação.

Além disso, a autora contrasta e questiona entendimentos variados de estudiosos em que evidencia a multiplicidade de posicionamentos frente ao fenômeno da

transitividade verbal, deixando clara a complexidade do fenômeno e os desafios que se fazem para abarcá-lo, satisfatoriamente.

E por fim, Castilho (2014), mais ousado que os demais, e sem a pretensão de normatizar o certo e o errado no uso/ na apropriação da língua/ linguagem por seus usuários, opta pelos termos: verbos monoargumental, biargumental e triargumental, conforme o número de argumentos que o predador verbal seleciona para si. Oportuno lembrar que, conforme já dito, “[...] a transitividade gramatical é uma propriedade da sentença, e não do verbo que a constrói. Não há verbos exclusivamente transitivos, nem verbos exclusivamente intransitivos. É o uso na sentença que explicita a decisão tomada pelo falante” (CASTILHO, 2014, p. 263).

Castilho (2014) entende que os argumentos selecionados assumem papéis temáticos que são atribuídos pelo predador, verbo, adjetivo, advérbio e/ou preposição, isto é, funções na sentença como: agente, objeto, experienciador etc., conforme a natureza semântica do predador.

Vale lembrar que o papel de predador não se restringe somente ao verbo, podendo ser, também, de natureza adjetival e adverbial. Assim, a predicação é resultante do movimento do predador em direção ao seu escopo, movimento esse, chamado de projeção, que ao projetar argumentos, cria a sentença e os sintagmas, consubstanciando o fenômeno da transitividade que, segundo ele, perpassa todos os aspectos da sentença: semântico, gramatical e discursivo, intimamente interligados.

Essas abordagens, ora convergentes, ora divergentes sobre o fenômeno da transitividade, como, por exemplo, o entendimento de Said Ali (1964) referente à regência/predicação dos verbos "depende" e "competir", que os considera intransitivos, divergindo de outros autores que os classificam como verbos transitivos indiretos, pela necessidade da preposição junto ao seu complemento, conforme postulado pela NGB (1959). Há, ainda, outros, como Rocha Lima (2005) e Bechara (2009) que, dada a uma peculiaridade desses verbos, os enquadram no grupo dos que são acompanhados pelo complemento relativo, que embora “[...] ligado ao verbo por uma preposição determinada (*a, com, de, em, etc.*), integra, *com o valor de*

objeto direto, a predicação de um verbo de significação relativa” (ROCHA LIMA, 2005, p. 251, grifo do autor), não sendo, portanto, propriamente, um objeto direto e nem, tampouco, objeto indireto. Essas diferenças podem ser melhor visualizadas no Quadro 2, a seguir:

VERBOS	GRAMÁTICAS/ DICIONÁRIOS ³	EXEMPLOS
<i>Depender</i> <i>Competir</i>	Verbo Intransitivo (Said Ali) V. Transitivo Indireto (NGB, Aurélio, Cunha e Cintra) Compl. Relativo ⁴ (Rocha Lima e Bechara)	“O bom resultado <i>depende do esforço</i> . O ensino <i>compete ao mestre</i> . Isto <i>lhe compete</i> ” (SAID ALI, 1964, p. 94). “[...] depender de despacho – depender <i>dele</i> ” (ROCHA LIMA, 2005, p. 252).
<i>Morar</i>	V. Intransitivo (Said Ali e Cunha e Cintra); V. Transitivo Indireto (Houaiss) V. Transitivo Adverbial (Kury) V. Trans. Circun. (Rocha Lima e Aurélio) Complemento Relativo (Bechara)	Maria mora em Viana. “ <i>Conceição morava no Engenho Novo, mas nem a visitei nem a encontrei</i> ”. (Machado de Assis, Páginas Recolhidas, p. 88.) (FERREIRA, 198-?, p. 944).

QUADRO 2 - TRANSITIVIDADE EM GRAMÁTICAS E DICIONÁRIOS

Fonte: Adaptado de Oliveira, 2009.

Diante desse cenário, paira a pergunta: Qual dos caminhos seguir? Qual orientação escolher? E, enquanto se busca as respostas, a reflexão de Said Ali a respeito dessas inquietações faz-se oportuna:

Quanto à difícil questão da repartição dos verbos em transitivo (direto e indireto) e intransitivo, é digna de reflexão a seguinte passagem de carta sem data:

Ando a estudar a divisão do verbo quanto ao sentido e, com alguns subsídios que possuo de outras línguas, não vejo ainda distinção tão perfeita como a proclamam as gramáticas. Digo mais. Se quisesse prestar exame de Português agora, só por decreto poderia ser aprovado. Imagine que nem diferenciaria sequer verbo transitivo de verbo intransitivo. Pois não escrevia Vieira ora resistir-lhe, ora resisti-lo? Por que é que se diz hoje renunciar a quando os clássicos não conheciam senão renunciar alguma coisa? E como é que vejo aqui obedeceu-lhe, ali obedeceu-o, e mais além foi obedecido? E por que motivo há de um sujeito arrancar da espada, quando outro só arranca dentes, sem preposição? E como se consente a

³ Para evidenciar a incoerência taxionômica, registramos também a classificação de Aurélio (198?) e Houaiss (2001).

⁴ Apesar dessa classificação não dizer respeito à natureza do verbo quanto à sua predicação, optamos por deixá-la no quadro, por evidenciar, também, a divergência de entendimentos quanto à natureza do seu complemento.

partícula a antes de objeto direto, posta infinitas vezes? E quanto à passagem da ação do agente para o paciente, certo não deu pelo milagre Otelo, que amava a Iago, nem Iago, que odiava a Otelo. Veja por aqui que prebenda não toma quem se mete a escrever gramática portuguesa que ligue coisa com coisa. Tenho meditado muito sobre o problema dos verbos e continuo a meditar. Algum dia acabarei faquir (III, 209) (SAID ALI, apud BECHARA, 1962, p. 36).

Essa passagem corrobora a advertência que Castilho (2014) faz ao seu leitor ao afirmar que não tem a intenção de esgotar o assunto em questão, dada a extensão e complexidade do mesmo, sendo mais provável o esgotamento de quem por ele se interessar.

3 REFERENCIAL TEÓRICO: O FUNCIONALISMO LINGUÍSTICO

No capítulo anterior, pudemos perceber a diversidade de concepções do fenômeno da transitividade, denotando que nesse aspecto, como em outros tantos, que não cabe discutir aqui, não existe, entre as possibilidades apresentadas, uma única que por si só dê conta de abarcar satisfatoriamente as mais variadas ocorrências do fenômeno nas situações reais de uso da língua.

Assim é que, ainda e sempre buscando respostas e caminhos possíveis que contemplem outras possibilidades de entendimento dos até aqui mencionados, para o assunto em estudo, apresenta-se uma abordagem que extrapola os limites da perspectiva formalista, dogmática dos estudos linguísticos, é a abordagem funcionalista da linguagem, que compreende a língua não como uma entidade autônoma, dissociada do seu uso nas situações reais de comunicação, como estabelecido pelos teóricos formalistas. Mas, ao contrário destes, os linguistas funcionalistas se fundamentam no uso real da língua pelos seus falantes, defendendo que a gramática se modela a partir desse uso, em situações comunicativas reais. Desse modo, a gramática é resultante “[...] da cristalização ou regularização de estratégias comunicativas recorrentes [...] no discurso” (MARTELOTTA, 2006, p. 234). Gramática, aqui, entendida como estrutura internalizada em todo falante de língua natural, que apresenta os elementos da língua e mostra como organizá-los para que seja possível a comunicação. Em outras palavras, o sistema linguístico subjaz ao uso.

Para um melhor entendimento da natureza da visão funcionalista da língua, destacamos a definição dada por Furtado da Cunha (2015):

O funcionalismo é uma corrente linguística que, em oposição ao estruturalismo e gerativismo, se preocupa em estudar a relação entre a estrutura gramatical das línguas e os diferentes contextos comunicativos em que elas são usadas (FURTADO DA CUNHA, 2015, p. 157).

No dicionário de Houaiss (2001), encontramos a seguinte definição para funcionalismo:

teoria segundo a qual os elementos de uma língua são analisados e descritos do ponto de vista de sua função no ato da comunicação [Conforme as *funções da linguagem* desenvolvidas pela Escola de Praga, ou conforme as relações entre os elementos da dupla articulação, na visão de André Martinet.]

7.1 Rubrica: lingüística.

método de análise e de descrição das unidades lingüísticas que visa definir o papel por estas desempenhado no ato da comunicação

8 Rubrica: lingüística.

em versão mais recente, teoria desenvolvida por lingüistas americanos (Givón e outros) segundo a qual a sintaxe emerge do discurso, as formas lingüísticas se originam em princípios comunicativos e possuem uma natureza pragmática

Mas, é Martelotta (2006) que nos esclarece quanto à noção de função, ao afirmar que ela “[...] surge da proposta de que as línguas não podem ser analisadas apenas em seus elementos internos, já que elas existem para promover a comunicação entre as pessoas”, ou seja, “[...] a língua deve ser entendida como um sistema funcional, no sentido de que é utilizada para um determinado fim”, logo, “[...] a intenção do locutor ao utilizar a língua é fundamental para a compreensão da sua natureza” (MARTELOTTA, 2006, p. 233). Daí, o termo funcionalismo. A respeito disso, Paveau e Sarfati (2006), citando Martinet (1989, p. 53), salientam:

O termo “funcional” é empregado em seu sentido mais corrente e implica que os enunciados languageiros são analisados em referência à maneira como eles contribuem para o processo de comunicação. A escolha do ponto de vista funcional deriva da convicção de que toda pesquisa científica se funda no estabelecimento de uma pertinência e que é essa pertinência comunicativa que melhor permite compreender a natureza e a dinâmica da linguagem. Todos os traços languageiros serão, então, prioritariamente, apreendidos e classificados em referência ao papel que desempenham na comunicação da informação (MARTINET, apud PAVEAU; SARFATI, 2006, p. 135).

Castilho (2012) ressalta que

o funcionalismo não é uma abordagem monolítica. Reúne um conjunto de subteorias coincidentes na defesa de que a língua tem funções cognitivas e sociais essenciais na determinação de estruturas e sistemas que organizam a gramática de uma língua (CASTILHO, 2012, p. 21).

Dentre as muitas correntes teóricas funcionalistas, a presente pesquisa se apoiará nas contribuições trazidas pelos estudos funcionalistas norte-americanos, mais precisamente na Linguística Funcional Centrada no Uso. Tal denominação “identifica uma tendência funcionalista de estudo das línguas, também denominada *Linguística Cognitivo-Funcional*, conforme Tomasello (1998)” citado por Furtado da Cunha,

Bispo e Silva (2013, p. 13). Esses autores asseguram que essa abordagem resulta da articulação das pesquisas desenvolvidas pelos “representantes da Linguística Funcional, como Talmy Givón, Paul Hopper, Sandra Thompson, Wallace Chafe, Joan Bybee, Elizabeth Traugott, [...] e da Linguística Cognitiva, como George Lakoff, Ronald Langacker, Gilles Fauconnier, [...]”.

Esses estudos adquirem projeção a partir da década de 1970, quando a Linguística Funcional passa a caracterizar-se como uma investigação cuja análise leva em consideração “[...] a língua do ponto de vista do contexto linguístico e da situação extralinguística.” Para isso, propõe “[...] que o estudo do discurso e da gramática seja simultâneo, para que se possa entender como a língua se configura” (FURTADO DA CUNHA; BISPO; SILVA, 2013, p. 14).

A perspectiva funcionalista tem como objeto de análise o texto a partir dos fenômenos linguísticos efetivados pelos falantes na interação, além do aspecto cognitivo na construção dos significados, sendo sua condição *sine qua non* uma descrição fidedigna às ocorrências languageiras. Acredita “[...] que há uma simbiose entre discurso e gramática: o discurso e a gramática interagem e se influenciam mutuamente” (FURTADO DA CUNHA; BISPO; SILVA, 2013, p. 14).

A gramática é compreendida como uma estrutura em constante mutação/adaptação, em consequência das vicissitudes do discurso. Logo, a análise de fenômenos linguísticos deve estar baseada no uso da língua em situação concreta de intercomunicação, conforme Martelotta (2006):

O funcionalismo prevê, então, uma gramática necessariamente ligada ao discurso e, por isso mesmo, essencialmente dinâmica e criativa, no sentido de que reflete uma constante adaptação aos diferentes contextos comunicativos, promovida pelos usuários das línguas. Nesse sentido, a gramática está aberta à expressividade dos falantes, através da criação de formas novas para exprimir novas situações, ou simplesmente pela utilização de um novo termo no lugar de outro, já desgastado pelo uso. Isso significa que as línguas tendem a apresentar variação e mudança (MARTELOTTA, 2006, p. 236).

Essa concepção funcionalista da língua entende que

[...] a situação real de comunicação determina a estrutura gramatical de modo tão sistemático que o linguista não pode abrir mão de observar o comportamento comunicativo dos usuários da língua, se quer compreender, [...], o funcionamento da linguagem (MARTELOTTA, 2006, p. 234).

Nesse sentido, Furtado da Cunha (2015), assevera que

[...] o modelo funcionalista de análise linguística caracteriza-se por duas propostas básicas: a) a língua desempenha funções que são externas ao sistema linguístico em si; b) as funções externas influenciam a organização interna do sistema linguístico (FURTADO DA CUNHA, 2015, p. 158).

Há, pois uma simbiose tal entre o uso da língua e a gramática internalizada em todo falante da língua natural, que na concepção funcionalista da língua os dois vetores se retroalimentam, não sendo possível a compreensão de um sem o outro.

Segundo Neves (2010, p. 23), “a vertente funcionalista norte-americana vai considerar a relação sistema linguístico e estrutura cognitiva do usuário, sem conceber um modelo cognitivista de gramática”. Furtado da Cunha e Souza (2007, p. 20) consideram que “uma gramática funcional é [...] não um conjunto de regras, mas uma série de recursos para descrever, interpretar e fazer significados.”

Entendendo o discurso como o uso concreto da língua em situações reais de comunicação, este só alcança o seu propósito comunicativo pela atuação padronizadora de determinados procedimentos, que estão previstos na gramática das línguas. Assim é que os funcionalistas, embora não ignorem aspectos formais da língua, acreditam que a “[...] gramática não é um organismo autônomo, regido apenas por leis internas próprias, mas um conjunto de regularidades provenientes basicamente do discurso”, conforme assegura Martelotta (2006, p. 236), sendo, essencialmente, dinâmica e criativa, pois reflete uma constante adaptação aos diferentes contextos comunicativos, promovida pelos usuários das línguas.

Nessa perspectiva, é importante salientar a concepção de discurso, segundo Martelotta (2006),

quando falamos, criamos frases, que, juntas formam um texto coeso e coerente com a situação em que é empregado. O processamento desse texto é o *discurso*. O termo discurso se identifica, portanto, com o uso concreto da língua, ou seja, o conjunto de estratégias criativas, utilizadas

pelos falantes para organizar o seu texto, tornando-o inteligível para um determinado ouvinte em uma situação de comunicação específica (MARTELOTTA, 2006, p. 234).

Para a Linguística Cognitiva, o comportamento linguístico é o reflexo de capacidades cognitivas relativas aos princípios de categorização, à organização conceptual, do processamento linguístico e, principalmente, à experiência humana no que tange às suas vivências como indivíduo e ser social, que interage e compartilha expressões culturais. Assim sendo, as construções linguísticas resultam dos esquemas cognitivos similares aos encontrados nas mais diversas habilidades humanas, equivalentes a comportamentos automatizados usados para estabelecer a comunicação entre os indivíduos. “O falante adquire esse conhecimento à medida que aprende a usar a sua língua” (FURTADO DA CUNHA; BISPO; SILVA, 2013, p. 14).

Nesse sentido, vale a pena destacar a visão de Martelotta (2006) sobre o relevante papel do discurso:

O discurso, por sua vez constitui o uso da língua em situações reais de comunicação. É o discurso que impulsiona as habilidades interativas e cognitivas, possibilitando sua atualização nos diferentes contextos de uso, ou seja, moldando, mantendo e modificando as estratégias comunicativas. Assim é no discurso que essas estratégias se repetem até se ritualizarem e se automatizarem, otimizando a comunicação (MARTELOTTA, 2006, p. 241).

Nessa vertente, as categorias linguísticas são calcadas na experiência que temos das construções em que elas ocorrem. Processo semelhante se dá na compreensão e categorização dos fatos e das coisas que nos cercam, reflexo do nosso conhecimento de mundo. “Assume-se, pois, que a caracterização conceptual e a categorização linguística são análogas, ou seja, o conhecimento do mundo e o conhecimento linguístico seguem, essencialmente, os mesmos padrões” (TAYLOR, 1998; FURTADO DA CUNHA et al., 2003 apud FURTADO DA CUNHA; BISPO; SILVA, 2013, p. 15). Em outras palavras, num e noutro os aspectos de conceitualização, categorização, processamento mental, interação e experiências individuais e socioculturais estão presentes, conforme esclarecem Furtado da Cunha, Bispo e Silva (2013).

Dessa forma, a gramática é compreendida como representação cognitiva da experiência dos indivíduos com a língua, podendo ser afetada pelo uso linguístico, uma vez que é pela conjugação complexa de fatores cognitivos e interacionais que se modelam as línguas, de tal maneira que esses fatores irão refletir na mudança linguística, na aquisição e no uso da língua(gem). Oportuno, aqui, destacar a concepção de linguagem, segundo Tomasello (1998, apud FURTADO DA CUNHA; BISPO; SILVA, 2013, p. 15), é “[...] um mosaico complexo de atividades comunicativas, cognitivas e sociais [...]”. É, também, Furtado da Cunha (2015) que assevera ser ela um instrumento de interação social, na concepção funcionalista, o que nos permite dizer que a linguagem tal qual a conhecemos só é possível pela associação de processos cognitivos e interacionais.

A Linguística Funcional norte-americana e a Linguística Cognitiva

[...] compartilham vários pressupostos teórico-metodológicos, como: a rejeição à autonomia da sintaxe; a incorporação da semântica e da pragmática às análises; a não distinção estrita entre léxico e gramática; a relação estreita entre estrutura das línguas e o uso que os falantes fazem delas nos contextos reais de comunicação; o entendimento de que os dados para a análise linguística são enunciados que ocorrem no discurso natural, só para citar alguns (FURTADO DA CUNHA; BISPO; SILVA, 2013, p. 14).

É importante salientar que “o princípio básico da Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU) consiste no fato de que a estrutura da língua emerge à medida que esta é usada” (BARLOW; KEMMER, 2000; BYBEE, 2010, 2011 apud FURTADO DA CUNHA; BISPO; SILVA, 2013, p. 15), por entender que a aparente regularidade e a instabilidade da língua são determinadas pelos discursos dos indivíduos nas situações reais das interações sociais.

Razão pela qual, sua exigência primordial é descrever e explicar os fatos linguísticos baseadas nas funções semântico-cognitivas e discursivo-pragmáticas que estão presentes nos diversos contextos de uso da língua, em que os aspectos sincrônicos e diacrônicos são considerados, numa abordagem pancrônica.

A concepção de gramática da LFCU coincide com a da Linguística Cognitiva, ambas a veem como fruto da articulação de fatores cognitivos e interacionais da língua. Assim que, ao se analisar o fato linguístico, consideram-se aspectos como: “[...] os

efeitos da frequência de uso; a modelagem das estruturas linguísticas no contexto discursivo; e as inferências pragmáticas que acompanham a língua na interação”, conforme Furtado da Cunha, Bispo e Silva (2013, p. 15). Tendo em mente que os padrões gramaticais são sempre motivados no próprio uso, destacamos a afirmativa:

A gramática não é vista como um organismo autônomo, distinto de outras capacidades cognitivas, mas implica um conjunto de atividades psicológicas subjacentes à utilização de estruturas linguísticas, bem como a capacidade, essencialmente sócio-interativa, de adequar essas estruturas aos contextos reais, nos quais são construídas (MARTELOTTA, 2006, p. 240).

A abordagem em questão reconhece a supremacia das funções da língua na descrição de suas formas, “[...] de modo que cada entidade linguística deve ser definida com relação ao papel que ela desempenha nos processos reais de comunicação” (FURTADO DA CUNHA; BISPO; SILVA, 2013, p. 15), uma vez que “o modo como construímos frases e textos refletem a maneira como nossa mente funciona” (MARTELOTTA, 2006, p. 238). Assim, podemos afirmar que os estudos funcionalistas concentram-se no propósito de esclarecer as relações entre forma e função, explicitando as funções que parecem influenciar na estrutura gramatical. Furtado da Cunha, Bispo e Silva (2013), apoiando-se na perspectiva de Givón (2009), asseguram que

grosso modo, a Linguística Funcional Centrada no Uso inclui em sua agenda de pesquisa a investigação de temas relacionados à emergência e à regularização de padrões construcionais no nível da proposição – considerando fatores fonológicos, morfológicos e sintáticos – e do discurso multiproposicional – concentrando-se em aspectos linguísticos relativos à organização do texto (GIVÓN, 2009 apud FURTADO DA CUNHA; BISPO; SILVA, 2013, p. 17).

Assim é que, dentre os princípios e as categorias mais relevantes da Linguística Funcional, que se tornam objeto de análise, destacamos: iconicidade, informatividade, gramaticalização, marcação, plano discursivo, transitividade, entre outros, sendo, segundo Furtado da Cunha (2015, p. 165), “[...] os processos de gramaticalização e discursivização [...] pontos privilegiados de investigação.” Como não é nosso objetivo o detalhamento deles em separado, com exceção da transitividade, que trataremos detalhadamente por ser o objeto de estudo desta pesquisa, ressaltamos apenas que todos eles vão refletir, em maior ou menor grau, a língua em uso, uma vez que são motivados no próprio uso.

Com o propósito de deixar claro os princípios mais relevantes da visão funcionalista da linguagem, nos parece oportuno a transcrição das premissas elencadas por Givón (1995):

A linguagem é uma atividade sociocultural; a estrutura serve a funções cognitivas e comunicativas; a estrutura é não-arbitrária, motivada, icônica; mudança e variação estão sempre presentes; o sentido é contextualmente dependente e não-atômico; as categorias não são discretas; a estrutura é maleável e não rígida; as gramáticas são emergentes; as regras de gramática permitem algumas exceções (GIVÓN, apud MARTELOTTA; AREAS, 2003, p. 28).

Essas premissas elencadas ratificam as motivações de Hopper e Thompson (1980) quando propuseram os parâmetros por meio dos quais fosse possível aferir o grau de transitividade das orações, numa percepção da língua que se manifesta nos níveis sintático-semântico e discursivo-pragmático, que se interagem e se influenciam mutuamente, conforme veremos a seguir.

3.1 A TRANSITIVIDADE NA PERSPECTIVA FUNCIONALISTA: A PROPOSTA DE HOPPER E THOMPSON (1980)

Hopper e Thompson (1980) ampliam o escopo da transitividade quando levam em conta toda a oração e não apenas o verbo, com vistas a aferir a manifestação desse fenômeno, propondo dez parâmetros de transitividade, que abrangendo componentes da oração, como, o verbo, o sujeito, o objeto, além de aspectos pertinentes à própria oração, dão conta de toda a construção/ estrutura sintática, sempre considerando outros níveis de natureza linguística e extralinguística, como o semântico, o discursivo-pragmático, bem como, as situações reais de uso da língua.

Muitas são as pesquisas que põem em evidência “[...] que, de um modo geral, as categorias linguísticas se comportam como as categorias conceituais humanas” (THOMPSON; HOPPER, 2001; TAYLOR, 1995; LAKOFF, 1987; LABOV, 1973 apud FURTADO DA CUNHA; BISPO; SILVA, 2013, p. 16). É o que ocorre com a gramática da cláusula ou estrutura argumental, que trata da relação entre o predicado e seus argumentos, construída tal qual outras categorias, ou seja, pelo “[...] contínuo processo cognitivo de classificação, refinamento e generalização, a

partir das interações comunicativas diárias”, conforme asseguram Furtado da Cunha, Bispo e Silva (2013, p. 16): “Como defendem Thompson e Hopper (2001), o sentido de um verbo ou predicado está relacionado aos esquemas léxico-gramaticais em que ele pode ocorrer, e a estrutura argumental é essencialmente um subconjunto desses esquemas.” Além disso, Hopper e Thompson (1980) defendem a transitividade como uma categoria que deriva do discurso, isto é, as propriedades que a definem são discursivo-determinadas.

Desse modo, torna-se indispensável para bem compreender um fenômeno sintático estudá-lo considerando o contexto discursivo em que ocorreu, por ser nesse espaço que a gramática se constrói, sendo que “[...] essa concepção de sintaxe corresponde às noções de 'gramática emergente' (Hopper, 1998) ou 'sistema adaptativo' (Du Bois, 1985)” (FURTADO DA CUNHA, 2015, p. 164). Em outras palavras, de acordo com Furtado da Cunha (2007):

As análises linguísticas que seguem essa orientação funcionalista trabalham diretamente sobre o postulado básico – *a língua é uma estrutura maleável, sujeita às pressões do uso, e constituída de um código parcialmente arbitrário*. Isso significa que a gramática é um “sistema adaptativo” (DU BOIS, 1985), uma “estrutura maleável” (BOLINGER, 1977) e “emergente” (HOPPER, 1987), que se encontra num processo contínuo de variação e mudança para atender a necessidades cognitivas e/ou interacionais de seus usuários (FURTADO DA CUNHA, 2007, p. 17).

Disso, podemos entender, com Furtado da Cunha (2007), que a gramática de uma língua natural está sujeita às pressões internas e externas ao sistema linguístico, adaptando-se continuamente, assumindo, desse modo, o seu caráter dinâmico. Ainda sobre a natureza da gramática, vale ressaltar o seu aspecto provisório/transitório, em decorrência de estar sempre em processo de construção, portanto, inacabada. É o que caracteriza o conceito de gramática emergente, nos termos de Hopper (1998), citado por Furtado da Cunha (2015). Nesse movimento, podemos perceber o surgimento e o desaparecimento de formas e expressões que se alternam nos espaços da interação social.

Nesse sentido, Furtado da Cunha (2015) retoma a afirmação de Givón (1979) de “[...] que a sintaxe existe para desempenhar uma certa função, e é essa função que determina a sua maneira de ser”, acrescentando que muitos dos seus trabalhos “[...]

se caracterizam pela busca de parâmetros [...], motivados comunicativa ou cognitivamente, para a explicação de fatos gramaticais” (FURTADO DA CUNHA, 2015, p. 164).

Por todo o exposto, e tendo em vista as lacunas quanto aos entendimentos acerca do fenômeno da transitividade, postulados pelos gramáticos em geral, conforme apresentados no capítulo anterior, buscamos explicar esse fenômeno a partir dos pressupostos funcionalistas da linguagem, ou seja, priorizando o contexto real de uso da língua para a compreensão da forma utilizada. Movimento inverso ao que se observa na Gramática Tradicional, em que “[...] a transitividade é uma propriedade dos verbos – que são classificados como transitivos, quando acompanhados de objeto direto ou indireto, ou intransitivos, quando não há complemento”, como adverte Furtado da Cunha (2015, p. 171).

Fato é que o estudo da transitividade verbal tem sido feito de forma prescritiva e arbitrária nas gramáticas tradicionais, não abrangendo os aspectos sintático-semânticos e discursivo-pragmáticos que envolvem os verbos, limitando-se ora a apresentar os verbos em listas, ora em orações totalmente descontextualizadas.

Mas, se alguns gramáticos de linha tradicional, como Cunha e Cintra (2007), referem-se ao papel do contexto na identificação da natureza verbal, quanto à transitividade, podemos concluir “[...] que a transitividade não é uma propriedade intrínseca do verbo enquanto item lexical, mas está sujeita a fatores que ultrapassam o âmbito do Sintagma Verbal (SV)”, conforme ressaltam Furtado da Cunha e Souza (2007, p. 27).

É, também, Furtado da Cunha (2015) que resume o nascimento de uma proposta funcionalista a respeito do fenômeno em questão:

Na obra intitulada *Transitivity in grammar and discourse* (1980), Sandra Thompson em co-autoria com Paul Hopper reinterpreta o conceito tradicional de transitividade como uma propriedade escalar constituída de dez parâmetros sintáticos-semânticos independentes e co-variantes. De acordo com a presença ou com a ausência desses parâmetros, a cláusula pode ser mais ou menos transitiva. O complexo de transitividade e seus parâmetros individuais se associam a uma função discursivo-comunicativa: a de assinalar as porções centrais e periféricas de um texto narrativo.

Fatores discursivos, portanto, interferem na codificação da transitividade, [...] (FURTADO DA CUNHA, 2015, p. 164).

Dessa forma, Hopper e Thompson (1980) defendem que a transitividade refere-se à transferência de uma ação de um agente para um paciente e, por conseguinte, quanto mais efetiva for a transferência mais transitiva será a sentença. Para eles, a transitividade é uma propriedade escalar, vista no contínuo, que fica condicionada a fatores sintáticos, semânticos, discursivos e pragmáticos. Propõem dez parâmetros a partir dos quais a transitividade oscila entre a alta transitividade e a baixa transitividade.

No Quadro 3, apresentamos os parâmetros propostos por Hopper e Thompson(1980) e, na sequência, a explicação correspondente:

PARÂMETROS	TRANSITIVIDADE ALTA	TRANSITIVIDADE BAIXA
1. Participantes	Dois ou mais	Um
2. Cinese	Ação	Não ação
3. Aspecto do verbo	Perfectivo	Não perfectivo
4. Pontualidade do verbo	Pontual	Não pontual
5. Intencionalidade do sujeito	Intencional	Não intencional
6. Polaridade da oração	Afirmativa	Negativa
7. Modalidade da oração	Modo <i>realis</i>	Modo <i>irrealis</i>
8. Agentividade do sujeito	Agentivo	Não agentivo
9. Afetamento do objeto	Afetado	Não afetado
10. Individuação do objeto	Individuado	Não individuado

QUADRO 3 - PARÂMETROS DA TRANSITIVIDADE

Fonte: Hopper e Thompson, 1980.

Conforme Hopper e Thompson (1980), cada traço de transitividade abrange um aspecto diferente da oração, variando a efetividade ou intensidade da transferência de uma ação de um participante a outro. Desse modo, quanto maior a presença desses parâmetros na oração, maior e mais intensa a transferência da ação, consequentemente, maior o grau de transitividade, que é calculado a partir da pontuação de um ponto para cada parâmetro presente na oração. A soma dos

pontos obtidos caracteriza o grau de transitividade, que oscila numa escala de 1 (um) a 10 (dez).

- (1) **Participantes** - Uma ação só pode ser transferida se houver, pelo menos, dois participantes: A e O (*Izaías abraçou Renata.* vs. *Renata partiu.*);
- (2) **Cinese** – Possibilidade de transferência de ação de um participante (sujeito/ agente) para outro (objeto), sendo que estados não (*Maria empurrou Ana.* vs. *Lara admira Sara.*);
- (3) **Aspecto do verbo** - Refere-se à completude (verbo perfectivo = ação acabada) ou não da ação (verbo imperfectivo = ação inacabada), ou seja, uma ação vista de seu ponto final é mais efetivamente transferida para um paciente do que uma ação vista em desenvolvimento (*Eu comi a maçã.* vs. *Eu estou comendo a maçã.*);
- (4) **Pontualidade do verbo** - Refere-se à duração de uma ação. Ações realizadas sem nenhuma fase de transição óbvia entre o início e o fim têm um efeito marcadamente maior do que ações de natureza contínua (*Pedro chutou a bola.* vs. *Pedro carregou a bola.*);
- (5) **Intencionalidade do sujeito** - Quando A age intencionalmente, a ação se dá mais efetivamente do que quando não há uma intenção definida (*Vera escreveu seu nome na areia.* (intencional) vs. *Vera esqueceu seu nome.* (não intencional));
- (6) **Polaridade da oração** - Refere-se ao fato das orações serem afirmativas ou negativas, sendo a afirmativa mais efetiva do que a negativa (*Ana comeu o lanche.* vs. *Ana não comeu o lanche.*);
- (7) **Modalidade da oração** – Refere-se a uma ação real (concreta) ou irreal, ou seja, uma ação que não aconteceu ou que é descrita como ocorrendo no plano irreal, é menos efetiva do que uma que ocorreu ou que corresponde a um evento no plano real (*João comprou uma moto nova.* vs. *João vai comprar uma moto nova.*);

- (8) **Agentividade do sujeito** - Participantes com maior potencial de agentividade podem transferir uma ação mais efetivamente do que participantes com potencial menor de agentividade (*Mara abriu a porta.* vs. *O vento abriu a porta.*);
- (9) **Afetamento do objeto** - A transferência de uma ação ocorre em maior grau se o paciente for totalmente afetado (*Sandra bebeu o leite todo.* vs. *Sandra bebeu um pouco do leite.*);
- (10) **Individuação do objeto** - Uma ação pode ser mais efetivamente transferida para um paciente individuado do que para um não individuado (*Maria ama seu namorado.* vs. *Mara ama sanduíche.*).

Com relação a este último parâmetro, Hopper e Thompson (1980) apresentam o quadro a seguir, em que quanto mais traços da esquerda, presentes na oração, mais individuado caracteriza-se o objeto.

INDIVIDUADO	NÃO-INDIVIDUADO
Próprio	Comum
Humano, Animado	Inanimado
Concreto	Abstrato
Singular	Plural
Contável	Não contável
Referencial	Não referencial

QUADRO 4 - PROPRIEDADES DA INDIVIDUAÇÃO

Fonte: Hopper e Thompson, 1980.

Embora independentes, cada um desses parâmetros, articulados entre si, contribui para a ordenação das orações na escala de transitividade, não sendo nenhum deles isoladamente suficiente para garantir a transitividade de uma oração. Dessa forma, toda a oração é considerada nos seus aspectos sintático-semânticos e discursivo-pragmáticos e não apenas o verbo, sendo, toda oração, em maior ou menor grau, classificada como transitiva, variando somente a gradiência. É o que nos confirma Furtado da Cunha (2015):

A proposta de Hopper e Thompson (1980) não opõe binariamente verbos transitivos a intransitivos, mas trata a transitividade como uma propriedade escalar que focaliza diferentes ângulos da transferência da ação de um

agente para um paciente em diferentes porções de oração (FURTADO DA CUNHA, 2015, p. 171).

Para Hopper e Thompson (1980), o grau de transitividade de uma oração está intimamente associado à maneira como o discurso é estruturado pelo falante, que, por sua vez, reflete suas intenções comunicativas, daí as implicações de natureza sintática, semântica, discursiva e pragmática na compreensão do fenômeno linguístico, no caso, da transitividade. Em outras palavras, tendo em vista o contexto extralinguístico, isto é, a situação de uso real da língua, o falante organiza seu texto conforme suas intenções comunicativas, bem como, a realidade do seu interlocutor (FURTADO DA CUNHA, 2015).

Nesse sentido, o texto apresenta diferentes planos discursivos, que distinguem as informações centrais das periféricas. O grau de transitividade de uma oração, [...], reflete sua função discursiva característica, de modo que orações com alta transitividade assinalam porções centrais do texto, correspondentes à figura, enquanto orações com baixa transitividade marcam as porções periféricas, correspondem ao fundo (FURTADO DA CUNHA, 2015, p. 172).

Vale ressaltar que os planos discursivos de figura e fundo compõem o texto narrativo, em que as informações centrais constituem a figura, enquanto as demais informações, comentários descritivos e de cunho avaliativo contextualizam e dão suporte às orações de figura, constituem o fundo, que, por assim dizer, emolduram a figura. Frequentemente, assinala Furtado da Cunha (2015, p. 173), “são [...] orações que apresentam verbos estáticos, como ‘ser’ e ‘estar’ na forma de presente do indicativo ou de pretérito imperfeito”, como em: ‘meu pai estava andando’ – ‘era o dia de pagamento’. Já nas sentenças de figura há a presença de verbos de ação, como em: ‘dois caras esbarraram nele’ – ‘a capanga caiu no chão’. Além da presença de outras marcas de transitividade, conforme estabelecido nos parâmetros de Hopper e Thompson (1980). Assim,

o grau de transitividade de uma oração reflete sua função discursiva característica, de modo que orações com alta transitividade assinalam porções centrais do texto, correspondentes à figura, enquanto orações com baixa transitividade marcam as porções periféricas, correspondentes ao fundo (FURTADO DA CUNHA; COSTA; CEZARIO, 2003, p. 39).

Da mesma forma, se dá entre gêneros textuais distintos, em “[...] que um tipo de texto pode servir de fundo a outro tipo textual”, conforme ressaltam Furtado da

Cunha, Costa e Cezario (2003, p. 41), ao falarem da aplicação dos parâmetros da transitividade em outros gêneros textuais, como verificado por Martelotta (1998). Essa alternância vai depender do foco de interesse comunicativo, que vai direcionar o formato textual a ser utilizado.

Sobre os planos discursivos Furtado da Cunha, Costa e Cezario (2003, p. 42) asseguram que, de acordo com pesquisas realizadas por Tomlin (1987) e Silveira (1991), hoje em dia já não se trabalha mais com a dicotomia figura e fundo que, dentro da visão funcionalista da língua, tende-se a percebê-los num *contínuum*, “[...] cujos polos seriam a superfigura, do lado mais saliente ou relevante, e superfundo, do lado mais difuso ou vago.”

Conforme Oliveira (2009, p. 75), “Hopper e Thompson (1980) partem do estudo da cláusula para entender o processo de ordenação e de constituição do sentido, ou seja, para entender a relação de transitividade nos textos narrativos.” Sob a ótica deles, as construções oracionais serão tão mais transitivas, quanto apresentarem o maior número de parâmetros positivos, como em: “Batman derrubou o pinguim com um soco” (FURTADO DA CUNHA, 2015, p. 172). Aqui, podemos identificar a presença de dois participantes, de verbo de ação, perfectivo, pontual, de intencionalidade do sujeito, oração afirmativa, *realis*, sujeito agentivo, afetamento do objeto e individuação do objeto, ou seja, todos os parâmetros estão presentes na oração, portanto, é uma construção com grau máximo de transitividade.

Sentenças que pela classificação da Gramática Tradicional seriam intransitivas, como: “Então o pinguim chegou na festa”, possuem um alto grau de transitividade a partir dos parâmetros de Hopper e Thompson (1980). Nessa sentença temos grau 7 (sete) de transitividade, segundo Furtado da Cunha (2007, p. 43), considerando a presença do verbo de ação, perfectivo, pontual, da intencionalidade do sujeito, oração afirmativa, *realis* e do sujeito agentivo, na sua construção.

Interessante ressaltar que a oração transitiva canônica está relacionada ao modelo causal prototípico, em que um sujeito agente animado intencional causa uma mudança física perceptível em um objeto, existindo, assim, uma estreita relação entre os traços próprios desse modelo prototípico e os parâmetros que caracterizam

a oração transitiva canônica. A esse respeito, asseveram Furtado da Cunha, Costa e Cezario (2003, p. 38-39): “Desse modo, por refletirem elementos cognitivamente salientes, ligados ao modo pelo qual a experiência humana é apreendida, os parâmetros da transitividade assinalam elementos salientes no discurso.”

Segundo destaca Lucena (2012, p. 13), Givón (2001) considera a proposta de Hopper e Thompson (1980) um fenômeno de múltiplas faces: sintática (existência de sujeito e objeto); semântica (agente e paciente) e pragmática (topicalidade). Para ele, “[...] três parâmetros definem o evento transitivo prototípico: a) agentividade – ter um agente intencional ativo; b) afetamento – ter um paciente concreto afetado; e c) perfectividade – envolver um evento concluído, pontual, [...]”, o que nos permite afirmar que o autor, de certo modo, simplifica a proposta de Hopper e Thompson. Contudo, Givón (2001) sustenta o caráter gradual desses três traços semânticos, agentividade, afetamento e perfectividade, uma vez que o afetamento do objeto pode ocorrer de maneira parcial ou total. Assim sendo, o proposto pelo autor guarda semelhanças com a proposta de Hopper e Thompson (1980), conforme explicitado.

3.2 A CONTRIBUIÇÃO DE FURTADO DA CUNHA (1996)

Furtado da Cunha (1996) propõe, com base nos parâmetros de Hopper e Thompson (1980) e na Gramática de Casos, um conjunto de nove traços que, segundo ela, estando presentes caracterizam a alta transitividade nas orações passivas prototípicas, ou seja, aquelas constituídas de sujeito, verbo auxiliar “ser” mais o particípio passado e o sintagma preposicionado, que será mais ou menos transitiva na medida em que ocorrer, em maior ou menor grau, a transferência de uma ação de um agente para um paciente, sendo este parcial ou totalmente afetado. A autora assim explica como compreende a forma de aferição da transitividade nas passivas:

Nem todos os dez parâmetros introduzidos por Hopper e Thompson têm igual importância na determinação do grau de transitividade das passivas. [...] Dividi esses traços em três grupos: 1) traços que caracterizam o **SPrep**; 2) traços que caracterizam o **Sujeito** da passiva e 3) traços que caracterizam a **Oração**. [...] Para descrever o SPrep passivo sugiro os traços: ‘intencional’, ‘não-controlado’, ‘concreto’ e ‘individuado’. Os traços referentes ao Sujeito são: ‘referencial’ e ‘afetado’. Os traços que dizem

respeito à Oração são: ‘modalidade’, ‘polaridade’ e ‘perfectividade’ (FURTADO DA CUNHA, 1996, p. 47, grifo nosso).

Os traços relativos ao sujeito e a oração são advindos dos parâmetros de Hopper e Thompson (1980) e os relacionados ao sintagma preposicionado da Gramática de Casos, conforme esclarece em nota. Desse modo, vejamos o Quadro 5 com os traços de transitividade:

TRAÇOS	ALTA TRANSITIVIDADE	BAIXA TRANSITIVIDADE
SINTAGMA PREPOSICIONADO	1- Intencional	Não Intencional
	2- Não-controlado	Controlado
	3- Concreto	Não Concreto
	4- Individuado	Não Individuado
SUJEITO (paciente)	5- Afetado	Não Afetado
	6- Referencial	Não Referencial
Modalidade	7- <i>Realis</i>	<i>Irrealis</i>
ORAÇÃO Polaridade	8- Afirmativa	Negativa
Perfectividade	9- Perfectiva	Não perfectiva

QUADRO 5 – TRAÇOS DE TRANSITIVIDADE NA PASSIVA

Fonte: Adaptado de Furtado da Cunha, 1996.

Furtado da Cunha (1996) esclarece que nem sempre os sintagmas preposicionados correspondem semanticamente ao agente, podendo representar o instrumento por meio do qual a ação se realiza. Por essa razão, substituiu o traço “agentividade” de Hopper e Thompson (1980) pelos componentes: intencional, não-controlado, concreto e individuado. Isso, porque os SPreps podem ser do ponto de vista semântico, agente, instrumento ou força natural, conforme a sua natureza, o que vai refletir no grau de transitividade, por terem, cada um desses sintagmas, mais ou menos traços presentes.

Quanto aos traços pertinentes ao sujeito, vale lembrar que nas orações passivas, este será sempre o objeto da voz ativa, portanto, assume a função de sujeito paciente, sendo marcado positivamente para alta transitividade, quanto mais afetado e tanto mais definido for.

E, por fim, os traços relativos à oração, modalidade, polaridade e perfectividade, correspondem, respectivamente, a ser ou não *realis*, afirmativa ou negativa e ser ou não a ação conclusa, sendo maior o grau de transitividade, tanto mais real, afirmativa e perfectiva for a ação. Esse último aspecto marcado pelo verbo auxiliar.

Todos esses traços, à maneira de Hopper e Thompson (1980), são computados nos termos da própria Furtado da Cunha (1996, p. 46), quando esclarece: “A cada traço presente nas passivas será atribuído valor um, e para cada oração serão somados os valores correspondentes aos traços investigados, obtendo-se, desse modo, o grau total de transitividade da oração.”

Por todo o exposto, a análise de fenômenos linguísticos deve estar ancorada no uso da língua em situação concreta de interação, razão pela qual elegemos a abordagem funcionalista da linguagem para uma compreensão mais ampla do funcionamento do fenômeno da transitividade, para além do que nos possibilitam os estudos tradicionais. Ademais, ela vem se mostrando um referencial teórico que favorece uma análise e uma descrição que dá conta não apenas do verbo e seus complementos, mas da oração como um todo. Com isso, os verbos deixam de ser subcategorizados em transitivo e intransitivo, uma vez que nesse modelo, como já dito, a transitividade é aferida em situação de uso, dentro de uma percepção gradiente, contínua e escalar, com base nos parâmetros da transitividade propostos por Hopper e Thompson (1980) e nas contribuições de Furtado da Cunha (1996), no tocante às passivas. Assim sendo, entender os pressupostos da perspectiva funcionalista da linguagem é fundamental para a compreensão da escolha desta vertente teórica para nortear a presente pesquisa.

4 O GÊNERO EM QUESTÃO

No presente capítulo, trataremos em linhas gerais de alguns aspectos relacionados à questão dos gêneros discursivos/ textuais. De início, esclarecemos que a abordagem aqui adotada se sustenta na perspectiva funcionalista da linguagem, segundo a qual, a forma como estruturamos o nosso discurso está intimamente atrelada à função desse discurso, ou seja, a partir das nossas necessidades comunicativas, da nossa intencionalidade, da percepção da realidade do nosso interlocutor, entre outros fatores associados ao uso da língua, nas situações reais, organizamos o nosso discurso. Ainda, em outras palavras, o contexto comunicativo, “extralinguístico”, próprio da interação social entre os usuários de uma língua, numa situação de uso real da língua, vai refletir-se na forma de apresentação do texto (oral ou escrito), isto é, na forma como o intralinguístico se estrutura/ configura. Segundo Marcuschi (2007, p. 19), os gêneros “caracterizam-se como eventos textuais altamente maleáveis, dinâmicos e plásticos” e “surtem emparelhados a necessidades e atividades sócio-culturais, [...]”.

Esse condicionamento deve-se à capacidade humana de a partir dos domínios cognitivos com que apreendemos, compreendemos e categorizamos as experiências vivenciadas no mundo, do qual somos parte, e, tendo em vista às necessidades de interação e comunicação com os demais, adaptamos à forma mais adequada ao conteúdo que nos interessa veicular. Razão pela qual, organizamos os nossos discursos numa extensa gama de gêneros a depender dos propósitos comunicativos que queiramos alcançar. Assim, se a intenção é informar, persuadir, reclamar, provocar uma ação, solicitar, anunciar, ensinar, ou, simplesmente, contar uma história, entre outras coisas, lançamos mão de estratégias linguísticas de comunicação, em formas específicas, convencionadas, mais ou menos estáveis, que asseguram o entendimento entre nós, falantes de uma mesma língua, denominadas gêneros discursivos/ textuais. Estes, pela sua natureza discursiva, suas características formais, ou seja, o modo como é apresentado aos ouvintes/ leitores, seu *layout*, por assim dizer, tudo isso agrupado, constitui o que se denomina gêneros textuais, que se patenteiam em múltiplos formatos e estilos, tais como: artigo de opinião, aula expositiva, bilhete, biografia, carta, conto, debate, e-mail, piada, propaganda, receita, romance etc..

Aqui, aproveitamos para, com Marcuschi (2008, p. 154) esclarecer quanto ao uso das expressões “gênero textual” e/ou “gênero discursivo” que, segundo ele, “[...] podem ser usadas intercambiavelmente, [...]”.

Assim sendo, podemos afirmar que o gênero textual diz respeito à forma como a língua/ discurso é utilizada/o nos textos, nas mais variadas situações de interação, sendo eles, por sua vez, constituídos de tipos textuais diferenciados, dependendo dos propósitos comunicativos. Para Marcuschi (2008, p. 149), “o trato dos gêneros diz respeito ao trato da língua em seu cotidiano nas mais diversas formas. [...], podemos dizer que os gêneros são uma '*forma de ação social*'”.

Importante ressaltar que não existe um texto que seja, por exemplo, exclusivamente argumentativo, isto é, num mesmo gênero textual podemos utilizar maneiras distintas de falarmos ou escrevermos, tipos textuais, como: narrativo, argumentativo, descritivo, injuntivo, entre outros, largamente utilizados por nós, usuários da língua, em nosso cotidiano, sendo comum a coexistência de tipos textuais diferenciados dentro de um mesmo gênero. Para ilustrar, tomemos o gênero textual notícia, cujo objetivo central é a informação de algum fato. Para se lograr o objetivo, a intenção, os tipos de texto mais utilizados são o narrativo e o descritivo, próprios do gênero. O reconhecimento de outras características vai apontar o gênero utilizado. Algumas delas: o tipo de assunto abordado, quem está falando, para quem se está falando, qual a finalidade do texto, além de qual o tipo do texto (narrativo, argumentativo, injuntivo etc.). Sobre isso, Marcuschi (2007, p. 20) afirma que os gêneros textuais “caracterizam-se muito mais por suas funções comunicativas, cognitivas e institucionais do que por suas peculiaridades linguísticas e estruturais”, sendo

de difícil definição formal, devendo ser contemplados em seus usos e condicionamentos sócio-pragmáticos caracterizados como práticas sócio-discursivas. Quase inúmeros em diversidade de formas, obtêm denominações nem sempre unívocas e, assim como surgem, podem desaparecer (MARCUSCHI, 2007, p. 20).

De tudo, fica evidente que a motivação maior e determinística nas escolhas da forma mais adequada desse ou daquele texto/ discurso é o uso que se presta nas situações sociais de comunicação. É possível percebermos nos meios didáticos uma mistura de definições entre gêneros e tipos textuais, tomando um pelo outro. Cabe-

nos lembrar, aqui, que sob a ótica funcionalista da linguagem evita-se conceitos dicotômicos, preferindo-se percebê-los num *continuum*, em que determinados aspectos estejam mais ou menos presentes, numa estrutura linguística. É o que ocorre em relação à delimitação entre texto e discurso, uma vez que, segundo Marcuschi (2008, p. 81), “não é interessante distinguir rigidamente entre” um e outro, “pois a tendência atual é ver um contínuo entre ambos com uma espécie de condicionamento mútuo.” É Marcuschi (2007) também que nos alerta quanto à distinção conceitual entre texto e discurso, ressaltando que

embora haja muita discussão a esse respeito, pode-se dizer que *texto* é uma entidade concreta realizada materialmente e corporificada em algum gênero textual. *Discurso* é aquilo que um texto produz ao se manifestar em alguma instância discursiva. Assim o discurso se realiza nos textos (MARCUSCHI, 2007, p. 24).

Sendo os gêneros textuais eventos altamente maleáveis e dinâmicos, não é possível elaborar uma lista fechada deles. Por outro lado, há formas mais estáveis, por resultarem de práticas sociais que se consagram pela reiteração ao longo do tempo e, assim sendo, sofrem menos variação, como por exemplo, documentos de natureza jurídica. Por essas razões, desaparecem e surgem novos gêneros ou apenas se modificam, ajustando-se às novas necessidades de comunicação num dado contexto sociocultural. A esses novos gêneros, Marcuschi (2007) denomina gêneros emergentes. Daí a dificuldade, muitas vezes, de se estabelecer fronteiras entre os gêneros, como é o caso, do romance e da novela, que guardam muitas semelhanças entre si, dificultando também a sua classificação. A esse respeito, pondera Marcuschi (2008):

Os gêneros textuais são dinâmicos, de complexidade variável e não sabemos ao certo se é possível contá-los todos, pois como são sócio-históricos e variáveis, não há como fazer uma lista fechada, o que dificulta ainda mais sua classificação. [...] Aliás, [...], hoje não é mais uma preocupação dos estudiosos fazer tipologias (MARCUSCHI, 2008, p. 159).

Sendo, tendência atual “[...] explicar como eles se constituem e circulam socialmente” (MARCUSCHI, 2008, p. 159).

Em decorrência da infinidade de relações sociais na vida humana, os gêneros discursivos se mostram de tal modo heterogêneos, que Bakhtin (2003) os classificou

em dois grupos: gênero primário (simples) e gênero secundário (complexo). Os gêneros primários ou simples são aqueles que emanam das situações de comunicação verbal espontânea, não elaborada, de cunho informal, próprios da vida cotidiana e da linguagem oral, tais como: saudação, diálogos com familiares, conversação entre amigos, entre outros. Já os gêneros secundários ou complexos, ao contrário dos primários, dizem respeito às modalidades que necessitam de uma maior elaboração e capacitação para utilizá-los, devido ao grau de complexidade que podem envolver. Normalmente, por meio da escrita. Esses gêneros funcionam como instrumento, exigindo uma linguagem mais elaborada, compatível com as necessidades de comunicação advindas de situações mais complexas: acadêmicas, culturais, políticas etc..

Outro aspecto a considerar, na utilização dos gêneros, é a questão do suporte, que os veiculam. A esse respeito, Marcuschi (2008) esclarece:

Entendemos aqui como suporte de um gênero um locus físico ou virtual com formato específico que serve de base ou ambiente de fixação do gênero materializado como texto. Pode-se dizer que suporte de um gênero é uma superfície física em formato específico que suporta, fixa e mostra um texto. Essa ideia comporta três aspectos: a) suporte é um lugar (físico ou virtual); b) suporte tem formato específico; c) suporte serve para fixar e mostrar o texto (MARCUSCHI, 2008, p. 174, grifos do autor).

E, ainda, como assegura Cavalcante (2013):

Muitos gêneros estão intrinsecamente relacionados a algo que os apresenta. Essa entidade que veicula o gênero é designada, nos estudos do texto e do discurso, por suporte, elemento que auxilia no reconhecimento e até mesmo na escolha de determinado gênero discursivo (CAVALCANTE, 2013, p. 52).

Assim sendo, *folder*, *outdoor*, panfleto, livro, placa etc., exemplificam as incontáveis possibilidades de suporte que, comumente influenciam no uso dos gêneros discursivos/ textuais, pois o próprio formato do suporte vai interferir na apresentação e na natureza do texto a ser utilizado com vistas à compreensão da mensagem veiculada. É Marcuschi (2008), ainda, que esclarece quanto ao tipo de suportes, que podem ser convencionais ou incidentais. Os primeiros são criados com a função própria de veicular os textos, como, papiro, papel, placa etc.. Os segundos, ocasionais, diferentemente dos convencionais não têm em princípio a função de

servir de base para a veiculação de gêneros textuais, porém, ocasionalmente, podem cumprir esse papel. Por exemplo, o tronco de uma árvore, a areia da praia, quando escrevemos nela uma declaração de amor, um pedido de socorro etc..

Conforme Cavalcante (2013, p. 54), além desses suportes mencionados, eles também “[...] podem ser temporários ou permanentes. A declaração de amor [...] irá desaparecer quando a [...] onda a lavar, ao passo que uma tatuagem com a mesma mensagem teria duração maior.” Tudo isso interfere na natureza e na repercussão comunicativa contida no suporte.

Após as considerações feitas até o momento, nos parece relevante deixar claro, afinal, a diferenciação conceitual entre gênero textual, tipo textual e domínio discursivo. Os gêneros textuais referem-se aos textos que produzimos (oral e escrito) em nossa vida diária, nas situações comunicativas advindas das relações interativas (dialógicas). São marcados por padrões sociocomunicativos relacionados, entre outras coisas, aos objetivos enunciativos efetivados na conjugação de forças históricas, sociais, institucionais e técnicas, conforme ponderações de Marcuschi (2008). Assim sendo, temos uma “infinidade” de gêneros textuais, como já dissemos anteriormente: bulas, reportagens, resenhas etc., são mais alguns exemplos deles, que diferentemente dos tipos textuais, constituem-se, em princípio, em listagens abertas.

Consoante Marcuschi (2008), os tipos textuais dizem respeito ao modo de composição do texto, em que operam diversos aspectos, tais como, lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas, estilo, que, dependendo de como são combinados na construção textual, caracterizarão os tipos textuais: a narração, a argumentação, a exposição, a descrição e a injunção. Assim, os gêneros textuais são formados por sequências linguísticas pertinentes a cada tipo textual, ou, nas palavras de Marcuschi (2008, p. 156), “[...] a questão relativa à inserção de sequências tipológicas (os modos textuais) subjacentes à organização interna do gênero”, comprovam “[...] que os gêneros não são opostos a tipos e [...] não formam uma dicotomia e sim são complementares e integrados.”

Já o domínio discursivo está relacionado às inúmeras esferas da atividade humana. Indica as instâncias discursivas, tais como: discurso jurídico, discurso jornalístico, discurso religioso etc., que, no entendimento de Marcuschi (2008, p. 155), “constituem práticas discursivas nas quais podemos identificar um conjunto de gêneros textuais [...] próprios ou específicos” de cada esfera, “como rotinas comunicativas institucionalizadas e instauradoras de relação de poder. A esse respeito destacamos que

é justamente pelas distintas práticas sociais desenvolvidas nos diversos domínios discursivos que sabemos que nosso comportamento discursivo num circo não pode ser o mesmo que numa igreja e que nossa produção textual na universidade e numa revista de variedades não será a mesma (MARCUSCHI, 2008, p. 194).

Assim sendo, vale lembrar Bakhtin (2003) ao falar que toda atividade humana está permeada pelo uso da língua, o que é ratificado por Marcuschi (2008):

Todos os diversos campos da atividade humana estão ligados ao uso da linguagem. Compreende-se perfeitamente que o caráter e as formas desse uso sejam tão multiformes quanto os campos da atividade humana, o que, é claro, não contradiz a unidade nacional de uma língua. O emprego da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos) concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo da atividade humana (BAKHTIN, 2003 p. 261).

É Bakhtin (2003, p. 264-265), também, que ressalta a importância do “[...] estudo da natureza do enunciado e da diversidade de formas de gênero [...] do discurso em qualquer campo da investigação linguística [...]”, uma vez que o seu desconhecimento redundaria “[...] em formalismo e em uma abstração exagerada, deformam a historicidade da investigação, debilitam as relações da língua com a vida.” Portanto, evidenciar as diferenças entre a noção de gênero e a noção de tipo textual, torna-se relevante, uma vez que entendendo a dinâmica dos gêneros discursivos percebemos a própria língua em funcionamento, com as suas infinitas formas de manifestação, vinculada sempre à realidade vivenciada, da cultura, da situação e do contexto social em que a linguagem é utilizada. De tal modo, que Bakhtin (2003, p. 265) também afirma: “Ora, a língua passa a integrar a vida através de enunciados concretos (que a realizam); é igualmente através de enunciados concretos que a vida entra na língua.” Tudo isso nos leva a concluir que a escolha desse ou daquele gênero não se dá livremente, tendo em vista que os aspectos

mencionados a nortearão, dentre a imensa gama de gêneros textuais que circulam no meio social.

4.1 DOMÍNIO DISCURSIVO JORNALÍSTICO E O GÊNERO NOTÍCIA

Conforme vimos, relativo às noções conceituais de gênero e tipo textuais e de domínios discursivos, podemos, para fins didáticos, entendê-los como um encadeamento, cuja sequência seria os tipos textuais como parte dos gêneros textuais que, por sua vez, são parte do domínio discursivo. Assim, é que o domínio discursivo que nos interessa na presente pesquisa é o jornalístico, sendo o seu escopo, especificamente, o gênero notícia.

O gênero notícia, como parte de um domínio discursivo correlato, no caso, jornalístico, traz em si marcas típicas do domínio no qual está inserido, que associadas a outros elementos próprios da língua em uso, como propósito comunicativo, a percepção da condição do nosso interlocutor e/ou leitor, entre outros aspectos, faz com que o gênero notícia tenha a seguinte configuração: *Manchete* ou *título* – geralmente apresenta-se grafada de forma destacada, com vistas a despertar a atenção do leitor; *Subtítulo* – funciona como um complemento do principal, acrescentando-lhe algumas informações, de modo a torná-lo ainda mais atrativo; *Lide* (do inglês *lead*) - corresponde ao primeiro parágrafo e normalmente sintetiza as peculiaridades condizentes ao fato, sempre procurando responder às seguintes indagações: O que? Com quem? Onde? Como? Quando? Por quê?; *Corpo* ou *texto da notícia* – relaciona-se à informação propriamente dita, procedendo à exposição de forma mais detalhada no que se refere aos acontecimentos mencionados (KÖCHE; MARINELLO, 2012; DUARTE, 2016). É o que podemos observar na Figura 1:

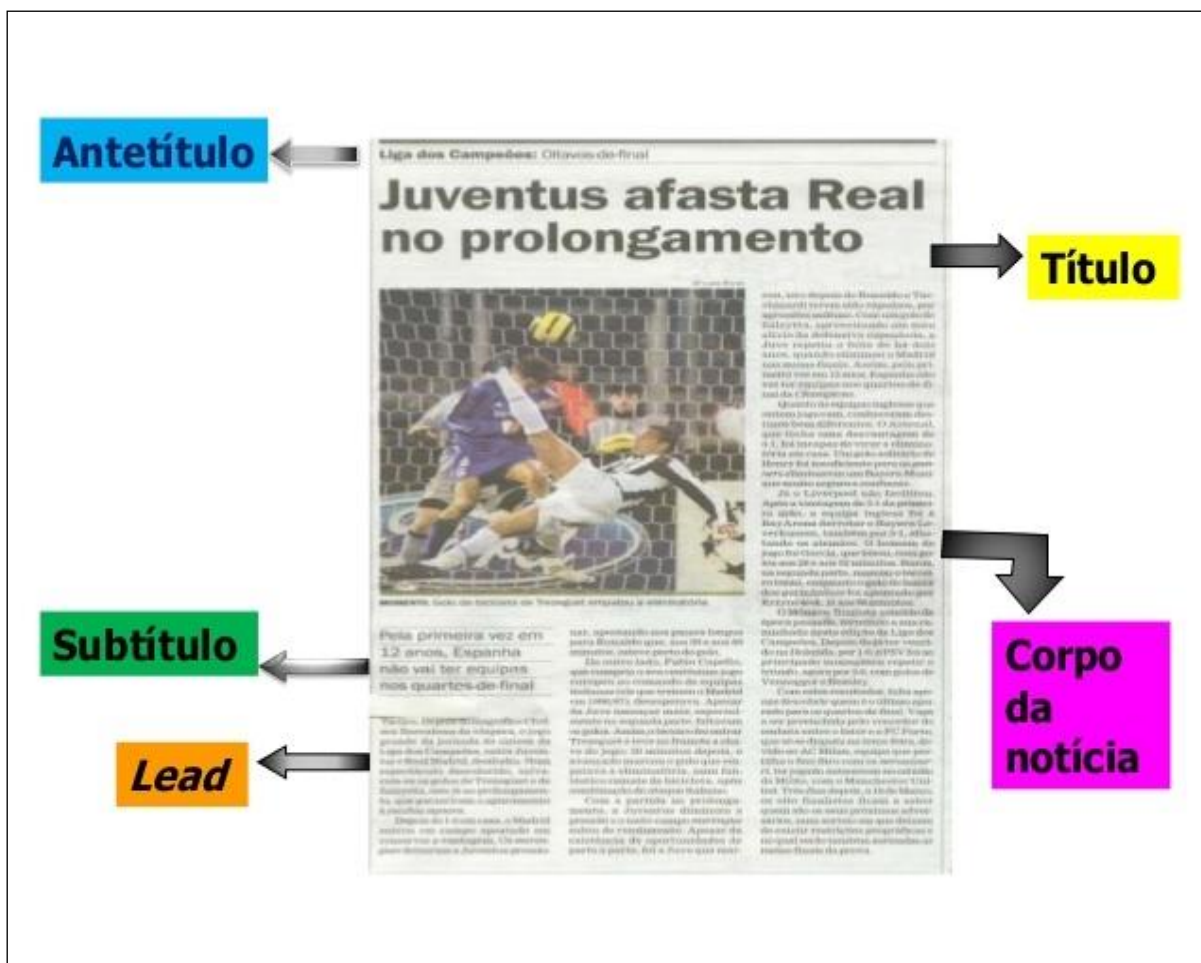


Figura 1 – Configuração da notícia
Fonte: Estrutura da notícia, 2010.

Esse gênero textual é exaustivamente utilizado nos meios de comunicação nas mais variadas formas, impressa em jornais e revistas, divulgada pela Internet, rádio e televisão, sendo sua principal finalidade informar ao leitor e/ou expectador os acontecimentos. Desse modo, e tendo em vista que a notícia pauta-se por relatar fatos condicionados ao interesse do público em geral, a linguagem necessariamente deverá ser clara, objetiva e precisa, isentando-se de quaisquer possibilidades que tendem a ocasionar múltiplas interpretações por parte do receptor.

Sobre essas características que constituem o diferencial desse gênero jornalístico, em face de outros do mesmo domínio discursivo, os autores Hintze (2009) e Traquina (2012) citados por Damasceno (2016, p. 75) asseguram: “A notícia distingue-se, ainda, dos demais gêneros jornalísticos por (i) informar de maneira

bastante objetiva; (ii) estabelecer uma relação mais ou menos distanciada entre seus participantes; (iii) apresentar linguagem mais 'imparcial'".

Outro aspecto digno de destaque está relacionado à forma como a notícia é estruturada. Segundo Lage (1999, p. 16), “[...] *o relato de uma série de fatos a partir do fato mais importante ou interessante; e de cada fato, a partir do aspecto mais importante ou interessante*” é o esquema em que se apoia a construção textual, de tal modo que os eventos sejam “[...] ordenados não por sua sequência temporal, mas pelo interesse ou importância decrescente, na perspectiva de quem conta e, sobretudo, na suposta perspectiva de quem ouve” (LAGE, 1999, p. 21).

É Lage (1999, p. 21) também que afirma existirem três fases no processo de produção de uma notícia: (1) a seleção dos eventos: identificar os eventos mais relevantes; (2) a ordenação dos eventos: o contato, a atenção do interlocutor fixa-se a partir do evento mais importante ou interessante. Os demais aparecerão em ordem determinada pela motivação do principal, transformados em circunstâncias dele, como se fossem explicações; (3) a nomeação: “há compromissos e sutileza nos nomes que se atribuem às coisas.”

Oportuno ressaltar que, coerente com o já exposto a respeito das formas discursivas, é de se notar como os aspectos funcionais do gênero notícia, igualmente determinam ou, melhor dizendo, são visivelmente o fio condutor que delineia a forma em que se apresenta a notícia. Outro ponto digno de menção é o fato de como a notícia ao longo dos tempos vem experimentando transformações visíveis, sobretudo, em decorrência dos avanços tecnológicos que dinamizaram a divulgação das mesmas, consequentemente, influenciando as formas de expressão, bem como, outros aspectos implicados no processo do fazer jornalístico, como a questão cultural que permeia toda a atividade humana.

Segundo Melo (1985), os gêneros jornalísticos, peculiares ao jornalismo brasileiro, podem ser classificados a partir de dois critérios: (1) agrupados em categorias que correspondem à intencionalidade determinante dos relatos, responsável pela sua configuração. Assim, são identificadas duas possibilidades/ vertentes: a reprodução do real ou a leitura do real. Na primeira tem-se apenas a retratação da realidade e,

na segunda, a análise dessa realidade, consoante o perfil da entidade jornalística veiculadora da matéria. Desse modo, a atividade jornalística oscila em torno de dois eixos de interesse: a informação (saber o que se passa) e a opinião (saber o que se pensa sobre o que se passa); (2) identificados a partir da natureza estrutural dos relatos disponíveis no processo jornalístico. Tal critério, não se refere especificamente à estrutura do texto, mas considera a articulação que existe entre os acontecimentos (real), sua expressão jornalística (relato) e a apreensão pela coletividade (leitura).

Os gêneros que correspondem ao universo da informação se estruturam a partir de um referencial exterior à instituição jornalística: sua expressão depende diretamente da eclosão e evolução dos acontecimentos e da relação que os mediadores profissionais (jornalistas) estabelecem em relação aos seus protagonistas (personalidades ou organizações) (MELO, 1985, p. 48).

Sendo assim, Melo (1985, p. 48-49) propõe a seguinte classificação, explicitada no Quadro 6, a seguir:

A) JORNALISMO INFORMATIVO	B) JORNALISMO OPINATIVO
1. Nota	5. Editorial
2. Notícia	6. Comentário
3. Reportagem	7. Artigo
4. Entrevista	8. Resenha
	9. Coluna
	10. Crônica
	11. Caricatura
	12. Carta

QUADRO 6 – CLASSIFICAÇÃO DOS GÊNEROS DO JORNAL

Fonte: Melo, 1985; Corrêa, 2014.

É comum a denominação confusa entre a notícia e a reportagem, ambas pertencentes ao mesmo domínio discursivo, jornalístico, porém, cada uma com suas particularidades, não sendo, assim, a mesma coisa. A título de esclarecimento, acreditamos ser relevante destacar alguns conceitos a respeito. Tomemos como ponto de partida os registros de Ferreira (198-?, p. 979 e 1219):

Notícia. [Do lat. *Notitia*.] S. f.1. Informação, notificação, conhecimento: [...]. 2. Observação, apontamento, nota. 3. Resumo de um acontecimento. 4. Escrito ou exposição sucinta de um assunto qualquer. 5. Novidade, nova: [...]. 6. Lembrança, memória. 7. Nota histórica. [...] ▼ **Ser notícia.** Constituir-se em novidade; destacar-se em um noticiário (grifo do autor).

Reportagem. [Do fr. *Reportage*.] S. f.1. Ato de pesquisar determinado assunto, de informar-se a respeito dele para o transmitir pelo noticiário dos jornais, revistas, televisões, etc. 2. Noticiário sobre determinado assunto. 3. O conjunto dos repórteres.

Segundo Melo (1985, p. 49), “a distinção entre *nota*, a *notícia* e a *reportagem* está exatamente na progressão dos acontecimentos, sua captação pela instituição jornalística e a acessibilidade de que goza o público.”

Algumas características diferenciam a notícia, cujo objetivo principal é informar a respeito de algum acontecimento do momento, da reportagem, que vai além da simples informação. Esta versa sobre um fenômeno social, político, de interesse geral, sendo assinada pelo repórter e elaborada a partir de um ângulo pessoal, diferentemente da notícia, que deve ser objetiva e imparcial.

Outras características relevantes, dignas de menção: a) o uso do discurso direto e indireto, que se alternam na reportagem, enquanto na notícia, o que predomina é o indireto, como para assegurar o distanciamento do jornalista; b) a polifonia presente na reportagem, que permite a participação de outras vozes além da do repórter, por meio das entrevistas com pessoas ligadas ao tema, que de certa forma ajudam na apresentação dos fatos, sendo que na notícia, a única voz presente é a do repórter; c) os meios de divulgação, que dada a maior complexidade que envolve a reportagem, por demandar uma investigação detalhada do jornalista resultando, também, numa estrutura de texto mais complexa, é mais recorrente em revistas e em edições especiais de jornais, publicadas nos finais de semana. Já as notícias, por suas características, são veiculadas diariamente, nos mais diversos meios de comunicação, como, jornais, escrito e falado, rádio, televisão, internet etc..

Em suma, salientamos as definições: “a *notícia* é o relato integral de um fato que já eclodiu no organismo social”, enquanto que “a *reportagem* é o relato ampliado de um acontecimento que já repercutiu no organismo social e produziu alterações que são percebidas pela instituição jornalística” (MELO, 1985, p. 49).

Contudo, coerente com o entendimento funcionalista da linguagem, vale ressaltar que, também, em relação a essa questão da diferenciação entre os limites da notícia e da reportagem, podemos observar na literatura disponível sobre essa temática uma enorme dificuldade na definição e/ou delimitação de ambas, levando-nos a percebê-las na forma de um contínuo, consoante Bonini (2014). Nesse sentido, o autor enfatiza:

Essa problemática diferenciação dos gêneros jornalísticos é apontada por Sousa (2005), quando afirma: “Não se podem estabelecer fronteiras rígidas para a notícia, tal como não se podem estabelecer fronteiras rígidas para os restantes gêneros jornalísticos. A notícia admite, por exemplo, elementos da entrevista, como as citações” (169) (BONINI, 2014, p. 226-227).

O mesmo autor ratifica esta assertiva:

O contínuo entre a notícia e a reportagem é visível no próprio modo como os autores têm definido este segundo gênero, pois: 1) para Rabaça e Barbosa (2001/1978), a reportagem não existe como gênero, mas apenas a notícia; 2) para Sousa (2005), a reportagem consiste em um aprofundamento da notícia; e 3) para Lage (2000/ 1985), reportagem se opõe à notícia, uma vez que cobre assuntos e não fatos (BONINI, 2014, p. 227).

Assim, face à dificuldade de diferenciação entre os limites da notícia e da reportagem, evidencia-se o alinhamento com a visão funcionalista da linguagem, que defende estar a forma de expressão subordinada ao uso da língua, num contexto real de comunicação, razão pela qual, se quisermos uma maior compreensão desse ou daquele fenômeno linguístico, não podemos prescindir de analisá-lo em seu funcionamento.

Feitas essas considerações em torno do gênero discursivo/ textual em geral e, em particular, do gênero notícia, que consiste o *corpus* desta pesquisa, passemos ao próximo capítulo, em que trataremos da metodologia adotada para análise e descrição do fenômeno em estudo, a transitividade.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com o intuito de alcançarmos os objetivos traçados para a presente pesquisa, explicitados na *Introdução*, foi necessário observarmos alguns procedimentos, que passaremos a detalhar neste capítulo.

5.1 ABORDAGEM E TIPO DA PESQUISA

Para o desenvolvimento desta pesquisa, optamos pela abordagem qualitativa, uma vez que se caracteriza como uma ferramenta apropriada ao estudo do fenômeno em questão, oportunizando o destaque de explicações, tendo em vista que “os estudos que empregam [...]” essa metodologia “podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos [...]”, conforme Richardson (2011, p. 80) nos assegura.

Tendo em vista a natureza qualitativa da pesquisa, a análise se dará na conjugação de dois métodos: o descritivo e o comparativo, que serão apresentados, sucintamente, a seguir. Por tratar-se de uma pesquisa em que pretendemos analisar o fenômeno da transitividade em contextos de uso, faz-se imperiosa a descrição das estruturas oracionais selecionadas, advindas dos principais jornais do estado do Espírito Santo, atendendo ao “[...] objetivo primordial” da pesquisa descritiva, que é “a descrição das características de determinado [...] fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”, segundo nos afirma Gil (2012, p. 28), o que dará suporte ao segundo método, uma vez que os dados serão analisados em dimensão comparativa. Este método, “[...] procede pela investigação de [...], fenômenos ou fatos, com vistas a ressaltar as diferenças e similaridades entre eles” (GIL, 2012, p. 16).

Assim sendo, os tipos de pesquisa mencionados mostram-se em consonância com os objetivos propostos, uma vez que ao final, esperamos obter um relato das análises realizadas, de forma comparativa.

Além disso, de forma coadjuvante, foi necessário lançar mão da pesquisa bibliográfica que está presente em todas as modalidades de trabalhos acadêmicos e científicos, considerando ser imperativa a elaboração de um referencial teórico que dê suporte ao campo e seus achados.

5.2 AS FONTES: **A GAZETA E NOTÍCIA AGORA**

Dentre os jornais de grande circulação no estado do Espírito Santo, elegemos **A Gazeta e Notícia Agora** (NA), ambos da mesma empresa, porém voltados para públicos diferentes. Isso foi possível, a partir de um levantamento na *web* a fim de verificarmos qual o alcance de cada um em termos percentuais da população e qual a faixa de renda que atingia.

De acordo com a FTPI (2016), Consultora de Planejamento e Compra de Mídia,

[...] o jornal **A Gazeta** revela os acontecimentos do Brasil e do mundo com ética e imparcialidade. Com análise de notícias, colunistas de expressão local e nacional, cadernos semanais sobre diversos temas, conta com a maior e mais eficiente editoria classificados (FTPI, 2016, grifo do autor).

O jornal **A Gazeta** abrange tanto a capital do Espírito Santo, quanto seus municípios, com uma tiragem de 24 mil exemplares nos dias úteis e 45 mil no domingo. Quanto ao seu público, 49% são do sexo masculino e 51% feminino, com faixa etária distribuída da seguinte forma: 25% entre 10 a 19 anos, 47% entre 20 e 39 anos e 28% acima de 39 anos. Em relação à classe social de seu público, a FTPI (2016) afirma que 68% pertencem às classes A e B, 24% à classe C e 9% às classes D e E.

Com relação ao **Notícia Agora**, a FTPI (2016) informa que: “Integrante da **Rede Gazeta de Comunicação**, o **Notícia Agora** foi lançado em 2000 e **circula** todos os dias no **Espírito Santo**. Seu formato de tablóide e textos dinâmicos proporcionam uma leitura leve e rápida” (grifos do autor). Também, abrange além da capital do estado do Espírito Santo, todos os municípios do estado, sendo sua tiragem de 33 mil exemplares às segundas-feiras e de 25 mil de terça a domingo. No que se refere ao perfil social de seu público, 52% são do sexo masculino e 48% feminino, com

faixa etária assim distribuída: 45% até 29 anos e 55% acima de 30 anos. Quanto às classes, 34% pertencem às classes A e B, 48% à classe C e 18% às classes D e E.

Esses dados podem ser melhor visualizados na Tabela 1, a seguir:

TABELA 1
PERFIL DOS JORNAIS UTILIZADOS

JORNAL	TRIAGEM	PÚBLICO Gênero	PÚBLICO Faixa etária	PÚBLICO Classe social
A Gazeta	24 mil/dias úteis	49% masculino	25% - 10 a 19 anos	68% - A e B
		51% feminino	47% - 20 e 39 anos 28% acima de 39 anos	24% - C 9% - D e E
Notícia Agora	25 mil/ de terça a domingo	52% masculino	45% até 29 anos	34% - A e B
		48% feminino	55% acima de 30 anos	48% - C 18% - D e E

Fonte: FTPI, 2016.

Na oportunidade, ressaltamos que entre as possibilidades de caracterização de classes sociais, segundo Carneiro (2016), “[...] há, atualmente, pelo menos duas visões relevantes:” a Associação Brasileira de Empresas de Pesquisas (ABEP), conhecida como Critério Brasil e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), utilizado no censo populacional.

Assim sendo, a classificação adotada pelos jornais está baseada nos critérios do IBGE, que considera a faixa de renda familiar pelo quantitativo de salários mínimos recebidos, sendo considerado Classe A renda familiar acima de vinte salários mínimos, B de dez a vinte, C de quatro a dez, D de dois a quatro e E até dois salários mínimos, conforme podemos ver na Tabela 2, a seguir:

TABELA 2
FAIXA SALARIAL

CLASSE	SALÁRIOS MÍNIMOS (SM)
A	Acima 20 SM
B	10 a 20 SM
C	4 a 10 SM
D	2 a 4 SM
E	Até 2 SM

Fonte: Adaptado de Carneiro, 2016.

Posto isso, observamos que há uma diferenciação entre os perfis sociais do público leitor, para o qual cada jornal se destina, sendo o **Notícia Agora** destinado, essencialmente, a um público predominantemente popular, face ao de **A Gazeta**. Assim sendo, suspeitamos que a forma de comunicação desses jornais, de acordo com seu público, sofrerá adequação, fato que foi levado em consideração nesta pesquisa, motivo pelo qual preferimos trabalhar com os dois veículos de comunicação. Além disso, sendo os dois jornais da mesma empresa de comunicação, porém para públicos diferentes, acreditamos ser possível perceber melhor as diferenças na estruturação das orações, conforme a intencionalidade de cada um.

5.3 COLETA DE DADOS

Os dados utilizados nesta pesquisa são de natureza documental, devido ao fato do *corpus* a ser utilizado advir de meios de comunicação de massa, disponibilizados ao público, neste caso, dos jornais escritos.

A esse respeito, Gil (2012, p. 147 e 151) esclarece: “Para fins de pesquisa científica são considerados documentos não apenas os escritos utilizados para esclarecer determinada coisa, mas qualquer objeto que possa contribuir para a investigação de determinado fato ou fenômeno”, constituindo “os documentos de comunicação em massa, tais como jornais, revistas [...]”, entre outros, valiosa “fonte de dados para a pesquisa social.”

De acordo com Martins (2007), referente aos dados de natureza documental, existem dois tipos básicos: os primários e os secundários ou, para Gil (2012), os de

primeira mão e os de segunda mão. Os primeiros são aqueles que foram coletados pelo pesquisador e que ainda não sofreram tratamento analítico, como: documentos oficiais, reportagens de jornal, cartas, fotografias, entre outros. Já os segundos, além de terem sido coletados por outrem, apresentam alguma alteração em sua forma original, por terem passado por algum tipo de análise, a saber: relatórios de pesquisa, de empresas, estatísticas etc.. Nesta pesquisa foram utilizados os dois tipos de dados.

Os dados primários encontram-se disponíveis e foram extraídos de dois jornais escritos do Estado do Espírito Santo, **A Gazeta** e **Notícia Agora**. Os dados secundários foram obtidos em textos sobre o assunto, disponibilizados em livros, artigos, dissertações, teses e *sites*. A coleta desses dados foi realizada por meio de levantamento em ambiente físico, em bibliotecas, e ambientes virtuais, ou seja, a rede mundial de computadores (*web*). Os livros foram consultados um a um, na seguinte sequência de etapas: a) leitura e análise da introdução para verificação da pertinência do conteúdo e leitura e análise do sumário ou do índice a fim de identificar na estrutura da obra algum conteúdo que tratasse do assunto. Essa primeira etapa permitiu eliminar alguns títulos; b) leitura abrangente do material a fim de verificar não só a aderência, como também, as possibilidades de contribuição dos textos, fazendo-se, portanto, uma segunda triagem; c) leitura acurada do material, com destaque de fragmentos do texto para sua utilização na composição da dissertação. Em relação aos dados primários foram coletados por meio de amostra, descrita na seção subsequente.

5.4 SOBRE O *CORPUS*

Iniciamos esta seção trazendo alguns conceitos de *corpus* que melhor se enquadram nos moldes desta pesquisa. Etimologicamente falando, o termo tem a sua equivalência no latim, significando “corpo”. Segundo nos asseveram Silva e Silva (2013, p. 4), genericamente “[...], o *corpus* é apontado como uma coleção de materiais [...]”. Mas, ressaltam “[...] que quando utilizado no contexto da linguística moderna o termo *corpus* adquire conotações mais específicas”. Sobre isso as autoras destacam:

Assim, para Tognini-Bonelli (2001), *corpus* é uma coleção de textos presumidamente representativa de uma dada língua que é compilada para que possa ser utilizada na análise linguística. Sinclair (1991) converge com esse conceito ao descrever *corpus* como uma coleção de textos naturais, selecionados para caracterizar um estado ou variedade de uma língua. A expressão textos naturais refere-se a textos autênticos, ou seja, textos que já existam na língua e que não foram criados com o propósito de figurar o *corpus* (BERBER SARDINHA, 2004) (SILVA; SILVA, 2013, p. 4).

Nessa perspectiva, Aluísio e Almeida (2006, p. 157) retomam a concepção de Trask (2004) sobre *corpus*, que o define como “um conjunto de textos escritos ou falados numa língua, disponível para análise”. Ressaltam, também, o entendimento de outros autores que o compreendem como

um conjunto finito de enunciados tomados como objeto de análise. [...] considerados característicos do tipo de língua a estudar, reunidos para servirem de base à descrição e, eventualmente, à elaboração de um modelo explicativo dessa língua. Trata-se, pois, de uma coleção de documentos quer orais (gravados ou transcritos) quer escritos, quer orais e escritos, de acordo com o tipo de investigação pretendido (GALISSON; COSTE, 1983 apud ALUÍSIO; ALMEIDA, 2006, p. 157).

E, ainda, asseguram Aluísio e Almeida (2006, p. 157), que Dubois et al. (1993), consideram o *corpus* como um “conjunto de enunciados a partir do qual se estabelece a gramática descritiva de uma língua”.

Também, Silva e Silva (2013, p. 4), entendem que “[...] o *corpus*, de referência eminentemente qualitativa, tem a finalidade de expor atributos desconhecidos direcionados a perceber os signos, sentidos e representações presentes em uma determinada prática social”, podendo se apresentar nas modalidades escrita e/ou falada de qualquer tamanho, a depender dos objetivos e características da pesquisa a ser desenvolvida.

Para Biber (1993), a elaboração de um *corpus* é um processo que avança em ciclos: inicia-se a escolha de textos baseada em critérios externos culturalmente aceitos (tipologia de gêneros e tipos de textos, por exemplo), depois se prossegue com investigações empíricas da língua ou variedade linguística sob análise (também denominados critérios internos) e, finalmente, procede-se com a revisão de todo o projeto (ALUÍSIO; ALMEIDA, 2006, p. 159).

Em conformidade com o exposto, o *corpus* desta pesquisa se constitui de registros escritos, de uso real da língua, advindos de produções jornalísticas, do gênero

notícias, veiculadas em jornais do estado do Espírito Santo, especificamente, de **A Gazeta** e **Notícia Agora** (NA), direcionados a diferentes públicos.

Tendo em vista que os jornais escolhidos são publicados todos os dias da semana, optamos por fazer a pesquisa nas edições de terças, quartas e quintas-feiras, primeiramente, pela necessidade do recorte, devido ao grande volume de notícias e, no segundo momento, por suspeitarmos que, dada a exiguidade do tempo para elaboração das matérias, de um dia para o outro, resultaria num texto mais comprometido com as situações de uso real da língua, isto é, mais espontâneo.

Dentre as inúmeras notícias veiculadas, elegemos aquelas publicadas nas editoriais “Cidades”, em **A Gazeta**, e “NA Rua”, no **Notícia Agora**, por sabermos que a forma como as notícias são tratadas reflete, entre outras coisas, os valores socioculturais da comunidade envolvida, muitas vezes, fomentando padrões de comportamento. A esse respeito, Melo (1985, p. 57) afirma que

[...] os meios de comunicação coletiva, através dos quais as mensagens jornalísticas penetram na sociedade, [...], são “aparatos ideológicos”, [...] atuando como uma “indústria da consciência”, [...], influenciando pessoas, comovendo grupos, mobilizando comunidades, dentro das contradições que marcam as sociedades. São portanto veículos que se movem na direção que lhes é dada pelas forças sociais que os controlam e que refletem também as contradições inerentes às estruturas societárias em que existem.

Assim sendo, pretendemos captar as possíveis variações da forma como uma mesma notícia é veiculada em diferentes jornais. Forma, aqui, alusiva, especialmente, ao nível sintático, por ser ele a materialização dos níveis semântico e discursivo-pragmático, e por tratar-se de aferição da transitividade.

O *corpus* desta pesquisa advém de uma incursão em um recorte temporal nos meses de julho e agosto de 2016, resultando na seleção de três notícias, que somaram seis matérias, veiculadas nos jornais descritos, como mostra o Quadro 7:

Data	A Gazeta	Notícia Agora
12.07.2016	Blogueira é criticada por foto com flanelinha	Blogueira é detonada após foto
09.08.2016	Médico é preso por usar nome de outro profissional	Médico 171 atendia com nome falso
16.08.2016	Mais uma escola é invadida. É o 13º caso este ano na Serra	Vândalos detonam escola na Serra. É a 13ª vez no ano!

QUADRO 7 – MATÉRIAS ANALISADAS

Fonte: Elaboração própria

Ressaltamos que as notícias que constituem o *corpus* desta pesquisa apresentam todos os elementos textuais característicos do gênero, que, em conjunto, constroem e dão sentido ao texto, como o título, o subtítulo, o *lead* e o corpo da notícia, exprimindo as informações consideradas mais importantes do evento. Desse modo, sempre que detectamos diferenças na construção/ estruturação sintática desses elementos textuais, foram elas o foco das nossas análises, em conformidade com os objetivos traçados.

5.5 TRATAMENTO DOS DADOS

Após a seleção e coleta dos dados, sob os critérios explicitados, todas as notícias/ matérias foram lidas na íntegra e descritas, fazendo-se menção aos aspectos como, o tipo de estrutura sintática das orações selecionadas, se ativa ou passiva, as escolhas lexicais, as nominalizações, entre outros, que foram objeto de análise comparativa do modo pelo qual os conteúdos das notícias foram veiculados nos dois jornais, ressaltando-se as convergências e divergências observadas, na estruturação do texto.

Ao analisarmos as notícias/ matérias selecionadas, verificamos que o texto do corpo das notícias veiculadas é quase que idêntico, salvo pequenas variações, normalmente, de ordem lexical, razão pela qual, optamos por focar a nossa análise, especialmente, nos títulos e subtítulos das matérias, por serem as partes da notícia, que via de regra, apresentam mudanças de abordagem da mesma notícia num jornal e noutro, possibilitando o alcance dos objetivos traçados, inicialmente.

No propósito de esclarecer quanto ao conceito de manchete, por nós adotado,

recorremos ao Manual da Redação da *Folha de S. Paulo* (2001, p. 451), que assim registra, em sua primeira acepção: “**Manchete** (jn) **1. Título** principal, composto em letras garrafais e publicado com grande destaque, geralmente no alto da primeira página de um jornal ou revista. Indica o fato jornalístico de maior importância entre as **notícias** contidas na **edição**”, além de Lage (1999, p. 59) que a define como sendo o “título principal de um jornal ou de uma página.”

A seguir, destacamos o que se registra para o título:

Título [...]2. Palavra ou frase, geralmente composta em **corpo** maior do que o utilizado no texto, e situada com destaque no alto de notícia, artigo, seção, quadro etc., para indicar resumidamente o assunto da matéria e chamar a atenção do leitor para o texto (MANUAL, 2001, p. 731).

Assim sendo, podemos perceber que há uma distinção entre um e outro, isto é, a manchete é característica da primeira página dos jornais e revistas, dando relevo à notícia em destaque, enquanto que o título, comum a toda notícia, a encabeça, fazendo, portanto, parte da notícia, conforme mencionado no capítulo anterior. Por essa razão, embora a manchete seja considerada como um gênero textual, optamos pela manutenção do título desta pesquisa, “A transitividade em evidência em notícias jornalísticas: um olhar funcionalista”, por entendermos, juntamente com o Manual da Redação da *Folha de S. Paulo* (2001), que o título antes de tudo, é parte da notícia, o que justifica a escolha desse nome para esta pesquisa.

Ainda, quanto à análise, salientamos que ela se deu em toda a notícia, porém, como é nosso objetivo comparar possíveis variações do grau de transitividade, face às mudanças detectadas na estruturação/ construção das orações das respectivas matérias, advindas de uma mesma notícia publicada num jornal e noutro, nos detivemos somente, para efeito de aferição do grau de transitividade, nas orações que tinham a sua correspondente num e noutro jornal, a saber: título com título, subtítulo com subtítulo etc., e que apresentaram diferenças em sua construção sintática, passíveis de resultar em variação do grau. Foram, pois, analisadas não só do ponto de vista sintático, mas, também, considerando a conjugação dos níveis semântico e discursivo-pragmático, que se refletem no sintático, deixando entrever a intencionalidade de cada um dos jornais.

Na continuidade, passamos, propriamente, à aferição da transitividade, de acordo com os parâmetros propostos por Hopper e Thompson (1980), observando as oscilações de grau entre a alta e a baixa transitividade, resultante da presença ou ausência de cada traço característico do fenômeno, no *corpus* analisado. Assim, para cada parâmetro presente na oração, foi contabilizado um ponto, sendo ao final somada a pontuação e obtido o grau, dentro da escala de 1 (um) a 10 (dez).

Considerando tratar-se de uma pesquisa cujo *corpus* é a notícia e, sendo nela muito utilizadas orações com estrutura de passiva, também recorreremos a Furtado da Cunha (1996) para a análise do grau de transitividade das passivas, conforme explicitado na seção 3.2 do Capítulo 3, referente aos traços característicos de alta transitividade nessas orações, por acreditarmos que nos ajudarão a alcançar os objetivos expostos na *Introdução*. Dos nove traços propostos por ela, organizados de modo a contemplar toda a oração, tal qual ao modo de aferição da transitividade, segundo Hopper e Thompson (1980), aqui também, para cada traço presente na oração passiva, foi atribuído valor um, que somados ao final, obtém-se o grau de transitividade da oração.

Após a análise do fenômeno da transitividade no *corpus* selecionado, procedemos à sua descrição, em conformidade com os princípios norteadores desta pesquisa, verificando se em função das variações encontradas na estruturação das orações nas matérias analisadas, houve mudança no grau de transitividade, entre uma e outra oração, o que nos facultou o esclarecimento acerca do fenômeno, nos moldes mencionados. Por fim, informamos que os textos analisados serão apresentados na íntegra, inclusive com indicação de data e fonte das notícias, no corpo do trabalho e, também em anexo, visando a facilitar o acesso às informações.

Passemos, então, a etapa seguinte, que é a análise dos dados, assunto do próximo capítulo.

6 A TRANSITIVIDADE NAS NOTÍCIAS: ANÁLISE E DISCUSSÃO

É nosso propósito neste capítulo, em conformidade com os objetivos traçados e explicitados na *Introdução*, a descrição das estruturas oracionais dos textos jornalísticos selecionados, especificamente, notícias, veiculadas nos jornais **A Gazeta** e **Notícia Agora** (NA), em todo o estado do Espírito Santo, nos moldes dos critérios postos no capítulo 5, *Procedimentos metodológicos*. Na sequência, a análise do fenômeno da transitividade, em especial, nos títulos e nos subtítulos e, também, no corpo da notícia, sempre que houver mudança na construção das orações, que possam resultar na variação do grau de transitividade, entre os jornais acima mencionados.

A análise dos textos descritos será, portanto, em contexto de uso, a partir da aplicação dos parâmetros propostos por Hopper e Thompson (1980) e das contribuições de Furtado da Cunha (1996), no que tange à estrutura de passiva, conforme informamos no Capítulo 5, com vistas a evidenciar as possíveis variações de grau de transitividade entre as diferentes estruturas oracionais encontradas nas respectivas matérias, oriundas de uma mesma notícia, ou seja, comparando as formas de veiculação da mesma notícia, num e noutro jornal, de modo a refletir a intencionalidade comunicativa de cada um. Isso, porque, como dissemos, acreditamos que as escolhas realizadas na estruturação das orações, precisamente, das matérias/ notícia, no nosso caso, não são aleatórias, e sim efetuadas tendo em vista os objetivos comunicativos que se queira alcançar, numa ação criadora de sentidos.

Assim, segundo Furtado da Cunha (2014, p. 10), “o grau de transitividade de uma oração reflete o grau de saliência cognitiva da ação transferida de um agente para um paciente” que, por sua vez, está relacionado à maneira pela qual a experiência humana é apreendida, ou seja, a forma como apreendemos a realidade se reflete no nosso discurso. Nesse sentido, interessa-nos observar os campos semânticos da oração que se manifestam no contexto da notícia, por ser ela “o relato de deslocamentos, transformações ou enunciações observáveis no mundo e consideradas de interesse para o público” (LAGE, 1999, p. 30).

Conforme falamos, para análise das orações na voz passiva recorreremos à proposta de Furtado da Cunha (1996), referente aos traços que caracterizam a transitividade nessas orações, por entendermos a sua pertinência para o esclarecimento do fenômeno na referida voz. Contudo, diferentemente de Furtado da Cunha (1996) em sua análise, ressaltamos que, tendo em vista os pressupostos teóricos que norteiam esta pesquisa, a análise apresentada se dará observando as situações de uso real da língua e considerando não apenas o nível sintático, mas também os níveis semântico e discursivo-pragmático implicados no contexto de interação social, em que a língua é instrumento. Por essa razão, serão considerados não somente o que está expresso do ponto de vista sintático, mas o que, não assim estando, também está dito pela possibilidade de se inferir/ recuperar as informações, nas entrelinhas da comunicação.

De início, tomemos uma notícia veiculada no dia 12 de julho de 2016, nos jornais **A Gazeta** e **Notícia Agora**, referente a uma postagem de uma foto feita por uma blogueira de moda em que ela posava apoiada num flanelinha negro, o que provocou reações e críticas por parte de muitos internautas.



Figura 2 – Blogueira criticada
Fonte: Jornal **A Gazeta**, 12 de julho de 2016.



Figura 3 – Blogueira detonada
Fonte: Jornal **Notícia Agora**, 12 de julho de 2016.

Considerando tratar-se de dois jornais do mesmo grupo de comunicação, embora destinados a públicos diferenciados, não há grandes diferenças na publicação entre um jornal e outro. Contudo, de pronto nos chama à atenção a forma verbal utilizada num e noutro título, isto é, podemos observar que no jornal **A Gazeta** optou-se pelo verbo “**Criticar**”. V. t. d.1. Fazer a crítica (2) de. 2. Dizer mal de; censurar. [...]”(FERREIRA, 198-?, p. 403), enquanto o jornal **NA** preferiu o verbo “**Detonar**”. [Do lat. *Detonare*.] V. Int. Produzir detonação; estrondar explodindo.” (FERREIRA, 198-?, p. 468), que traz uma carga semântica de maior impacto. Diferentemente do primeiro, evoca um campo semântico que dá a ideia de destruição, de “acabar com”, enquanto que criticar, por sua vez, tem uma conotação mais leve, mais amena.

Outro aspecto a ressaltar, no que toca ao título, é a sua extensão, mais curto no jornal **NA** em comparação com o de **A Gazeta**, que anuncia a motivação do evento de forma mais detalhada, dando destaque para a denominação “flanelinha”. Fato esse, condizente com as respectivas propostas de cada um dos jornais em questão, ou seja, tendo em vista o perfil de cada público-alvo, o título usado no **NA** apresenta uma estrutura mais enxuta, melhor dizendo, mais curto e mais simplificado. Num e

noutro depreende-se escolhas coerentes com, o que nos parece, a intencionalidade de cada um, pois o uso das expressões “flanelinha” e “blogueira” no título da matéria publicada pelo jornal **A Gazeta**, evidencia um contraste entre duas realidades sociais distintas, despertando a curiosidade do seu público. Uma refere-se ao indivíduo geralmente não regulamentado, que normalmente se utiliza de coação para conseguir remuneração pelos serviços prestados em estacionamento, limpeza e/ou proteção, dos automóveis, em vias públicas e a outra, refere-se à pessoa que publica regularmente em *blog* em torno de algum tema, neste caso, de moda.

Lage (1999, p. 21), ao falar das três fases do processo de produção de uma notícia, afirma que a terceira fase consiste na nomeação e que “há compromissos e sutileza nos nomes que se atribuem às coisas.” Isso, somado à imagem dos participantes, registrada na fotografia postada pela própria blogueira e veiculada pelos jornais ratificam a intenção de ambos.

O *blog* tem sido usado tanto por empresas quanto por profissionais liberais como uma forma de divulgar rapidamente suas ideias de um modo simples e rápido. Basicamente, um *blog* é um conjunto de mensagens curtas ou longas que são conhecidas como *posts*. Estas mensagens são dispostas em ordem decrescente de data da postagem.

Na sequência, podemos observar no subtítulo da matéria a explicitação do nome e sobrenome, “Lorraine Stoodley”, em **A Gazeta**, seguida da expressão “em rede social”, contrapondo-se às escolhas do **NA**, que o inicia pelo verbo “causou” em letras maiúsculas, referindo-se à “blogueira de moda”, além de destacar o ocorrido nos termos: “[...] escorada em flanelinha negro na Praia do Canto”. Num e noutro é possível perceber a sutileza das intenções que motivaram as escolhas lexicais na construção dos textos/ enunciados, uma vez que no primeiro jornal, a opção pelo nome e sobrenome atenua o fato, em comparação com as escolhas do segundo, que aportam maior apelo, salientando mais o ocorrido. Tal percepção se fortalece ao nos depararmos com a forma verbal “escorada” que, segundo Ferreira (198-?, p. 555), entre as várias aplicações do verbo, “**Escorar**. *V.t.d.* [...] 6. Firmar-se, apoiar-se. [...]” destacamos a que nos interessa no momento. Vale ressaltar que, apesar de ser utilizada também para pessoas, o termo remete-nos a palavra “escora”,

substantivo feminino, que, por sua vez, significa em sua primeira acepção “[...] 1. Peça para amparar e sustentar; [...], esteio.” (FERREIRA, 198-?, p. 555), levando-nos a suspeitar que, provavelmente, a preferência por essa forma verbal ao invés de “apoiada” ou “encostada” tenha uma conotação pejorativa ao referir-se ao rapaz negro, com uma função social sem prestígio, igualando-o à categoria de coisa.

Além disso, observamos que ao longo das matérias, publicadas quase que da mesma forma num e noutro jornal, algumas substituições de palavras foram feitas ao mencionar o referente no segundo parágrafo, como, “ela”, “ele” e “flanelinha” em **A Gazeta** e “blogueira”, “flanelinha” e “rapaz”, em **NA**, quiçá com a intenção de amenizar/ minimizar o ocorrido, no caso do primeiro jornal e, em contrapartida, demarcando o conflito ocasionado pela postagem, a nomeação dos referentes de forma contundente, de modo a instigar a opinião pública, no segundo jornal. Outro exemplo, nesse sentido, é: “[...], **disse** uma internauta” (**A Gazeta**, grifo nosso) e “[...] **criticou** uma internauta” (**NA**, grifo nosso). O uso da forma verbal “disse”, em **A Gazeta**, ao se referir aos internautas, e “criticou”, no **NA**, no mesmo trecho das respectivas matérias, nos permite perceber a intencionalidade de um e outro jornal, refletida na própria seleção lexical. Parece, assim, ficarem evidentes as diferenças na forma de abordagem da notícia em questão. Soma-se a isso, o fato desse último jornal, também, dar destaque, em negrito, para uma das falas dos internautas, além de reproduzir ao lado da imagem, outras manifestações de revolta postadas por eles.

Contudo, apesar dessas poucas variações no nível lexical no corpo da notícia, conforme apontadas, assegurando um tom mais contundente no caso do jornal **NA**, não há diferenças do ponto de vista da estruturação das orações, ou seja, o texto é o mesmo num jornal e noutro, o que torna dispensável a análise de todas as orações do corpo da notícia, quanto ao grau de transitividade, uma vez que não coaduna com os objetivos iniciais desta pesquisa. Diferentemente do que ocorre em relação aos títulos e subtítulos das matérias em foco nos dois jornais, uma vez que eles são construídos segundo os propósitos comunicativos de cada um, de modo a alcançar os seus respectivos públicos-alvos.

Vejamos as orações, então, quanto ao grau de transitividade, segundo os parâmetros de Hopper e Thompson (1980) e Furtado da Cunha (1996), no caso das orações passivas, nos textos em análise, especificamente, nos fragmentos que apresentam variação em sua estruturação/ construção, conforme o Quadro 8:

NOTÍCIA VEICULADA EM A GAZETA E NA	PARÂMETROS/ TRAÇOS	GRAU DE TRANSIT.
(1) Blogueira é criticada por foto com flanelinha (A Gazeta)	Sprep intencional, não-controlado e concreto; S. afetado e referencial; Oração afirmativa, perfectiva e <i>realis</i> .	8 alta
(2) Blogueira é detonada após foto (NA)	Sprep intencional, não-controlado e concreto; S. afetado e referencial; Oração afirmativa, perfectiva e <i>realis</i> .	8 alta
(3) (a) Lorraine Stoodley postou imagem com jovem de costas em rede social (b) e causou revolta (A Gazeta)	(a) Dois participantes; V. ação, perfectivo e pontual; S. intencional e agentivo; Oração afirmativa e <i>realis</i> ; O. afetado e individuado.	10 alta
(4) (a) Blogueira de moda é criticada (b) depois de postar imagem escorada em flanelinha negro na Praia do Canto (NA)	(a) Sprep intencional, não-controlado e concreto; S. afetado e referencial; Oração afirmativa, perfectiva e <i>realis</i> . (b) Dois participantes; V. ação, perfectivo e pontual; S. intencional e agentivo; Oração afirmativa e <i>realis</i> ; O. afetado e individuado.	8 alta 10 alta
(5) (a) Não era uma campanha da marca. (b) Apenas <i>tirei</i> uma foto do look (c) que estava usando em um evento de moda. (A Gazeta)	(b) Dois participantes; V. ação, perfectivo e pontual; S. intencional e agentivo; Oração afirmativa e <i>realis</i> ; O. individuado.	9 alta
(6) (a) Não era uma campanha da marca. (b) <i>Estava</i> apenas <i>tirando</i> uma foto do look (c) que estava usando em um evento de moda. (NA)	(b) Dois participantes; V. ação; S. intencional e agentivo; Oração afirmativa e <i>realis</i> ; O. individuado.	7alta

QUADRO 8 – NOTÍCIA 1

Fonte: Elaboração própria

Nas orações (1), (2) e (4a), há uma estrutura de passiva, bastante recorrente no contexto discursivo jornalístico, notadamente, nas notícias/ matérias que usam desse recurso para por em evidência o fato ocorrido, visto que há uma ação sofrida pelo sujeito paciente, “Blogueira”, que fica mais saliente com o apagamento do agente da passiva. Com isso, o jornal atrai a curiosidade e o interesse do leitor,

como observamos nos títulos das matérias publicadas nos jornais **A Gazeta** e **Notícia Agora** (NA), respectivamente.

Sabemos do papel da língua como instrumento de comunicação e interação social, sendo esta, pois, usada pelos falantes com propósitos específicos, em conformidade com as infinitas situações de uso real da língua, nos mais variados contextos, consoante com as premissas elencadas por Givón (1995), que, entre outras, afirma que a estrutura não é arbitrária, mas, motivada e icônica e que o sentido depende do contexto. Em vista disso, nós os usuários da língua estruturamos o nosso discurso em conformidade com as nossas necessidades de comunicação, condicionado às nossas intenções.

Embora, exista uma estreita relação entre forma e função, esta determinante na estruturação sintática, existem outros aspectos associados no processo de interação verbal que também influenciam na sua composição (forma), como o princípio da quantidade que, segundo Givón (2001), uma informação previsível ou irrelevante não necessita de estar expressa na oração, como no caso das passivas que não apresentam o seu agente, conforme ocorre em 1, 2 e 4(a). Essa observação nos parece relevante por entendermos que guarda relação com o processo de criação do texto jornalístico, precisamente, da notícia, que é nosso objeto de estudo. Isso, talvez explique, em parte, o apagamento de elementos, como no caso do agente da passiva, sendo perfeitamente recuperável no contexto.

A esse respeito, Motta (2004, p. 118) pondera que “o objetivo do texto (verbal ou não verbal) da notícia ou reportagem é transmitir informações de forma efetiva e econômica (no sentido linguístico desses termos)”, o que, segundo ele, já é esperado por parte do público, no nosso caso, dos leitores.

Assim sendo, conforme análise proposta por Furtado da Cunha (1996), para as estruturas de passiva, numa escala de nove traços característicos de alta transitividade na oração passiva prototípica, isto é, constituída de Sujeito, Verbo Ser – Particípio Passado e SPrep (Sintagma Preposicionado), encontramos grau 8 para a (1), “Blogueira é criticada por foto com flanelinha” (**A Gazeta**), para a (2),

“Blogueira é detonada após foto” (NA) e para a (4a), “Blogueira de moda é criticada [...]” (NA).

Na oração (1), “Blogueira é criticada por foto com flanelinha” (**A Gazeta**), apesar de, do ponto de vista sintático, termos um SPrep, ([...] *por foto com flanelinha*), ele, semanticamente, não corresponde a nenhum dos casos elencados na proposta de Furtado da Cunha (1996), ou seja, não é agente, nem instrumento e tampouco força natural, sendo, consoante Sperança e Ignácio (2009, p. 287), de natureza causativa. A esse respeito, argumentam que “[...] a capacidade de desencadear uma atividade ditada pelo verbo” é uma característica comum entre eles, motivo pelo qual, há um limite muito próximo entre Agente, Causativo e Instrumental. Contudo, Furtado da Cunha (1996), Cavalcante (1997) e Sperança e Ignácio (2009) são unânimes ao ressaltarem que a intencionalidade é o traço determinante para a diferenciação entre eles, juntamente com o controle, que estão presentes nos casos de Agentividade, diferenciando-se dos demais. Assim, “[...] por foto com flanelinha”, não é agente, não é instrumento, pelo simples fato de os internautas/ seguidores não terem utilizado a foto para fazer a crítica, se assim o fosse, aí sim, seria Instrumental, uma vez que seria utilizado por um agente consciente, que tem a intenção de usá-lo para realizar uma determinada ação. Por essa razão, não foi considerado para efeito de computação na aferição do grau de transitividade.

Mas, como sinalizado anteriormente, nestas análises levaremos em conta não apenas o aspecto sintático, como também os aspectos semântico e discursivo-pragmático, por necessidade de sermos coerentes com as premissas do referencial teórico que dá sustentação a esta pesquisa. Nesse sentido, na (1) podemos observar que a forma de construção sintática da oração resultou no apagamento do agente da passiva, “pelos internautas/ seguidores”, agentes da ação de criticar, claramente recuperável dado o contexto linguístico em que aparece, neste caso, na notícia, que traz em si informações contidas em cada parte que a compõe, como esclarecido no Capítulo 4, não se limitando apenas no título. Desse modo, ela se faz como um todo, pela interação de suas partes. Assim, para efeito de cômputo do grau de transitividade, recuperamos um SPrep com função de Agente, sendo marcado positivamente intencional, não-controlado e concreto; um Sujeito afetado e referencial (*Blogueira*); uma Oração *realis*, afirmativa e perfectiva (*é criticada*),

embora o aspecto do verbo auxiliar “ser” se apresente na terceira pessoa do singular do presente do indicativo. É o que conhecemos por presente histórico, sendo um mecanismo de atualização do fato já ocorrido, muito utilizado pelos meios de comunicação de massa, como forma de atrair a atenção do público.

Também, na (2), “Blogueira é detonada após foto” (NA), e em (4), “Blogueira de moda é criticada depois de postar imagem escorada em flanelinha negro na Praia do Canto” (NA), observamos a presença do SPrep, todavia as duas ocorrências não correspondem aos casos elencados por Furtado da Cunha (1996), quais sejam: de agente, de instrumento ou força natural, sendo ambas ((2) [...]após foto/ (4) [...]depois de postar imagem [...]) de natureza temporal. Da mesma forma que na oração (1), considerando os níveis semântico e discursivo-pragmático, recuperamos o agente da passiva, que por tratar-se da mesma notícia cujo alvo são as críticas direcionadas a uma blogueira de moda, portanto, praticadas por seus seguidores, conforme explicitado no corpo da notícia, tem em comum o mesmo agente, “pelos internautas”, sendo este computado na aferição do grau de transitividade. Interpretação essa, coerente com a proposta funcionalista de análise da língua em uso, observada e compreendida em seus aspectos múltiplos. Assim sendo, nas orações (2) e (4a), “Blogueira de moda é criticada [...]”, foram marcados positivamente: SPrep intencional, não-controlado e concreto (*pelos internautas*); Sujeito afetado e referencial ((2) *Blogueira*/ (4a) *Blogueira de moda*); Oração afirmativa, perfectiva e *realis*((2) *é detonada*/ (4a) *é criticada*), alcançando um alto grau na escala de transitividade, 8, o mesmo obtido na oração (1).

Tendo em vista que a voz passiva analítica, que nos interessa no momento, é formada por um sujeito paciente que sofre/ recebe a ação verbal (verbo auxiliar - particípio do verbo principal) praticada por um agente da passiva, geralmente introduzido por uma preposição (por, de), é oportuno ressaltar que nem sempre os SPreps correspondem semanticamente ao agente da passiva, conforme ressalva Furtado da Cunha (1996, p. 47): “Muitas orações são acompanhadas por SPreps que não representam o que se entende semanticamente por agente. Em grande parte delas, o SPrep representa o instrumento através do qual a ação verbal se realizou.”

Ainda em (4), temos um período composto em que a oração (4b) “[...] depois de postar imagem escorada em flanelinha negro na Praia do Canto” pontuou grau máximo de transitividade, por apresentar todos os dez parâmetros propostos por Hopper e Thompson (1980), considerando ser subordinada à oração (4a). Temos, então: dois participantes (*Blogueira de moda e imagem*), verbo de ação, perfectivo e pontual, apesar de sua forma ser o infinitivo, dado ao contexto, fica claro que a ação já ocorreu (*postar*), sujeito intencional e agentivo (*Blogueira de moda*), oração afirmativa e *realis*, e um objeto afetado e individuado (*imagem escorada em flanelinha negro*).

Em (3), “Lorraine Stoodley postou imagem com jovem de costas em rede social e causou revolta” (**A Gazeta**), temos duas orações na voz ativa, sendo que a segunda, “[...] e causou revolta”, não será considerada, nesta pesquisa, para efeito de aferição da transitividade por tratar-se de verbo suporte (BORBA, 2001), uma vez que “causar revolta” é equivalente a “revoltar”, igualmente, em, “[...] e causou revolta”, análogo a revoltou. Quanto à primeira, “Lorraine Stoodley postou imagem com jovem de costas em rede social [...]”, em conformidade com os parâmetros de Hopper e Thompson (1980), encontramos grau 10 de transitividade, pela presença de dois participantes (*Lorraine Stoodley e imagem*), verbo de ação, perfectivo e pontual (*postou*), um sujeito intencional e agentivo (*Lorraine Stoodley*), oração afirmativa e *realis*, e um objeto afetado e individuado (*imagem com jovem de costas*). Todos esses traços asseguram a ela e a (4b) uma alta transitividade, característica de uma oração transitiva prototípica, por apresentar todos os parâmetros em sua composição.

Com o propósito de ampliar a compreensão relativa ao parâmetro “participante”, cabe aqui a colocação de Crystal (2008), citado por Saboya (2014, p. 39 e 40), ao esclarecer que “[...] o termo *participante* é um entre outros usados para se referir às funções semânticas que aparecem na relação de um predicado com seus argumentos”, não havendo um consenso quanto “[...] ao número de funções de participantes disponíveis aos falantes das línguas [...]”, podendo ser elas: instrumento, tema, experienciador, beneficiário, locação, destinação, origem, entre outras.

Em (5), “Não era uma campanha da marca. Apenas **tirei** uma foto do look que estava usando em um evento de moda. [...]” (**A Gazeta**, grifo nosso), extraído do corpo da notícia, encontramos o seu correlato na seguinte forma: (6), “Não era uma campanha da marca. **Estava** apenas **tirando** uma foto do look que estava usando em um evento de moda. [...]” (**NA**, grifo nosso), temos três orações, tendo diferença apenas na forma verbal da segunda oração das respectivas publicações, razão pela qual nos deteremos somente nela para efeito de análise e aferição do grau de transitividade, conforme informamos inicialmente. Na publicação do jornal **A Gazeta**, (5b), “[...] Apenas tirei uma foto do look [...]”, como na do **NA**, (6b), “[...] Estava apenas tirando uma foto do look [...]” encontramos dois participantes (*eu* e *uma foto*), um verbo de ação, um sujeito intencional e agentivo (*eu*), uma oração afirmativa e *realis* e um objeto individuado (*uma foto*). O que as diferenciam é que na primeira temos um verbo perfectivo e pontual (*tirei*), enquanto na segunda, a forma verbal denota ação não acabada/ incompleta e em curso (*estava tirando*), motivo pelo qual houve uma variação do grau de transitividade, 9 para a primeira e 7 para a segunda.

Como não observamos mais nenhuma mudança que atenda ao presente escopo entre os textos das matérias em análise, passemos a outra notícia, assim veiculada nos jornais **A Gazeta** e **Notícia Agora**, conforme as Figuras 4 e 5, a seguir:

REGISTRO CASSADO

Médico é preso por usar nome de outro profissional

Edvaldo Machado foi autuado por exercício ilegal da medicina e por falsidade ideológica

AMABLY CALIMAN
acalim@redgazeta.com.br

Um médico com registro cassado foi detido atuando com documentos falsos no Pronto-Atendimento (PA) da Prefeitura de Ibiracú, Norte do Estado. O clínico Edvaldo Machado Rodrigues usava o nome de outro profissional para trabalhar no local desde 2014. Ele foi autuado na Delegacia de Aracruz por falsidade ideológica e por exercício ilegal da medicina. Pagou fiança de R\$ 2 mil e foi liberado.

Segundo o Conselho Regional de Medicina (CRM) do Espírito Santo, o registro do médico foi cassado em Mato

Grosso do Sul, em outubro de 2008, por furto qualificado e tentativa de estelionato.

O caso foi descoberto na última sexta-feira, pelo vice-prefeito de Anchieta, José Carlos de Souza, também médico. Era o nome dele que estava sendo usado por Edvaldo. O ginecologista e obstetra descobriu a fraude ao conferir seu imposto de renda.

"Fiz a declaração de

POUCO CONTATO

"Ele já trabalhou aqui em Anchieta. Às vezes a gente se encontrava nos plantões, mas era só isso"

JOSÉ CARLOS DE SOUZA
MÉDICO VÍTIMA

imposto de renda e há um mês fui ver se estava certinho. Quando abri vi que tinha caldo na malha. Nessa malha, constava que a Prefeitura de Ibiracú tinha declarado, através do Fundo Municipal de Saúde, R\$ 50 mil em 2015, e eu nunca trabalhei lá", disse.

DENÚNCIA

O médico Souza retornou à cidade para esclarecer a situação. "Na última sexta-feira fui até lá novamente e localizei o processo que estava na Secretaria de Saúde. Perguntei se trabalhava algum doutor José Carlos de Souza e me informaram que ele estava de plantão no PA. Então pedi pra chamar a coordenação do PA, expliquei a situação, mostrei a documentação e chamamos a



A Delegacia de Aracruz é o local onde o médico foi autuado e depois liberado

Polícia Militar. Solicitei que pedissem os documentos do médico de plantão e fomos todos para a Delegacia de Aracruz, onde foi registrada a ocorrência", contou.

O obstetra disse ainda que conhecia o falsificador. "Ele já trabalhou aqui em Anchieta. Às vezes a gente se encontrava nos plantões, mas era só isso. Eu sabia que o registro dele tinha sido cassado, mas não sei co-

EM LIBERDADE

R\$ 2
mil

Foi o valor da fiança paga pelo médico com diploma cassado.

mo conseguiu meus documentos. E se acontece algo sério de saúde? Algum procedimento erra-

do? Até provar que não fui eu é um problema. E agora tem o problema da receita. A receita vai querer o dinheiro. É muito ruim, um grande transtorno".

A Prefeitura de Ibiracú disse que atenderia a reportagem ontem, porém, recusou e disse que só dará declarações sobre o caso hoje.

A GAZETA tentou localizar Edvaldo Machado Rodrigues, mas nenhum contato foi encontrado.

Figura 4 – Médico preso

Fonte: Jornal A Gazeta, 09 de agosto de 2016.

TERÇA-FEIRA / 9 DE AGOSTO DE 2016 / NOTÍCIA AGORA 5

na! rua

DIVULGAÇÃO-POLÍCIA CIVIL

Médico 171 atendia com nome falso

IBIRAÇU Médico com registro cassado por estelionato foi detido atuando em PA com documentos de outro profissional

Amabily Caliman
acbrito@redgazeta.com.br

Um médico com registro cassado foi detido atuando com documentos falsos no Pronto Atendimento (PA) da Prefeitura de Ibiracú, Norte do Estado. O clínico Edvaldo Machado Rodrigues usava o nome de outro profissional para trabalhar no local desde 2014. Ele foi autuado na Delegacia de Aracruz por falsidade ideológica e por exercício ilegal da medicina. Ele pagou fiança de R\$ 2 mil e foi liberado.

De acordo com o Conselho Regional de Medicina (CRM) do Espírito Santo, o registro do médico foi cassado em Mato Grosso do Sul, em outubro de 2008, por furto qualificado e tentativa de estelionato.

O caso foi descoberto na última sexta-feira, pelo vice-prefeito de Anchieta e também médico, José Carlos de Souza. Era o nome dele que estava sendo usado por Edvaldo. O ginecologista e obstetra descobriu a fraude ao conferir seu imposto de renda.

"Fiz a declaração e há um mês fui ver se estava certo. Quando abri, vi que tinha caído na malha. Constatava que a Prefeitura de Ibiracú tinha declarado, através do Fundo Municipal de Saúde, R\$ 50 mil em 2015, e eu nunca trabalhei lá."

O médico Souza retornou à cidade para esclarecer a situação. "Na última sexta-feira, fui até lá novamente e localizei o processo que estava na Secretaria de Saúde. Perguntei se trabalhava algum doutor José Carlos de Souza e me informaram que ele estava de plantão no PA. Pedi pra chamar a coordenação do PA, expliquei a situação, mostrei a documentação e chamamos a Polícia Militar. Solicitei que pedissem os documentos do médico de plantão e fomos todos para Delegacia de Aracruz, onde foi registrada a ocorrência."

Obstetra conhecia o falsificador. "Ele já trabalhou em Anchieta. Às vezes, a gente se encontrava nos plantões. Sabia que o registro dele tinha sido cassado, mas não sei como conseguiu meus documentos. E se acontece algum procedimento errado? E agora tem o problema da Receita, que vai querer o dinheiro. É um grande transtorno."

PREFEITURA SÓ FALA HOJE

A Prefeitura Municipal de Ibiracú disse que atenderia a reportagem ontem. No entanto, recuou e afirmou que só dará declarações sobre o caso do médico hoje. A reportagem também tentou localizar Edvaldo Machado Rodrigues, mas nenhum contato dele foi encontrado.



O médico que foi vítima registrou um boletim de ocorrência na Delegacia de Aracruz

Figura 5 – Médico 171

Fonte: Jornal **Notícia Agora**, 09 de agosto de 2016.

As Figuras 4 e 5 dizem respeito a uma notícia publicada nos jornais **A Gazeta** e **Notícia Agora**, referente ao caso da prisão de um médico com registro cassado, que atendia se fazendo passar por outro médico, na cidade de Ibiracú-ES. Como ressaltamos, a origem das fontes é a mesma para as matérias em análise, razão pela qual os textos veiculados são quase iguais, com uma pequena diferença na extensão de uma publicação em relação à outra, isto é, o texto do **NA** é um pouco menor que o de **A Gazeta**, que em alguns trechos é mais detalhado, no que tange à escrita, porém, não ao conteúdo. Mas, o que nos chama à atenção é a forma diferenciada de construção dos títulos nas duas publicações: "Médico é preso por usar nome de outro profissional" (**A Gazeta**) e "Médico 171 atendia com nome falso" (**Notícia Agora**). No primeiro, temos uma oração na passiva com o apagamento do agente da passiva (pela Polícia Militar), talvez, motivado pelo sentido contextual da oração e/ou por tratar-se de texto jornalístico, que tem a objetividade como meta. Em relação ao segundo, temos uma oração na voz ativa, sendo também a palavra "médico" posta, em ambos os títulos, na posição inicial, dando-se destaque ao fato

de ser médico, o “sujeito”. Outro aspecto relevante do ponto de vista discursivo-pragmático é o uso de expressão de ordem valorativa, “171”, qualificando o sujeito em questão. A esse respeito, temos:

171 é um **código que faz referência ao artigo nº 171 do Código Penal Brasileiro**, referente ao ato de **estelionato**, ou seja, enganar outras pessoas para conseguir benefícios próprios.

Devido ao conteúdo relativo ao artigo 171 do Código Penal, popularmente convencionou-se utilizar este código como uma gíria.

Quando alguém chama uma pessoa de 171, está querendo dizer que este indivíduo é mentiroso, mau caráter e inconfiável.

[...] Assim, uma “**pessoa 171**” é vista como aproveitadora, que utiliza de habilidades comunicacionais e simpatia apenas para alcançar o seu objetivo próprio, sem se importar com as condições físicas ou emocionais de terceiros.

De acordo com o texto previsto no artigo 171 do Código Penal, classifica-se como estelionato no caso de: “*obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento*” (SIGNIFICADO..., 201-?, grifo do autor).

Sabemos de antemão que o gênero notícia tem como uma de suas características a objetividade, ou seja, o distanciamento pessoal e institucional do jornalista, contudo, o que observamos é o uso de uma linguagem que tem um quê de subjetividade, ao selecionar termos que acionam o conhecimento popular, explorando a ambiguidade da expressão e denunciando a intencionalidade de atingir o seu público-alvo.

Outro aspecto, digno de menção, que observamos ainda no segundo título, “Médico 171 atendia com nome falso” (NA), é o apagamento do objeto (os pacientes), perfeitamente recuperável dado o contexto linguístico, vez que o núcleo do sujeito, “médico”, delimita o campo semântico verbal, não sendo necessária a sua explicitação para assegurar o perfeito entendimento do fato.

Atentemos, a seguir, quanto ao grau de transitividade das orações pertinentes, ou seja, daquelas que apresentam mudanças em sua estruturação/ construção, considerando a igualdade de origem das fontes, conforme já comentado, com base nas propostas de análise de Hopper e Thompson (1980) e Furtado da Cunha (1996), no caso das passivas.

NOTÍCIA VEICULADA EM A GAZETA E NA	PARÂMETROS/ TRAÇOS	GRAU DE TRANSIT.
(7) a) Médico é preso b) por usar nome de outro profissional (A Gazeta)	a) Sprep intencional, não-controlado, concreto e individuado; S. afetado e referencial; Oração afirmativa, perfectiva e <i>realis</i> . b) Dois participantes; V. ação; S. intencional e agentivo; Oração afirmativa e <i>realis</i> ; O. afetado e individuado.	9 alta 8 alta
(8) Médico 171 atendia com nome falso (NA)	Dois participantes; V. ação; S. intencional e agentivo; Oração afirmativa e <i>realis</i> ; O. afetado.	7 alta
(9) Edvaldo Machado foi autuado por exercício ilegal da medicina e por falsidade ideológica (A Gazeta)	Sprep intencional, não-controlado, concreto e individuado; S. afetado e referencial; Oração afirmativa, perfectiva e <i>realis</i>	9 alta
(10) a) Médico com registro cassado por estelionato foi detido b) atuando em PA com documentos de outro profissional (NA)	a) Sprep intencional, não-controlado, concreto e individuado; S. afetado e referencial, Oração afirmativa, perfectiva e <i>realis</i> . b) Dois participantes; V. ação; S. intencional e agentivo; Oração afirmativa e <i>realis</i> ; O. afetado.	9 alta 7 alta
(11) (a) O obstetra disse ainda (b) que conhecia o falsificador. (A Gazeta)	(a)V. ação, perfectivo e pontual; S. agentivo e intencional; Oração afirmativa e <i>realis</i> . (b) Dois participantes; O. individuado; Oração afirmativa e <i>realis</i> .	7 alta 4 baixa
(12) O obstetra conhecia o falsificador. (NA)	Dois participantes; O. individuado; Oração afirmativa e <i>realis</i> .	4 baixa

QUADRO 9 – NOTÍCIA 2

Fonte: Elaboração própria

Nas orações (7a), (9) e (10a) também temos uma estrutura de passiva, que põe em destaque o fato ocorrido, de modo a atrair a curiosidade dos leitores, como já dissemos. Em (7), “Médico é preso por usar nome de outro profissional” (A Gazeta) e na (9), “Edvaldo Machado foi autuado por exercício ilegal da medicina e por falsidade ideológica” (A Gazeta), embora, sintaticamente, o lugar preferencial do agente da passiva esteja preenchido por um sintagma preposicionado, do ponto de vista semântico, nenhum deles, (7b), “[...] por usar nome de outro profissional” e (9), “[...] por exercício ilegal da medicina [...]” corresponde aos casos elencados por Furtado da Cunha (1996), quais sejam, agente, instrumento e, tampouco, força

natural. Desempenham, pois, a função de causativo que, igualmente aos casos citados, tem a capacidade de desencadear a ação verbal (SPERANÇA; IGNÁCIO, 2009), nessas ocorrências, praticada pelo agente da passiva, comum a todas elas. O mesmo se dá em (10a), “Médico com registro cassado por estelionato foi detido [...]” (**NA**), quanto à natureza causativa do SPrep, porém, com a diferença que, aqui, houve uma inversão da ordem prevista para as construções na voz passiva. Desse modo, nenhum deles foi considerado na aferição do grau de transitividade.

Podemos observar que em todas elas, também, ocorreu o apagamento do agente da passiva, contudo, considerando os múltiplos aspectos que vão além da sintaxe, isto é, o semântico e o discursivo-pragmático, perfeitamente recuperável no contexto da notícia, que informa em seu corpo, tratar-se da “Polícia Militar” o agente da ação de prender, em (7a), de autuar, em (9), - ato de “[...] reunir em forma de processo (a petição e documentos apresentados em juízo); processar [...]” (FERREIRA, 198-?, p.164), ação essa praticada pela Justiça ou por seus representantes legais – e de deter, em (10a). Além disso, a imagem da Delegacia de Aracruz, exibida na matéria, com a subscrição: “A Delegacia de Aracruz é o local onde o médico foi autuado e depois liberado” (**A Gazeta**), não deixa nenhuma dúvida, quanto à autoria da ação. Portanto, na aferição do grau de transitividade consideramos, para as três orações, um SPrep intencional, não-controlado, concreto e individuado(*pela Polícia Militar*); Sujeito afetado e referencial ((7a) *Médico*/ (9) *Edvaldo Machado*/ (10a) *Médico com registro cassado*); Oração afirmativa, perfectiva e *realis* ((7a) *é preso*/ (9) *foi autuado*/ (10a) *foi detido*), perfazendo um total de 9 pontos na escala de transitividade, logo, o mais alto grau. São elas o que Furtado da Cunha (1996) denominou de oração passiva canônica, isto é, estão presentes todos os traços próprios da alta transitividade. Com relação ao aspecto perfectivo da forma verbal “é preso” na oração (7a), “Médico é preso [...]” (**A Gazeta**), lembramos, que apesar do verbo auxiliar está na terceira pessoa do singular do presente do indicativo, refere-se à uma ação já realizada, fato ratificado no trecho seguinte do mesmo Jornal, oração (8), portanto, perfectiva, sendo apenas forma de expressão muito utilizada pelos veículos de comunicação como estratégia de atualização dos fatos noticiados, de modo a atrair a atenção do público leitor.

Ainda, em relação ao excerto (7), “Médico é preso por usar nome de outro profissional” (**A Gazeta**), temos duas orações, sendo a (7b) “[...] por usar nome de outro profissional”, assim pontuada: dois participantes (*médico* e *nome*), verbo de ação (*usar*), sujeito intencional e agentivo (*Médico*), oração afirmativa e *realis* e objeto afetado e individuado (*nome de outro profissional*), alcançando grau 8 de transitividade, refletindo os aspectos sintático-semântico e discursivo-pragmático que, articulados, envolvem toda a oração.

Também, em (10), “Médico com registro cassado por estelionato foi detido atuando em PA com documentos de outro profissional” (**NA**), igualmente, temos duas orações, tendo (10b) “[...] atuando em PA com documentos de outro profissional”, pontuado positivamente para: dois participantes (*médico* e *PA*⁵), verbo de ação (*atuando*), sujeito intencional e agentivo (*Médico com registro cassado*), oração afirmativa e *realis* e objeto afetado (*em PA*), ainda que parcialmente, considerando a forma verbal no gerúndio, indicando ação em curso, inacabada. Totaliza, assim, 7 pontos, sendo de alta transitividade, conforme Hopper e Thompson (1980) e sempre considerando o contexto em que a oração está inserida.

Já em (8), “Médico 171 atendia com nome falso” (**NA**), temos uma oração na voz ativa em que marcamos positivamente os parâmetros: dois participantes (*médico* e *pacientes*), verbo de ação (*atendia*), sujeito intencional e agentivo (*Médico 171*), oração afirmativa e *realis*, e objeto afetado (*pacientes*), obtendo grau 7 na escala de transitividade de Hopper e Thompson (1980).

Em (11), “O obstetra disse ainda que conhecia o falsificador” (**A Gazeta**) e (12), “O obstetra conhecia o falsificador” (**NA**) podemos observar que a informação compartilhada, num e noutro jornal/ matéria, difere na forma de construção sintática, resultando, como mostra o Quadro 9, em graus diferenciados de transitividade. Na (11) temos um período composto por duas orações que, pela estratégia discursiva utilizada, evidencia a preocupação do jornal, **A Gazeta**, em manter o distanciamento recomendado. Fica claro pela forma do seu discurso, ao se referir ao fato do

⁵Entendemos aqui com Saboya (2014, p. 40) que, apoiando-se em Crystal (2008), ressalta que, entre as diversas funções disponíveis para participantes, esse é um caso de locação/ locativo “[...] o lugar em que algo é situado ou ocorre”.

obstetra, médico denunciante e vítima, conhecer o falsificador, eximindo-se, assim, de qualquer envolvimento, “O obstetra *disse* ainda *que conhecia* [...]” (grifo nosso), ou seja, não somos nós, mas ele é quem está dizendo que o conhecia. Quanto à aferição do grau de transitividade, está presente na primeira oração, (11a), “O obstetra disse ainda [...]”, verbo de ação, perfectivo e pontual (*disse*), sujeito agentivo e intencional (O obstetra), além de ser uma oração afirmativa e *realis*, alcançando, pois, grau 7 de transitividade.

As orações (11b), “[...] que conhecia o falsificador” e (12), “O obstetra conhecia o falsificador”, ambas obtiveram grau 4, por apresentarem: dois participantes, um objeto individuado e por serem orações afirmativas e *realis*, tendo, portanto, baixa transitividade, coerente com a natureza do verbo “conhecer”, que é semanticamente compreendido como verbo de estado/estativo, pois, como acontece aqui, ele assinala uma experiência de conhecimento de alguém ou de algo. Isso justifica o fato da oração, mesmo apresentando dois participantes, não ser marcada para os traços relativos ao sujeito. Contrapondo-se à **A Gazeta**, no **NA**, oração (12), podemos observar um maior comprometimento em relação ao que é dito, pela escolha da forma direta, isto é, sem meias palavras, afirma que “O obstetra conhecia o falsificador”.

Tomando como base as construções (11) e (12), precisamente, a forma diferenciada que apresentam, ao se referirem a mesma informação, ilustram com clareza como, a depender da intencionalidade do falante/ escritor, o discurso é modelado de diferentes modos, que poderão ou não refletir no fenômeno da transitividade, possibilitando a variação do grau.

Não havendo mais nenhum trecho digno de menção, analisemos outra notícia, desta vez, publicada em 16 de agosto de 2016.

INSEGURANÇA



Salas e armários foram revirados pelos criminosos que invadiram a Escola Municipal Altair Siqueira Costa, em Jardim Limoeiro



VULNERÁVEL

6

vezes. Esse foi o número de invasões à Escola Julite Miranda Freitas.

OUTRO LADO

"Escolas têm segurança"

Em nota, a Prefeitura da Serra informou que foi registrado boletim de ocorrência para que haja a devida investigação policial e que também foi solicitado à Polícia Militar o reforço da segurança nas imediações das escolas.

"As escolas da rede contam com modelos de vigilância diferenciados. Há câmeras, segurança patrimonial e em outras vigilantes, de acordo com as características de cada unidade. Com o início das atividades da Guarda Civil Municipal, será criada ainda a Patrulha Escolar, para reforçar a segurança nos horários de aula e dar apoio às polícias Civil e Militar no enfrentamento da violência. Há ainda um processo licitatório em andamento para ampliação da vigilância patrimonial. A Prefeitura da Serra lamenta o ocorrido, pois este tipo de ação gera prejuízos não só à administração pública, mas para a população que fica sem utilizar os serviços", diz a nota.

Mais uma escola é invadida. É o 13º caso este ano na Serra

Foram levados um computador e uma impressora da Escola Altair Siqueira Costa

TATIANA MOURA
tmoura@redgazeta.com.br

Dando sequência a uma série de arrombamentos, mais uma escola foi invadida na Serra. Desta vez, a unidade escolhida foi a Escola Municipal Altair Siqueira Costa, em Jardim Limoeiro. O crime aconteceu na madrugada de ontem e foram levados um computador, uma impressora e para trás foi deixado um rastro de destruição. Esse foi o 13º caso apenas neste ano.

A escola já havia sido arrombada neste ano, no mês de março. Na ocasião foram levados quatro computadores, micro-on-

das, quatro botijas de gás e até a comida da merenda. Os alunos da Escola de Ensino Fundamental Julite Miranda Freitas, em Nova Almeida, também convivem com a insegurança, já que desde o início do ano a unidade de ensino já foi alvo de criminosos seis vezes.

Na última vez, a destruição foi a mais grave, pois salas de aula foram arrombadas, documentos queimados, computadores e notebooks quebrados e os alimentos da despensa foram espalhados pelo prédio.

INSEGURANÇA

Há uma semana, professores e funcionários da Escola Altair Siqueira Costa perceberam que tinham tentado entrar no local pelo buraco do ar-condicionado.



FERNANDO MADEIRA

Medo

A dona de casa Jesiele Dias, 23, teme manter a filha Ana Clara Dias, 6, na Escola Altair Siqueira Costa, mas diz que não tem outra saída.

Uma dona de casa, 43 anos, que preferiu não se identificar, tem um filho de 13 matriculado na escola e reclama da insegurança.

"Tenho medo de deixar meu filho estudar lá, quem não tem? É um absurdo roubar as coisas da escola. Quem fez isso não pensa

que ela pode servir para os próprios filhos."

As aulas no período da manhã foram suspensas para que o boletim de ocorrência fosse feito. Policiais militares e representantes da Secretaria Municipal de Educação estiveram no local. À tarde as aulas foram normalizadas.

Em nota, a Polícia Civil informou que todos os casos de arrombamentos a escolas da rede municipal da Serra estão sob investigação, mas até o momento não há novidades em relação à autoria dos crimes.

A Polícia Militar afirmou que realiza patrulhamento preventivo em todos os bairros e atua sempre que acionada em casos de crimes. (Com informações do G1)

CASOS DE ARROMBAMENTOS NESTE ANO

DARCY RIBEIRO

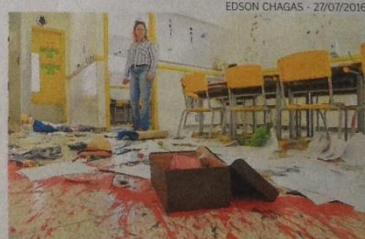
7 Julho

A Emef Darcy Ribeiro, em Nova Almeida, foi arrombada pela terceira vez na madrugada do dia 4 de julho. Foram levados dois computadores, um telefone, o dinheiro que seria usado na festa julina e parte da merenda.

VALERIANA ROSA CÉZAR

7 Julho

No dia 11 de julho criminosos arrombaram a Emef Valeriana Rosa César, em Nova Almeida, e roubaram R\$ 400,00 e brinquedos que seriam doados a um projeto social.



EDSON CHAGAS - 27/07/2016

Diretora mostra a creche Jarbas Silva Filho vandalizada

CRECHE

7 Julho

A creche Jarbas Silva Filho, em Colina de Laranjeiras, foi invadida por criminosos, na noite do dia 26. Eles jogaram tintas nas paredes,

mesas e cadeiras e rasgaram trabalhos das crianças, em seguida fugiram levando carrinhos e bonecas.

JULITE MIRANDA

7 Julho

A Emef Julite Miranda

Freitas, em Nova Almeida, foi alvo de vândalos na noite do dia 12, pela sexta vez, somente neste ano. Salas de aula foram arrombadas, documentos queimados, computadores e notebooks quebrados e os alimentos da despensa foram espalhados pelo prédio.

ALTAIR SIQUEIRA COSTA

7 Agosto

Foi arrombada na madrugada de ontem. Os criminosos levaram um computador, uma impressora e reviraram o local. As aulas foram suspensas para 340 estudantes do período matutino.

Sindicato afirma que falta vigilância

Para a diretora do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Espírito Santo (Sindipe), responsável pelas escolas da Serra, Josandra Rupf, os arrombamentos estão sendo ocasionados pela falta de vigilância patrimonial nas escolas.

Ela destaca que uma manifestação está prevista para o próximo dia 31. "Estamos convocando todos os trabalhadores da educação da Serra. Além de outras pautas, vamos pedir a contratação de vigilantes."

Segundo Josandra, o contrato com a empresa que fazia a vigilância das unidades de ensino encerrou-se

ano passado e, desde então, a prefeitura não renovou.

"Estamos dialogando com o Ministério Público Estadual (MPE) para que também questione ao poder público os motivos pelos quais ainda não se tomou uma providência, pois as crianças estão em situação de insegurança. Estamos aguardando que a prefeitura se posicione."

De acordo com a diretora, os professores das unidades vandalizadas relatam sentimentos de tristeza e de impotência. "Alguns estão tendo a saúde afetada e não têm mais vontade de trabalhar."

Figura 6 – Invasão de escola
Fonte: Jornal A Gazeta, 16 de agosto de 2016.

TERÇA-FEIRA / 16 DE AGOSTO DE 2016 / NOTÍCIA AGORA 3

Na! rua

Sugestão de Notícia
(27) 3321-8437/3321-8207
pautana@redgazeta.com.br
#narua



REPRODUÇÃO TV GAZETA

PEDIDO DE APOIO À PM

✦ Em nota, a Prefeitura da Serra informou que foi registrado boletim de ocorrência para que haja a devida investigação policial e que também foi solicitado a PM o reforço da segurança nas imediações das escolas. "As escolas da rede contam com modelos de vigilância diferenciados. Há câmeras, segurança patrimonial e, em outras, vigilantes, de acordo com as características de cada unidade. Com o início das atividades da Guarda Civil Municipal, será criada ainda a Patrulha Escolar, para reforçar a segurança nos horários de aula e dar apoio às Polícias Civil e Militar no enfrentamento da violência. Há ainda um processo licitatório em andamento para ampliação da vigilância patrimonial", diz a nota.

Além de levarem equipamentos da escola, bandidos também deixaram um rastro de destruição pela unidade, que já foi arrombada neste ano

Vândalos detonam escola na Serra. É a 13ª vez no ano!

SÉRIE DE ATAQUES Alvo de ontem foi a Altair Siqueira Costa, de onde criminosos levaram computador e impressora

Tatiana Moura
tmoura@redgazeta.com.br
Mais um capítulo na série de arrombamentos na Serra: outra escola foi invadida na cidade, na madrugada de ontem. Desta vez, o alvo foi a Escola Municipal Altair Siqueira Costa, em Jardim Limoeiro, de onde foram levados um computador, uma impressora. Para trás, foi deixado um rastro de destruição.

A unidade já havia sido arrombada neste ano, no mês de março. Na ocasião, foram levados quatro computadores, micro-ondas, quatro botijas de gás e até a comida da merenda.

Os alunos da Escola de Ensino Fundamental Julite Miranda Freitas, em Nova Almeida, também convivem com a insegurança, já que, desde o início do ano, a unidade já foi alvo de criminosos seis vezes.

Na última vez, a destruição foi a mais grave, pois salas de aula foram arrombadas, documentos queimados, computadores e notebooks quebrados e os alimentos espalhados.

colta Altair Siqueira Costa perceberam que tentaram entrar no local pelo bunco do ar-condicionado. Uma dona de casa, 43, que preferiu não se identificar, tem um filho de 13 anos matriculado na escola e reclama da constante insegurança.

"Tenho medo de deixar meu filho estudar lá, quem não tem? É um absurdo roubarem as coisas da escola. Quem fez isso não pensa que ela pode servir para os próprios filhos."

As aulas no período da manhã foram suspensas para que o boletim de ocorrência fosse feito. Policiais militares e representantes da Secretaria Municipal de Educação estiveram no local. À tarde, as aulas foram normalizadas.

Em nota, a Polícia Civil informou que todos os casos de arrombamentos à escolas da rede municipal da Serra estão sob investigação, mas até o momento, não há novidades em relação a autoria dos crimes.

Também por meio de nota, a Polícia Militar afirmou que realiza patrulhamento preventivo em todos os bairros e atua sempre que acionada em casos de crimes. (Com informações do G1)

OUTROS CASOS

CHIEF DARCY RIBEIRO: A escola em Nova Almeida foi arrombada pela 3ª vez na madrugada de 4 de julho. Foram levados dois computadores, um telefone, dinheiro e merenda.

EMEF VALERIANA ROSA CÉZAR: Em 11 de julho, criminosos arrombaram a escola, em Nova Almeida, e roubaram R\$ 400 e brinquedos.

CEMEI JARBAS SILVA FILHO: A creche em Colina de Laranjeiras foi invadida em 26 de julho. Criminosos jogaram tintas nas paredes, rasgaram trabalhos das crianças e levaram brinquedos.

EMEF JULITE MIRANDA FREITAS: A escola em Nova Almeida foi alvo de vândalos em 12 julho, pela sexta vez neste ano. Salas foram arrombadas, documentos queimados, computadores e notebooks quebrados e os alimentos espalhados.

FALTA DE VIGILANTES

✦ Para a diretora do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Espírito Santo (Sindiupes), responsável pelas escolas da Serra, Josandra Ruff, os arrombamentos estão sendo ocasionados pela falta de vigilância patrimonial nas escolas. Ela destaca que uma manifestação está prevista para o próximo dia 31. "Estamos convocando todos os trabalhadores da educação da Serra, além de outras pautas, vamos pedir a contratação de vigilantes." Segundo Josandra, o contrato com a empresa que fazia a vigilância das unidades de ensino encerrou-se ano passado e desde então, a prefeitura não renovou. De acordo com ela, professores têm relatos de tristeza. "Alguns estão tendo a saúde afetada e não têm mais vontade de trabalhar".

SEM OPÇÃO
A dona de casa Jesiele Dias, 23 anos, teme manter a filha Ana Clara Dias, 6, na Escola Altair Siqueira Costa, mas diz que não tem outra saída. (Foto: G1/Notícia Agora)

Figura 7 – Invasão de vândalos

Fonte: Jornal **Notícia Agora**, 16 de agosto de 2016.

Nas Figuras 6 e 7 temos uma notícia que foi publicada em página inteira, em **A Gazeta** e no **Notícia Agora**, referente à invasão e roubo de mais uma unidade escolar da rede municipal da Serra-ES, ressaltando ser a décima terceira vez, deste ano. Como nas anteriores, o texto é praticamente o mesmo, salvando alguns

comentários e/ou formas alternativas de dizer o mesmo, por exemplo, “Dando sequência a uma série [...]” (**A Gazeta**) e “Mais um capítulo na série [...]” (**NA**), sem, contudo, haver prejuízo de conteúdo. No que se refere à ocupação da página, há uma ligeira predominância de elementos visuais mais coloridos no **Notícia Agora**, de modo a torná-lo mais atraente. Por outro lado, o texto em **A Gazeta** é, ligeiramente, maior do que no **NA**, pela forma mais detalhada da narrativa, tendo mantido a mais partes de falas dos entrevistados em dois trechos, além de repetir, resumidamente, o caso em questão ao final da matéria. Mas, as variações observadas não se enquadram nos propósitos desta pesquisa, razão pela qual não serão analisadas.

No tocante aos títulos, podemos observar, à parte do destaque visual nos títulos das matérias analisadas, notadamente, no **Notícia Agora**, a forma enfática com que o **NA** apresenta o fato, nos termos: “Vândalos detonam escola na Serra. É a 13ª vez no ano!”, contrapondo-se com: “Mais uma escola é invadida. É o 13º caso este ano na Serra” (**A Gazeta**). Neste, temos uma composição que de forma objetiva noticia o fato puro e simplesmente, sem julgamento de valor, respeitando a premissa do distanciamento do jornal, priorizando a função referencial da linguagem. O mesmo não se dá no **NA**, pois, não há isenção de juízo de valor, ao contrário, a escolha do substantivo “vândalos”, para ocupar a posição/função de sujeito, denuncia uma linguagem, comparada com o anterior, mais emotiva, uma vez que põe em evidência o posicionamento de indignação do jornal. Além disso, o uso do ponto de exclamação ao final, também, confere à construção um ar de informalidade no anúncio da notícia, quase uma conversa, como a provocar uma aproximação com o seu leitor. Também, a escolha do verbo “detonar” substituindo o “invadir” utilizado em **A Gazeta**, traz a ideia de arraso, de destruição da escola. Num e noutro título, percebemos a informação embalada para atrair a atenção de seus respectivos leitores.

A seguir, apresentamos a aferição da transitividade nas partes selecionadas das matérias, conforme os critérios descritos no Quadro 10:

NOTÍCIA VEICULADA EM A GAZETA E NA	PARÂMETROS/ TRAÇOS	GRAU DE TRANSIT.
(13) (a) Mais uma escola é invadida. (b) É o 13º caso este ano na Serra (A Gazeta)	(a) Sprep intencional, não-controlado e concreto; S. afetado e referencial; Oração afirmativa, perfectiva e <i>realis</i> . (b) V. perfectivo; Oração afirmativa e <i>realis</i> ;	8 alta 3 baixa
(14) (a) Vândalos detonam escola na Serra. (b) É a 13ª vez no ano! (NA)	(a) Dois participantes; V. ação, perfectivo e pontual; S. intencional e agentivo; Oração afirmativa e <i>realis</i> ; O. afetado e individuado. (b) V. perfectivo; Oração afirmativa e <i>realis</i> .	10 alta 3 baixa
(15) Foram levados um computador e uma impressora da Escola Altair Siqueira Costa (A Gazeta)	Sprep intencional, não controlado e concreto; S. afetado e referencial; Oração afirmativa, perfectiva e <i>realis</i> .	8 alta
(16) (a) Alvo de ontem foi a Altair Siqueira Costa, (b) de onde criminosos levaram computador e impressora (NA)	(a) V. perfectivo; Oração afirmativa e <i>realis</i> . (b) Dois participantes; V. ação, perfectivo; S. intencional e agentivo; Oração afirmativa e <i>realis</i> ; O. afetado e individuado.	3 baixa 9 alta

QUADRO 10 – NOTÍCIA 3

Fonte: Elaboração própria.

Os excertos (13) e (15), título e subtítulo, respectivamente, da matéria publicada no jornal **A Gazeta**, apresentam uma estrutura de passiva, em que observamos em ambos o apagamento do agente da passiva, que se revela pelo contexto, somado ao campo semântico do verbo “invadir”, cuja primeira acepção é “[...] entrar à força ou hostilmente em [...]” (FERREIRA, 198-?, p. 780), direciona o entendimento do público leitor, entendimento esse, confirmado ao longo da notícia. Assim sendo, e tendo em vista os elementos que interagem na avaliação da transitividade, tanto de natureza sintática, quanto semântica e pragmática (SABOYA, 2014), depreendemos um SPrep intencional, não-controlado e concreto (*por criminosos*), além de um sujeito afetado e referencial ((13) *uma escola*/ (15) *um computador e uma impressora*) e uma oração afirmativa, perfectiva e *realis*((13) *é invadida*/ (15) *foram levados*), alcançando um alto grau de transitividade, conforme mostrado no Quadro 10. No título em questão, (13 a) “Mais uma escola é invadida. (13 b) É o 13º caso este ano na Serra” (**A Gazeta**), observamos além da oração passiva já aferida, a presença de uma segunda oração, que pela natureza do verbo, obteve o grau 3,

portanto, de baixa transitividade, sendo marcada positivamente quanto à perfectividade verbal, polaridade e modo da oração, ou seja, afirmativa e *realis*. Aqui, também, o aspecto perfectivo do verbo se justifica pelo seu sentido, confirmado no corpo da notícia, ao final do primeiro parágrafo: “Esse foi o 13º caso apenas neste ano.”

Outro aspecto interessante a observar refere-se à inversão da ordem preferencial na língua portuguesa, sujeito – verbo – objeto, na oração (15), “Foram levados um computador e uma impressora da Escola Altair Siqueira Costa” (**A Gazeta**), em que o sujeito paciente, (*um computador e uma impressora*), está posto depois do verbo, prática bastante recorrente no contexto jornalístico para dar mais ênfase e expressividade ao que se fala ou escreve, “[...] constituindo a ordem VS uma das principais estratégias de apresentação de *uma* notícia, no discurso jornalístico, o que não significa dizer que o sujeito posposto tenha apenas essa função discursiva, ou seja, a de apresentar um fato” (ROSA, 2009, p. 101).

Em (14), “Vândalos detonam escola na Serra. É a 13ª vez no ano!” e (16), “Alvo de ontem foi a Altair Siqueira Costa, de onde criminosos levaram computador e impressora”, título e subtítulo da matéria veiculada no **NA**, temos em cada um a presença de duas orações. A primeira do título, (14a), “Vândalos detonam escola na Serra. [...]”, atingiu grau máximo na escala de transitividade, tendo sido marcada positivamente em todos os parâmetros propostos por Hopper e Thompson (1980), dois participantes (*vândalos* e *escola*), verbo de ação, perfectivo e pontual (*detonam*), sujeito intencional e agentivo (*vândalos*), oração afirmativa e *realis* e objeto afetado e individuado (*escola*), individuação essa ancorada, por exemplo, no subtítulo da matéria/ notícia, que informa com clareza qual escola foi afetada, o que está alinhado com o embasamento teórico que nos respalda nesta pesquisa. Além disso, o nosso entendimento em relação à perfectividade do verbo apoia-se, como nos casos anteriores, na estratégia de comunicação, comumente utilizada no meio jornalístico, para prender o interesse do receptor/ leitor, resultando num maior quantitativo de público/ vendas. Fica, assim, evidenciada a intenção por parte do jornal ao escolher o tempo verbal presente para referir-se a fatos já ocorridos. Por tudo isso, essa oração enquadra-se num evento prototípico de transitividade, qual seja, “[...] um agente animado intencionalmente causa uma mudança física e

perceptível no estado ou locação de um objeto” (SLOBIN, 1982 apud FURTADO DA CUNHA, 2014). Já a segunda, (14b), “[...] É a 13ª vez no ano!” e a primeira do subtítulo, (16a), “Alvo de ontem foi a Altair Siqueira Costa, [...]”, tal qual vimos em (13b), também obtiveram grau 3 de transitividade, por tratar-se de verbo de estado, tendo elas verbo perfectivo e sendo orações afirmativas e *realis*. Todas elas nos informam da situação/ cenário, relativo ao fato. A esse respeito, Hopper e Thompson (1980, p.122, tradução nossa) esclarecem que as “[...] partes de um discurso que fornecem o cenário e outros detalhes subordinados tendem a ser expressos por formas verbais que denotam estados – e, nas quais, portanto, não há nenhuma 'transferência' de uma ação de um participante para outro.” Quanto à (16b), “[...] de onde criminosos levaram computador e impressora”, encontramos dois participantes (*criminosos* e *computador e impressora*), verbo de ação e perfectivo (*levaram*), sujeito intencional e agentivo (*criminosos*), oração afirmativa e *realis* e objeto afetado e individuado (*computador e impressora*), que assim se caracteriza no corpo da notícia, como sendo um único computador e uma única impressora. Totalizando grau 9 na escala de transitividade, apenas um traço associado ao verbo, a pontualidade, não foi contabilizado, uma vez que apesar da perfectividade verbal da ação, é possível perceber o seu transcurso, motivo pelo qual Laroca (2014, p. 96) sublinha “[...] que todo pontual é perfectivo, embora nem todo perfectivo seja pontual.”

Tendo pinçado os excertos correspondentes à proposta deste estudo e feitas as análises pertinentes, passemos aos resultados.

6.1 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Conforme entendimento de Hopper e Thompson (1980) acerca do fenômeno da transitividade, ela é aferida na oração como um todo, isto é, não só o verbo e os seus complementos são considerados, como quiseram os gramáticos tradicionais, mas, também, outros aspectos são levados em conta: número de participantes, a caracterização do sujeito e do objeto, a efetividade da ação e, por fim, se a oração é afirmativa e *realis*. Todos esses aspectos, articulados, sinalizam o grau de transferência da ação de um sujeito/ agente para um objeto/ paciente, que a depender da presença de cada um deles na oração, nos moldes da proposta de Hopper e

Thompson (1980), contabiliza-se em uma pontuação que, quanto maior, mais alto será o grau de transitividade.

Contudo, há outros componentes linguísticos que não interferem no grau de transitividade da oração, não sendo, assim, contemplados pelos parâmetros de transitividade de Hopper e Thompson (1980) e Furtado da Cunha (1996). Por essa razão, quando identificadas diferenças, entre uma e outra oração, pela presença de componentes dessa natureza, como não implicariam alteração do grau de transitividade, por serem indiferentes aos aspectos mensurados pelos parâmetros propostos por Hopper e Thompson (1980), essas orações não foram aferidas.

Ademais, em convergência com os nossos objetivos nesta pesquisa, ao compararmos, uma a uma, as orações das matérias veiculadas nos jornais **A Gazeta** e **NA**, selecionamos, para efeito de aferição da transitividade, somente aquelas que tinham a sua correspondente num e noutro jornal, a saber: título com título, subtítulo com subtítulo etc., sempre que apresentassem diferenças de estruturação/ construção sintática que pudessem resultar em variação do grau de transitividade.

Assim, construções semelhantes, com pequenas mudanças, como: a substituição do nome/substantivo pelo pronome, de conjunções, comentários que apenas emolduram os fatos, do tipo, de acordo com/ segundo, bem como, o acréscimo/ retirada de conectores/ preposições, de advérbios, marcadores discursivos, entre outras, não foram consideradas. Assim como, os trechos que não tinham seus correlatos num e noutro jornal, pelo fato de não ser possível a comparação entre as orações.

Duas hipóteses direcionaram esta dissertação: a) uma mesma informação, estruturada/ construída oracionalmente de formas distintas pode resultar em diferentes graus de transitividade, refletindo a intencionalidade do falante; b) que a transitividade analisada sob a ótica de Hopper e Thompson (1980) possibilita uma melhor compreensão do uso real da língua em sua modalidade escrita, em textos impressos, do gênero notícia jornalística.

Delas, estabelecemos como nosso objetivo estudar o fenômeno da transitividade

dentro da perspectiva funcionalista da linguagem, que nos permitiu verificar no funcionamento da língua, por meio das três notícias analisadas, veiculadas nos jornais **A Gazeta** e **Notícia Agora**, num total de seis matérias, portanto, que, dos dezesseis excertos selecionados conforme os objetivos traçados, compostos por vinte e três orações, das quais, quinze confirmaram a nossa suposição inicial, de que uma mesma informação estruturada/ construída oracionalmente de formas distintas, refletindo a intencionalidade do falante, pode resultar em diferentes graus de transitividade, desde que essas diferenças se relacionem aos aspectos mensurados pelos parâmetros de Hopper e Thompson (1980).

Dentre as vinte e três orações aferidas, oito obtiveram, depois de separadas em pares correspondentes e comparadas entre si, a mesma pontuação na escala de transitividade, após a aplicação dos parâmetros propostos por Furtado da Cunha (1996) para as orações com estrutura de passiva, bem como, dos Parâmetros de Transitividade elaborados por Hopper e Thompson (1980). É o que podemos observar nos quadros que se seguem (Quadros 11, 12 E 13):

NOTÍCIA VEICULADA EM A GAZETA E NA	PARÂMETROS/ TRAÇOS	GRAU DE TRANSIT.
PRIMEIRA NOTÍCIA – SETE ORAÇÕES SELECIONADAS		
(1) Blogueira é criticada por foto com flanelinha (A Gazeta)	Sprep intencional, não-controlado e concreto; S. afetado e referencial; Oração afirmativa, perfectiva e <i>realis</i> .	8 alta
(2) Blogueira é detonada após foto (NA)	Sprep intencional, não-controlado e concreto; S. afetado e referencial; Oração afirmativa, perfectiva e <i>realis</i> .	8 alta
(3) (a) Lorraine Stoodley postou imagem com jovem de costas em rede social (b) e causou revolta (A Gazeta)	(a) Dois participantes; V. ação, perfectivo e pontual; S. intencional e agentivo; Oração afirmativa e <i>realis</i> ; O. afetado e individuado.	10 alta
(4) (a) Blogueira de moda é criticada (b) depois de postar imagem escorada em flanelinha negro na Praia do Canto (NA)	(a) Sprep intencional, não-controlado e concreto; S. afetado e referencial; Oração afirmativa, perfectiva e <i>realis</i> . (b) Dois participantes; V. ação, perfectivo e pontual; S. intencional e agentivo; Oração afirmativa e <i>realis</i> ; O. afetado e individuado.	8 alta 10 alta
(5) (a) Não era uma campanha da marca. (b) Apenas <i>tirei</i> uma foto do look (c) que estava usando em um evento de moda. (A Gazeta)	(b) Dois participantes; V. ação, perfectivo e pontual; S. intencional e agentivo; Oração afirmativa e <i>realis</i> ; O. individuado.	9 alta
(6) (a) Não era uma campanha da marca. (b) <i>Estava</i> apenas <i>tirando</i> uma foto do look (c) que estava usando em um evento de moda. (NA)	(b) Dois participantes; V. ação; S. intencional e agentivo; Oração afirmativa e <i>realis</i> ; O. individuado.	7alta

QUADRO 11 – RESULTADOS 1

Fonte: Elaboração própria.

O Quadro 11 nos permite visualizar que, das orações aferidas e comparadas entre si em pares correlatos, apenas nas duas primeiras, títulos das respectivas matérias, o grau de transitividade foi o mesmo, apesar da variação da construção da oração, o que não ocorreu com as demais, que obtiveram graus diferenciados, ao serem comparadas à sua correspondente, conforme explicamos. Razão pela qual, em (3) e (4), apesar de apresentarem pontuação idêntica em duas orações, (3a) e (4b), não foram consideradas, uma vez que elas não são correlatas, quanto à forma de construção dos dois subtítulos dos jornais **A Gazeta** e **NA**, em que comparamos (3a)

vs. (4a) e (3b) vs. (4b), por entendermos que expressa a intencionalidade de ambos os jornais.

Interessante destacar que, embora na maior parte das vezes, as diferenças nas construções resultaram em diferentes graus de transitividade, o idêntico grau de transitividade alcançado nos dois títulos sugere que nem todas as diferenças resultam em mudança do grau de transitividade, desde que apresentem componentes linguísticos com as mesmas características. É o que ocorre nas orações (1) e (2), com estrutura de passiva, que tendo variação em sua construção, conservam as mesmas características relativas aos aspectos mensurados pelos parâmetros propostos por Furtado da Cunha (1996) para aferição da transitividade, ou seja, um sintagma preposicionado intencional, não controlado e concreto, um sujeito afetado e referencial e uma oração afirmativa, perfectiva e *realis*, não resultando, assim, em mudança de grau.

NOTÍCIA VEICULADA EM A GAZETA E NA	PARÂMETROS/ TRAÇOS	GRAU DE TRANSIT.
SEGUNDA NOTÍCIA – NOVE ORAÇÕES SELECIONADAS		
(7) a) Médico é preso b) por usar nome de outro profissional (A Gazeta)	a) Sprep intencional, não-controlado, concreto e individuado; S. afetado e referencial; Oração afirmativa, perfectiva e <i>realis</i> . b) Dois participantes; V. ação; S. intencional e agentivo; Oração afirmativa e <i>realis</i> ; O. afetado e individuado.	9 alta 8 alta
(8) Médico 171 atendia com nome falso (NA)	Dois participantes; V. ação; S. intencional e agentivo; Oração afirmativa e <i>realis</i> ; O. afetado.	7 alta
(9) Edvaldo Machado foi autuado por exercício ilegal da medicina e por falsidade ideológica (A Gazeta)	Sprep intencional, não-controlado, concreto e individuado; S. afetado e referencial; Oração afirmativa, perfectiva e <i>realis</i>	9 alta
(10) a) Médico com registro cassado por estelionato foi detido b) atuando em PA com documentos de outro profissional (NA)	a) Sprep intencional, não-controlado, concreto e individuado; S. afetado e referencial, Oração afirmativa, perfectiva e <i>realis</i> . b) Dois participantes; V. ação; S. intencional e agentivo; Oração afirmativa e <i>realis</i> ; O. afetado.	9 alta 7 alta
(11) (a) O obstetra disse ainda (b) que conhecia o falsificador. (A Gazeta)	(a) V. ação, perfectivo e pontual; S. agentivo e intencional; Oração afirmativa e <i>realis</i> . (b) Dois participantes; O. individuado; Oração afirmativa e <i>realis</i> .	7 alta 4 baixa
(12) O obstetra conhecia o falsificador. (NA)	Dois participantes; O. individuado; Oração afirmativa e <i>realis</i> .	4 baixa

QUADRO 12 – RESULTADOS 2

Fonte: Elaboração própria.

O Quadro 12 mostra que, dos três pares de excertos comparados entre si, por correlação, os que correspondem aos subtítulos das respectivas matérias, a despeito de suas diferenças, ou seja, variação na sua construção, duas orações contabilizaram a mesma pontuação na escala de transitividade, alcançando o mesmo grau, conforme em (9) e (10a). Aqui, como no caso anterior, as características dos seus componentes linguísticos associados aos parâmetros utilizados na aferição do grau de transitividade, segundo Furtado da Cunha (1996), se mantêm numa e noutra, tendo ambas, um sintagma preposicionado intencional,

não-controlado, concreto e individuado, um sujeito afetado e referencial e, ainda, sendo uma oração afirmativa, perfectiva e *realis*.

Além dessas, dentre os pares comparados, as orações (11b) e (12) também obtiveram a mesma pontuação, por guardarem em si os mesmos traços relativos aos parâmetros de transitividade, quais sejam: dois participantes, objeto individuado, oração afirmativa e *realis*.

Em relação às demais, mostraram-se com graus diferenciados de transitividade, ratificando a nossa suposição inicial.

NOTÍCIA VEICULADA EM A GAZETA E NA	PARÂMETROS/ TRAÇOS	GRAU DE TRANSIT.
TERCEIRA NOTÍCIA – SETE ORAÇÕES SELECIONADAS		
(13) (a) Mais uma escola é invadida. (b) É o 13º caso este ano na Serra (A Gazeta)	(a) Sprep intencional, não-controlado e concreto; S. afetado e referencial; Oração afirmativa, perfectiva e <i>realis</i> . (b) V. perfectivo; Oração afirmativa e <i>realis</i> ;	8 alta 3 baixa
(14) (a) Vândalos detonam escola na Serra. (b) É a 13ª vez no ano! (NA)	(a) Dois participantes; V. ação, perfectivo e pontual; S. intencional e agentivo; Oração afirmativa e <i>realis</i> ; O. afetado e individuado. (b) V. perfectivo; Oração afirmativa e <i>realis</i> .	10 alta 3 baixa
(15) Foram levados um computador e uma impressora da Escola Altair Siqueira Costa (A Gazeta)	Sprep intencional, não controlado e concreto; S. afetado e referencial; Oração afirmativa, perfectiva e <i>realis</i> .	8 alta
(16) (a) Alvo de ontem foi a Altair Siqueira Costa, (b) de onde criminosos levaram computador e impressora (NA)	(a) V. perfectivo; Oração afirmativa e <i>realis</i> . (b) Dois participantes; V. ação, perfectivo; S. intencional e agentivo; Oração afirmativa e <i>realis</i> ; O. afetado e individuado.	3 baixa 9 alta

QUADRO 13 – RESULTADOS 3

Fonte: Elaboração própria.

Como evidencia o Quadro 13, das orações analisadas e comparadas par a par, apenas duas são coincidentes quanto ao grau de transitividade, por conservarem os mesmos traços. Trata-se das orações (13b), “[...] É o 13º caso este ano na Serra” (A

Gazeta), e (14b), “[...] É a 13ª vez no ano!” (**NA**), constituídas por um verbo de estado, que por sua natureza apresenta baixo grau de transitividade, tendo sido marcadas positivamente para perfectividade verbal e por serem orações afirmativas e *realis*.

Já as demais, resultaram em diferentes graus, convergindo com a previsão inicial desta pesquisa.

Dos dezesseis excertos selecionados, provenientes das seis matérias analisadas, observamos que em metade deles aparecem orações em estrutura de passiva. Isso evidencia que o seu uso é bastante recorrente nas notícias/ matérias jornalísticas, como estratégia de comunicação, por evidenciar o acontecimento, sob a perspectiva da vítima, despertando o interesse do público leitor, conforme mostram os Quadros 11, 12 e 13. Num total de dezoito construções oracionais, somados títulos e subtítulos, oito estão na passiva, sendo quatro nos títulos, (1), (2), (7a) e (13a) e quatro nos subtítulos, (4a), (9), (10a) e (15).

Outros pontos a considerar são, primeiro, o alto grau de transitividade apresentado por todas elas, 8 e 9, nos moldes de Furtado da Cunha (1996), mas levando-se em conta a conjugação dos níveis sintático-semântico e discursivo-pragmático na aferição da transitividade. Segundo, é o fato de que em todas as orações passivas ter ocorrido o apagamento do agente, sendo, contudo, plenamente recuperável dado o contexto da notícia. Essa prática, muito provavelmente, em obediência à regra da economicidade, que recomenda que a informação veiculada seja de forma mais efetiva e econômica possível, no que diz respeito à extensão dos enunciados, em especial, dos títulos, que devem ser curtos, sem comprometer a informação. Desse modo, enfatiza-se a ação verbal sofrida pelo sujeito-paciente, tornando a notícia mais instigante ao olhar do público leitor.

Dos oito excertos restantes, que somam quinze orações, todas na voz ativa, dez, (3a), (4b), (5b), (6b), (7b), (8), (10b), (11a), (14a) e (16b) apresentam alta transitividade. Porém, as outras cinco orações (11b), (12), (13b), (14b) e (16a), constituídas com verbos de estado, como esperado, registraram baixa transitividade, alcançando grau 3 e 4, como podemos ver nos Quadros 12 e 13.

Tendo em vista as variações do grau de transitividade, na comparação par a par, o resultado encontrado evidencia a estreita relação de como, a partir da intencionalidade do falante/escritor, o discurso é modelado, refletindo no grau de transitividade, ou seja, na intensidade da transferência da ação de um sujeito/agente para um objeto/paciente, que é aferida numa escala de zero a dez, em que se tem baixa, média ou alta transitividade, a depender dos traços que marcam a oração. Assim sendo, pudemos observar que, das vinte e três orações aferidas, dezoito obtiveram alto grau de transitividade, o que demonstrou uma predominância de alta transitividade, nos termos de Hopper e Thompson (1980) e Furtado da Cunha (1996), confirmando a dinâmica pragmático-discursiva nas notícias em questão e, também, coerente com a natureza do texto narrativo, mormente, quando se tratam de (con)textos que primam pelo distanciamento dos fatos (HOPPER E THOMPSON, 2001).

Nesse sentido, Furtado da Cunha e Costa (2003, p. 38) ressaltam o entendimento de Hopper e Thompson (1980), que “[...] associam a transitividade a uma função discursivo-comunicativa: o maior ou menor grau de transitividade de uma sentença reflete a maneira como o falante estrutura o seu discurso para atingir seus propósitos comunicativos”. É, pois, no espaço da interação, a partir da intencionalidade dos falantes, numa ação criadora de sentidos, que resulta a materialização da forma linguística, em que percebemos a supremacia do semântico em relação ao sintático, como demonstrado ao longo das análises, quando na aferição da transitividade das orações selecionadas.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora o universo das análises tenha sido restrito, foi possível percebermos que o fenômeno da transitividade compreendido e analisado sob a ótica de Hopper e Thompson (1980) e da contribuição de Furtado da Cunha (1996) possibilitou-nos um melhor entendimento da língua em funcionamento, em sua modalidade escrita, especialmente, em textos impressos, do gênero notícia jornalística, corroborando a segunda premissa desta dissertação. Ademais, como Furtado da Cunha (2007, p. 79), entendemos que a análise da transitividade, em seu contexto de uso, “[...] revela-se [...] de crucial importância para a compreensão da gramática de uma língua como uma ferramenta [...] criadora de sentidos.”

É o que percebemos frente às escolhas lexicais e estruturais que também evidenciam a diferença entre um jornal e outro. Enquanto, na primeira notícia, o jornal **A Gazeta** informa que “Blogueira é criticada [...]”, o **NA** informa que “Ela é detonada [...]”; em **A Gazeta**, “[...] postou imagem com jovem de costas em rede social [...]”, no **NA**, “Blogueira de moda [...] imagem escorada em flanelinha negro na Praia do Canto”. Os elementos “Blogueira de moda”, “escorada”, “jovem de costas” vs “flanelinha negro”, “em rede social” vs “Praia do Canto”, entre outros, parecem produzir efeitos de sentidos diferentes para os leitores desses jornais. O uso das expressões “flanelinha” e “blogueira”, no título da matéria publicada em **A Gazeta**, põe em evidência o contraste entre duas realidades sociais distintas, despertando a curiosidade do seu público.

O mesmo se verifica na notícia referente ao caso do médico que atendia passando-se por outro. A forma diferenciada dos títulos nas duas publicações: “Médico é preso por usar nome de outro profissional” (**A Gazeta**) e “Médico 171 atendia com nome falso” (**Notícia Agora**), parece-nos advir de uma vontade intencional de, por um lado, **A Gazeta**, minimizar o fato e, por outro lado, o **NA**, de realçá-lo, ao mencionar o referente usando termos de cunho valorativo, “171”, de modo a acirrar a opinião pública e atrair os seus leitores. É a captação da manifestação do discursivo-pragmático na língua em situações reais de uso.

Ainda, sobre as escolhas de um e outro jornal, no episódio relativo à invasão de uma escola da Serra-ES, destacamos a forma enfática como o assunto é apresentado aos leitores, no **NA**: “Vândalos detonam escola na Serra. É a 13ª vez no ano!”, contrastando com: “Mais uma escola é invadida. É o 13º caso este ano na Serra” (**A Gazeta**). A preferência pelos termos “vândalos” e “detonar”, contrapõe-se ao verbo “invadir” utilizado em **A Gazeta**, favorecendo a ideia da ação de destruição da escola e deixando clara a indignação do jornal. Num e noutro, é possível percebemos a informação embalada para prender a atenção e o interesse de seus respectivos públicos.

Também, quanto aos títulos, notamos que nas matérias analisadas, além das escolhas lexicais que os diferenciam, há uma tendência de serem mais concisos e com maior apelo emocional, pelo uso de expressões que remetem ao saber popular, no jornal **NA**, em comparação com os de **A Gazeta**, que apresenta a notícia de forma mais extensa e com maior distanciamento, em conformidade com o que se recomenda nos manuais de redação jornalística. No primeiro, transparece uma tentativa de simplificação na forma de dizer, buscando uma aproximação com o seu público leitor, somada ao aspecto visual, que no **NA** se mostra mais atraente, pelo realce que é dado na sua composição gráfica. Percebemos, então, no **NA**, uma linguagem, bem mais, coloquial, mais próxima ao modo de fala popular. Essa adequação intencional visa, também, uma comunicação eficiente com o seu leitor. Tudo isso, nos parece condizente com a proposta de cada um desses jornais, tendo em vista o perfil dos respectivos públicos-alvos. Além do que, todas essas coisas articuladas contribuem para a criação de sentidos, refletindo a intencionalidade de um e outro jornal ao fazerem suas escolhas, que como vimos não são aleatórias.

Nessa direção, nos parece bastante oportuna a colocação de Motta (2004) ao dizer que

esses significados vão além dos significados literais do relato da notícia, estão presentes na dêixis, nas intertextualidades, na alternância de ênfases, na retórica (hipérboles e outras figuras de linguagem, uso de certos verbos etc.), nas motivações que guiam a diagramação e a apresentação da notícia, sua titulação e texto, e em outros recursos linguísticos e extralinguísticos utilizados na enunciação jornalística (MOTTA, 2004, p. 121).

Ressaltamos que todas essas considerações em torno dos resultados obtidos são decorrentes do estrito cumprimento de todos os objetivos traçados para esta pesquisa, conforme apresentados no capítulo 1, *Introdução*, em alinhamento com a abordagem metodológica que nos respaldou, a qualitativa.

Diante disso, acreditamos, com o presente estudo, ter contribuído para o esclarecimento do fenômeno da transitividade, entendendo com Hopper e Thompson (1980) e Furtado da Cunha (1996) que é algo que perpassa toda a oração, em seus vários aspectos, muito além dos limites do verbo e seus complementos apenas, mas considerando os aspectos sintático-semânticos e discursivo-pragmáticos que articulados se manifestam na ambiência linguística, sob a regência da intencionalidade, moldando o discurso na dinâmica da interação, na qual a língua é instrumento.

Contudo, este estudo nos oportunizou perceber que, dada a riqueza e complexidade do tema, transitividade, frente às lacunas relativas às abordagens existentes, acreditamos que, ainda, há muito a ser pesquisado, quer no aprofundamento nos modelos de análise existentes, quer, conforme Amorim e Rocha (2008, p. 95), pela própria natureza “[...] dinâmica da língua que nos impõe novas formas de articulação das noções de ação, processo e estados que perpassam a atividade verbal”, nos instigando a busca de novos modelos que possam dar conta, mesmo que temporariamente, dessa (im)permanência da língua.

8 REFERÊNCIAS

ALUÍSIO, Sandra Maria; ALMEIDA, Gladis Maria de Barcellos. O que é e como se constroi um corpus? Lições aprendidas na compilação de vários corpora para pesquisa linguística – **Calidoscópio**, v. 4, n. 3, p. 156-178, set/dez 2006.

AMORIM, Carmelita Minélio da Silva; ROCHA, Lúcia Helena Peyroton da. (Orgs.). **(In)Transitividade na perspectiva funcionalista da língua**. Vitória: Edufes, 2008.

BAGNO, Marcos. **Gramática pedagógica do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Tradução Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BECHARA, Evanildo. **M. Said Ali e sua contribuição para a filologia portuguesa**. 1962. 62 f. Tese de concurso uma cátedra de Língua e Literatura de Educação do Estado da Guanabara. Rio de Janeiro: 1962.

_____. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BONINI, Adair. A distinção entre notícia e reportagem: uma questão de gradiente. In: BONINI, Adair; FERRETTI-SOARES, Vanessa Arlésia de Souza; SILVA JÚNIOR, Carlos Borges da; LIMA, Vanessa Wendhausen. (Orgs.). **Os gêneros do jornal**. Florianópolis: Insular, 2014, p. 213-241.

BORBA, Francisco da Silva. **Dicionário de usos do português do Brasil**. São Paulo: Ática, 2001.

CANO AGUILAR, Rafael. **Estructuras sintácticas transitivas em el español actual**. Madrid: Gredos, 1981.

CARNEIRO, Thiago Rodrigo Alves. **Faixas salariais x classe social** – qual a sua classe social? Atualizado em 30.06.2016. Disponível: <<http://blog.thiagorodrigo.com.br/index.php/faixas-salariais-classe-social-abep-ibge?blog=5>> Acesso em: 24 de ago. de 2016.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. Funcionalismo e gramáticas do português brasileiro.

In: SOUZA, Edson Rosa de. et al. **Funcionalismo linguístico**: novas tendências teóricas. São Paulo: Contexto, 2012, p. 17-42.

_____. **Nova gramática do português brasileiro**. 3ª reimpressão – São Paulo: Contexto, 2014.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães. Facultatividade e omissão de complementos verbais. **Revista de Letras**, Fortaleza, v. 19, n. 1/2, p. 13-24, jan./dez. 1997.

_____. **Os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2013.

CORRÊA, Zulmar Teresinha Barbosa. A carta do leitor. In: BONINI, Adair; FERRETTI-SOARES, Vanessa Arlésia de Souza; SILVA JÚNIOR, Carlos Borges da; LIMA, Vanessa Wendhausen. (Orgs.). **Os gêneros do jornal**. Florianópolis: Insular, 2014, p. 135-149.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2007.

DAMASCENO, Gesieny Laurett Neves. **A transitividade de processos materiais em notícias jornalísticas**. 2016. 248f. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

DUARTE, Vânia Maria do Nascimento. **A notícia - Um gênero textual de cunho jornalístico**. 2016. Disponível em: <http://portugues.uol.com.br/redacao/anoticiaumgenerotextualcunhojornalistico.html> >. Acesso em: 25 jun. 2016.

ÉPOCA. Ataliba T. de Castilho: A língua sem photoshop. **Revista Época**— online. 20 de abril de 2010. Disponível em: <http://www.editoracontexto.com.br/blog/nova-gramatica-do-portugues-brasileiro-ataliba-t-de-castilho-na-epoca/>>. Acesso em: 16 mai. 2016.

ESTRUTURA da notícia. 2010. Disponível em: <http://pt.slideshare.net/sextod/estrutura-da-noticia-5821858> >. Acesso em: 10 dez. 2016.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**. 15ª impressão - Rio de Janeiro: Nova Fronteira, [198-?].

FTPI. A Gazeta. Disponível em: <<http://ftpi.com.br/jornal/a-gazeta-vitoria/>>. Acesso em: 14 de ago. de 2016.

FTPI. Notícia agora. Disponível em: <<http://ftpi.com.br/jornal/noticia-agora/>>. Acesso em: 17 de ago. de 2016.

FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica. Transitividade e passiva. **Revista de Estudos da Linguagem**, Belo Horizonte, ano 5, v. 1, n. 4, p. 43-66, jan./jun. 1996.

FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica; COSTA, Marcos Antonio; CEZARIO, Maria Maura. Pressupostos teóricos fundamentais. In: CUNHA, Maria Angélica Furtado da; OLIVEIRA, Mariangela Rios de; MARTELOTTA, Mário Eduardo. (Orgs.). **Linguística funcional: teoria e prática**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 29-55.

FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica; SOUZA, Maria Medianeira de. **Transitividade e seus contextos de uso**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica. A transitividade em gêneros de discurso narrativos: implicações para o ensino. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS DE GÊNEROS TEXTUAIS, 2009, Caxias do Sul – RS – Brasil. **Anais eletrônicos** do V... Disponível em: <http://www.ucs.br/ucs/tplSiget/extensao/agenda/eventos/vsiget/portugues/anais/textos_autor/arquivos/a_transitividade_em_generos_de_discurso_narrativos_implicacoes_para_o_ensino.pdf>. Acesso em: 10 de set. de 2016.

FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica; BISPO, Edvaldo Balduino; SILVA, José Romerito. Linguística funcional centrada no uso: conceitos básicos e categorias analíticas. In: CEZARIO, Maria Maura; CUNHA, Maria Angélica Furtado da. (Orgs.). **Linguística centrada no uso: uma homenagem a Mário Martelotta**. Rio de Janeiro: Mauad X FAPERJ, 2013, p. 13-39.

FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica. Apresentação. In: ABRAÇADO, Jussara; KENEDY, Eduardo. (Orgs.). **Transitividade traço a traço**. Niterói: Editora da UFF, 2014, p. 9-13.

_____. Funcionalismo. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo. (Org.). **Manual de linguística**. 2. ed., 3ª reimpressão - São Paulo: Contexto, 2015, p. 157-176.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. 5ª reimpressão. São Paulo: Atlas, 2012.

GIVÓN, Talmy. **Functionalism and grammar**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1995.

_____. **Syntax**: an introduction. Rev. ed. V. I. Amsterdam: John Benjamins, 2001.

HAUY, Amini Boainain. **Gramática da língua portuguesa padrão**: com comentários e exemplários. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

HOPPER, Paul J.; THOMPSON, Sandra A. Transitivity in grammar and discourse. **Language**, v. 56, n. 2, jun., p. 251-299, 1980.

HOPPER, Paul J.; THOMPSON, Sandra A. Transitivity, clause structure, and argument structure: evidence from conversation. In: BYBEE, Joan L.; HOPPER, Paul J. **Frequency and the emergence of linguistic structure**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2001, p. 27-60.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. Versão 1.0. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. CD-ROM.

KÖCHE, Vanilda Salton; MARINELLO, Adiane Fogali. O gênero textual reportagem e sua aplicação no ensino da leitura e escrita. **Revista Trama, Marechal Cândido Rondon**, v. 8, n. 16, p. 139-152, 2. sem. 2012.

KURY, Adriano da Gama. **Novas lições de análise sintática**. 9. ed. São Paulo: Ática, 1999.

LAGE, Nilson. **Estrutura da notícia**. 5. ed. São Paulo: Ática, 1999.

LAROCA, Maria Nazaré de Carvalho. Pontualidade. In: ABRAÇADO, Jussara; KENEDY, Eduardo. (Orgs.). **Transitividade traço a traço**. Niterói: Editora da UFF, 2014, p. 79-105.

LUCENA, Nedja Lima de. Considerações sobre transitividade e ensino de língua materna. **Letr@ Viv@**, João Pessoa, v. 11, n. 1, p. 11-18, 2012.

MANUAL da redação: folha de são paulo. São Paulo: Publifolha, 2001.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In:

DIONÍSIO, Angela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora. (Orgs.). **Gêneros textuais e ensino**. 5. ed. – Rio de Janeiro: Lucena, 2007, p.19-36.

_____. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARTELOTTA, Mário. Funcionalismo. In: WILSON, Victoria; MARTELOTTA, Mário; CEZARIO, Maria Maura (Orgs.). **Linguística: fundamentos**. Rio de Janeiro: CCAA Editora, 2006, p. 233-252.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007.

MELO, José Marques de. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1985.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Jogos de linguagem e efeitos de sentido da comunicação jornalística**. Estudos em Jornalismo e Mídia, Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 117-133, 2. sem. 2004.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Texto e gramática**. São Paulo: Contexto, 2010.

OLIVEIRA, Aline Moraes. **A transitividade: da visão tradicional ao funcionalismo**. 2009. 161 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.

PAVEAU, Marie-Anne; SARFATI, Georges-Élia. **As grandes teorias da linguística: da gramática comparada à pragmática**. Trad. M. R. Gregolin et al. São Carlos: Claraluz, 2006.

RICHARDSON, Roberto Jarret et al. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3 ed. 13ª reimpressão. São Paulo: Atlas, 2011.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 44. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.

RODRIGUES, Bruno de Andrade. **Estudo descritivo dos usos do clítico *lhe* na variedade formal do português**. 2007. 190 f. Dissertação – Programa de Pós

Graduação em Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

ROSA, Enoch Tótola Vieira. Posposição de sujeito em manchetes jornalísticas: uma abordagem funcional. **Revista ConTextos Linguísticos**, Vitória, n. especial, p. 99 – 116, 2009.

SABOYA, Flavia. Participantes. In: ABRAÇADO, Jussara; KENEDY, Eduardo. (Orgs.). **Transitividade traço a traço**. Niterói: Editora da UFF, 2014, p. 39-58.

SAID ALI, Manoel. **Gramática secundária e gramática histórica da língua portuguesa**. 3. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1964.

SIGNIFICADO de 171. 201-?. Disponível em:
<<https://www.significados.com.br/171/>>. Acesso em: 01 de out. de 2016.

SILVA, Edila Vianna. O complemento verbal em Rocha Lima. **Confluência** - Revista do Instituto de Língua Portuguesa, Rio de Janeiro, n. 35/36, p. 85 – 97, 2009.

SILVA, Thaysa Danyella Lira da; SILVA, Edcleide Maria da. **Mas o que é mesmo corpus?** Alguns apontamentos sobre a construção de corpo de pesquisa nos estudos em administração. In: XXXVII Encontro da ANPAD, 2013. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2013_EnANPAD_EPQ1021.pdf>. Acesso em: 17 de ago. de 2016.

SPERANÇA, Ana Carolina; IGNÁCIO, Sebastião Expedito. Complementos afetados como característica dos verbos de ação-processo. **Revista Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 285-294, jan./abr. 2009.

TEIXEIRA, Ana Machado. Cinese. In: ABRAÇADO, Jussara; KENEDY, Eduardo. (Orgs.). **Transitividade traço a traço**. Niterói: Editora da UFF, 2014, p. 59-78.

ANEXOS